

REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO MINISTRO
Entrada N.º 3465
Em 20 Set 85
O E. da Reg.º.



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO MINISTRO

Aut. GDG.
23.9.

C/C:

-AO C.I.P./MED.

AD

GABINETE DE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL DO MED

LUANDA

S/ referência:

S/ comunicação:

N/ referência:

Caixa Postal:

ASSUNTO:

2001 / 3ª/3.4/RE/85

Em cumprimento do Despacho de 09 / 09 / 85, do Camarada Ministro da Educação, nele(a) exarado, junto se remete:

CARTA endereçada ao Cda Ministro da Educação, pelo Vice-Presidente do Conselho de Ministros da CUBA, e que mereceu o seguinte despacho:

"AO GII

Para conhecimento e os devidos efeitos."

Ass: AUGUSTO LOPES TEIXEIRA.

para procedimento em conformidade com o referido despacho. =

SAUDAÇÕES REVOLUCIONARIAS

GABINETE DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO EM LUANDA,

DE 18. SEP. 1985

DE 198

O DIRECTOR DE GABINETE,

ANDRÉ POMÉAL DA SILVA CARDOSO

VICEPRESIDENTE
SEJO DE MINISTROS

Ciudad de La Habana, 20 de febrero de 1985

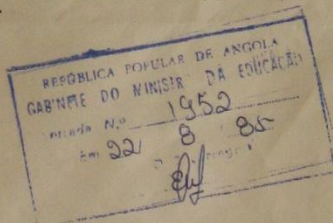
Estimado compañero Ministro:

Tengo el gusto de hacerle llegar con la presente un ejemplar del primer libro integral de pedagogía cubana, publicado recientemente, con el propósito de enriquecer los conocimientos pedagógicos de nuestros maestros, profesores y personal docente en general.

Su elaboración está basada en la selección de importantes temáticas abordadas en el campo de la pedagogía, tomadas de nuestra experiencia y de los resultados de investigaciones llevadas a cabo en Cuba. De igual forma, se han incluido temas tratados en diversos eventos científicos y, de modo muy especial, los trabajos preparados para los seminarios nacionales a dirigentes, metodólogos e inspectores de los diferentes niveles educacionales, celebrados en nuestro país, en cada uno de los últimos nueve años.

Es de significar que el pensamiento de los forjadores de la nacionalidad cubana, está presente en el libro "Pedagogía", que recoge las ideas de aquellos que, en su tiempo, como Félix Varela [1788-1853], el primer cubano que nos enseñó a pensar, José Agustín Caballero [1762-1835] y José de la Luz Caballero [1800-1862], se enfrentaron a la enseñanza escolástica y al método dogmático que caracterizaba nuestra educación y el ideario pedagógico del Maestro José Martí [1853-1895], luchador infatigable por la enseñanza científica y la vinculación de la escuela con la vida, obra que se integra y materializa en el pensamiento y la acción de Fidel Castro, expresada en la concepción de una educación integral en la que la combinación del estudio y el trabajo constituye un elemento indispensable para la formación de las nuevas generaciones.

Co. Augusto Lopes Teixeira
Ministro de Educación de la
República Popular de Angola



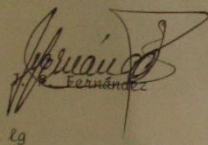
VICEPRESIDENTE
SEJO DE MINISTROS

... 2

Espero que la referida obra le resulte de interés y de utilidad por cuanto en ellas se recogen, en forma ordenada y con rigor científico, los aspectos más destacados de nuestra pedagogía revolucionaria.

Reciba la expresión de mi más alta consideración personal.

Fraternalmente,


J. F. Fernández

Lg

Cen/689.
47
258.
CONTINGENTE EDUCACIONAL CUBANO EN LA RPA

Luanda, 5 de septiembre de 1985
"ARO DEL III CONGRESO DEL PARTIDO"

Camarada: JOAQUIN MANUEL S.
Director Gabinete de
Intercambio y "Relac."
Internac. del MED
en la R.P.A.

Estimado Camarada:

La presente tiene como objeto, invitar a usted al acto de recibimiento del Contingente Educacional, que se efectuara el sabado 7 de septiembre/85 en el Motel "4 de Febrero" a las 10:30 AM, con el arribo del primer grupo de maestros y profesores de Cuba.

Agradeciendo de antemano su atención,

Revolucionariamente,

S. Romero
Sonia Romero Alfau
Jefa Contingente Educación.

1
Bancaria e
12/10/45
90

RECEITA
DE FISCAL
GABINETE
FISCAL
FISCALIA Nº 1
Em 12 de Outubro de 1945
O Fisco recebeu

12/10/45

У Референта : У Сопровождающего : X Референтом : Y Сопровождающим :

7 / Oct / 85

As questões referentes ao vosso sector foram referidas em encontro havido entre os Presidentes da Comissão Mista Intergovernamental Angolano-Cubana de Colaboração Económica e Científico Técnica e, serão analisadas na sua VI Sessão a realizar em Havana na segunda quinzena do mês de Outubro de 1985.

SAUBA CEE REVOLU
O COMITÊ N. 1
Luzia
LUCIO LARA
DO BUREAU POLITICO DO
DA COMISSÃO PELA PART

MEMBERO DO BUREAU POLITICO DO MPLA-PT
PRESIDENTE DA COMISSAO PELA PARTE ANGOLANA

1094
27 Cont. 25-
Vf

Referência: NOTA 275/85, de 15.08.85, da Comissão Bilateral de Controlo
MPLA - PT / PCC

MEMORANDUM

ANO ESCOLAR 85/86
=====

1. = O Ministério da Educação da República Popular de Angola sempre reiterou (nomeadamente no decurso da anterior reunião da Comissão Bilateral de Controlo) a sua determinação de que o ano lectivo tivesse início no dia 01 de Setembro, mesmo após insistentes contactos da Parte Cubana, referindo o seu receio de que a Conferência Ministerial dos Não-Alinhados obrigasse a adiar esse início.

O Plano de Necessidades para 1985/86 foi elaborado e apresentado ao Comité Estatal de Colaboração Económica em 24 de Janeiro de 1985 e referia, então, a necessidade de 703 professores (473 para o Ensino de Base e 230 para o Ensino Médio); após uma análise dos planos apresentados por cada Província, em 25 de Julho de 1985, o Ministério da Educação confirmou 583 vagas (389 para o Ensino de Base e 194 para o Ensino Médio) às quais se devem juntar 25 para a Estrutura Central perfazendo um total de 708 lugares.

Em 28 do corrente mês de Agosto, a Chefia do Contingente Educacional Cubano informou serem as seguintes as datas dos vãos em que viajarão os professores cubanos: 07, 10, 14, 21, 24, 28 de Setembro de 1985; constata-se portanto que os professores Cubanos não estão presentes no início deste ano lectivo.

OBS: das necessidades apresentadas há ainda a esclarecer, com a província de Luanda, se necessitará ou não de 25 professores de II Nível que lhe estavam destinados (os planos desta província entraram no MED apenas em 15 de Agosto corrente).

2. = A Parte Cubana confirmou o envio de 26 novos professores para o Ensino Médio; pelo facto de se manter a dificuldade de resposta para as disciplinas de Pedagogia e Psicologia, o Ministério da Educação apresentou as suas necessidades à República Socialista do Vietname.
3. = A Parte Cubana confirmou o envio, para a estrutura central do Ministério da Educação, de 2 peritos para Economia Política e Marxismo-Leninismo;
4. = o Ministério da Educação não recebeu ainda os curricula vitae da quase totalidade dos novos professores; por outro lado, apenas a 29 de Agosto corrente, o Ministério da Educação recebeu a lista com a re-colocação de 64 professores que continuam em actividade; ainda não foram recebidas as listas referentes aos novos professores.
5. = Não foi ainda solicitada a importação de candeeiros Petromax para garantir as aulas do período nocturno, quando falte a energia eléctrica; é no entanto oportuno referir que, em tal situação, é também normalmente invocada a situação de "falta de segurança" para que se não realizem as actividades lectivas;
6. = dada a proximidade entre a data de realização da última reunião da Comissão Bilateral de Controlo (25 de Maio) e o término do ano lectivo, não foi realizada a preconizada reunião de balanço técnico-qualitativo da Educação; no entanto foi realizada pelo Ministério da Educação uma actividade simbólica de despedida dos professores que terminaram o seu trabalho na RPA. Esta preocupação será inscrita no plano do corrente ano lectivo.

1. = A Parte Cubana apresentou já o seu plano de trabalho anual para o próximo ano lectivo de modo a permitir o acompanhamento de algumas das suas actividades (sobretudo daquelas que se venham a desenrolar em instituições escolares ou junto de estruturas do Ministério da Educação - Delegações Provinciais de Educação, por exemplo):

ESTUDO DIAGNÓSTICO DO ENSINO DE BASE E MÉDIO

Em Junho do corrente ano deslocou-se à RPA uma equipa de três técnicos Cubanos que aqui permaneceram durante 15 dias, com a finalidade de recolher alguns elementos preliminares e analisar com a Parte Angolana o cronograma de actividades no âmbito deste estudo; a Parte Cubana assegurou o alojamento e alimentação da Delegação, não tendo a Parte Angolana conseguido assegurar de maneira continuada e satisfatória as condições de transporte.

A Delegação contactou com todas as estruturas centrais intervenientes no processo de diagnóstico.

Estima-se que o estudo tenha início em Janeiro de 1986, pelo que estão já a ser desencadeadas démarches no sentido da resolução do problema de alojamento; quanto ao transporte, foram já adquiridas as viaturas destinadas ao projecto as quais deverão chegar à RPA ainda durante o mês de Setembro próximo.

NOVAS PREOCUPAÇÕES A APRESENTAR

Seria de extrema conveniência que todos os alunos que, em Cuba, tenham namorados, fossem submetidos a INSPEÇÃO MÉDICA, pelas razões das doenças que se vêm manifestando para efeitos desta actividade, pois citamos seja o problema objecto de análise por parte da Comissão Bili-

4.
teral de Controlo.

ENSINO SUPERIOR
=====

1. = Apenas em 04 de Julho de 1985 (e não em "princípios de Maio", como ficou acordado), a Parte Cubana respondeu às necessidades apresentadas pela Universidade "Agostinho Neto"; das 74 posições solicitadas não poderá satisfazer 21 pelo que igualmente se recorreu à República Socialista do Vietname; contudo, dada a data tardia em que este pedido foi apresentado, e tal como tínhamos, este país só poderá dar resposta afirmativa para o ano lectivo 1986/87.

Assim, no próximo ano lectivo, a Parte Cubana assumirá 55 posições, incluída a do "Chefe de Grupo".

2. = A Parte Angolana confirmará, em Setembro de 1985, as suas necessidades para o ano lectivo 1986/87 devendo, em princípio, ser a confirmação das actuais posições asseguradas por professores desta nacionalidade.

MANA, 30 DE AGOSTO DE 1985

Ano do II Congresso do Partido



MPLA - Partido do Trabalho

USA: 609

Muito Urgente

Para o G. P. até 30/08/85

até 30/08/85

22.08.85

*Supremo Conselho do
Cabo Verde*

*Subt
26.8.85*

AO

CHARRADA AUGUSTO TEIXEIRA LOPES

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

N/Refª/2715/85

LUANDA

Pela presente o informamos que a próxima Reunião da Comissão Bilateral de Controlo está prevista para a segunda semana do mês de Setembro.

Anexamos a lista dos acordos assumidos na reunião anterior, solicitando que até ao dia 30 de Agosto nos seja comunicado qual o cumprimento a fim de que se elabore com a Parte cubana, um relatório comum para a próxima reunião.

REPUBLICA POPULAR DE ANGOLA
GABINETE DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Entrada N.º *20.15.85*
Em *20.08.85*
O Encarregado
Para a doca

SALDAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS.

LUANDA, 15 DE AGOSTO DE 1985 "ANO DO II CONGRESSO DO PARTIDO"



COORDENADOR DO COMITÊ BILATERAL DE CONTROLO
PELA PARTE DO

EDUCAÇÃO

ANO ESCOLAR 1985/1986:

1. - Ambas as Partes coordenarão o início do ano escolar 1985-1986 por províncias, tendo em conta o propósito do Ministério de Educação angolano em iniciar o mesmo no dia 1 de Setembro;
2. - A Parte cubana enviará para o próximo ano escolar (1985/1986), 26 professores dos 29 solicitados para o ensino médio, exceptuando os 2 professores de Pedagogia e 1 de Psicologia;
3. - A Parte angolana solicitará, através do MPLA-Partido do Trabalho, os professores de Economia Política e de Marxismo-Leninismo de que necessita;
4. - Face à não recepção dos curriculum vitae dos professores cubanos, o Ministério da Educação coordenará internamente com a Secretaria de Estado da Cooperação;
5. - A Parte angolana procederá a aquisição de faróis tipo petromax para garantir as aulas nocturnas quando falte energia eléctrica;
6. - A Parte cubana insistiu na importância da celebração de um encontro anual, no fim de cada ano escolar, presidido pelo Departamento de Educação do MPLA/PT com a participação do Ministério da Educação angolano e do contingente cubano de Educação, em que se realize um balanço técnico-qualitativo da educação em cada período. A Parte angolana aprovou esta proposta.

PROLONGAMENTO DO ANO ESCOLAR 1984/85:

1. - A Parte angolana informou sobre o prolongamento do presente ano -- lectivo nas províncias da Huíla e Cabinda, afectadas pela interrupção das aulas devido ao censo populacional;
2. - A Parte cubana aprovou o prolongamento da estadia dos professores cubanos nessas províncias até que terminem a sua actividade docente nas mesmas.

VISITAS ÀS PROVÍNCIAS:

1. - Ambas as Partes ratificaram a necessidade de sistematizar as visitas às Províncias em conjunto, entre a Direcção do Contingente cubano e funcionários do Ministério da Educação angolano.

ESTUDO DIAGNÓSTICO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO:

1. - A Parte cubana garantirá o alojamento e manutenção da delegação do Ministério da Educação de Cuba que virá a Angola realizar o ESTUDO-DIAGNÓSTICO, - garantindo a Parte angolana o transporte e condições de trabalho para execução da actividade.

*Assinado
Luis...*

SUB-COMISSÃO MISTA:

1. - Ambas as Partes determinaram a não necessidade de uma sub-Comissão Mista da Educação, tendo em conta a possibilidade de canalizar os aspectos relacionados com este Sector para os diferentes mecanismos bilaterais existentes entre ambos os Países.-

EDUCAÇÃO SUPERIOR

1. - A Parte cubana responderá, até ao mês de Maio, à solicitação de 105 professores feita pela Parte angolana para o Ensino Superior, no ano lectivo 1985/1986;
em cumprimento da resolução do Conselho Superior de Educaç. Superior de Maio 85
2. - A Parte angolana apresentará as suas necessidades de professores para o ano lectivo 1986/1987 em Setembro de 1985 (com um ano de antecedência), devendo a Parte cubana responder ao fim de quatro meses sobre as suas possibilidades;
as necessidades apresentadas em 22 de Maio 85
3. - A Parte cubana reiterou a sua disposição em manter a participação da docência médica dos professores cubanos que se encontram a prestar serviço, através do Ministério da Saúde Pública, ou vice-versa. Tendo em -- conta esta possibilidade, das 31 solicitações apresentadas à Faculdade de Ciências Médicas, só ficaram 10 solicitações pendentes por definir; ?
4. - A Parte angolana reiterou a necessidade de conhecer a resposta da Parte cubana quanto às solicitações apresentadas ao Ministério de Educação Superior de Cuba.-

A C T A

DA VIII REUNIÃO BILATERAL DE CONTROLO
ENTRE AS DELEGAÇÕES DO PARTIDO COMUNISTA DE CUBA
E O MPLA-PARTIDO DO TRABALHO

Durante os dias compreendidos entre 24 e 31 de Maio de 1985 teve lugar a VIII Reunião da Comissão Bilateral de Controlo, na cidade de Luanda, República Popular de Angola, entre as Delegações do Partido Comunista de Cuba e do MPLA-Partido do Trabalho.

A delegação cubana foi presidida pelo Companheiro Jorge Risquet Valdés, Membro do Bureau Político do Comité Central do PCC e do seu Secretariado e a delegação angolana foi presidida por Camarada Lucio Lara, Membro do Bureau Político do Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho e do seu Secretariado.

A composição das duas delegações encontra-se no Anexo nº 1 do documento presente.

Nas conversações referentes à esfera económica, analisaram-se, com a participação de Ministros e funcionários dos organismos angolanos, os Acordos adoptados durante a VII Reunião Bilateral de Controlo na cidade de Luanda, sobre o Plano de Emergência da República Popular de Angola, assim como as perspectivas de trabalho nos sectores seguintes :

AGROPECUARIA : No referente ao estudo realizado para a criação da Empresa Bengo, analisou-se a inconveniência de se desenvolver o Projecto previsto, já que os seus resultados económicos não seriam satisfatórios para este tipo de Empresa. Contudo, tendo em conta a importância das produções previstas no Plano de Emergência para a Alimentação para a população angolana, deu-se re-

buição, tendo em conta os múltiplos factores que existem nesta ac-
tividade.

A Parte angolana insistiu em que, enquanto não se consolidar a I
etapa do novo sistema de abastecimento, não se começará com a apli-
cação da II etapa, que requiere a adopção de medidas organizativas
antes da sua implementação.

As duas Partes determinaram as funções e os meios disponíveis pa-
ra a actividade executiva que a Parte angolana definira para exer-
cer esta função. O conteúdo de trabalho de cada uma das especiali-
dades solicitadas será definido pelos próprios técnicos à sua
chegada à R.P.A.

EDUCAÇÃO: As Partes analisaram algumas irregularidades de coorde-
nação na execução da colaboração, insistindo-se na necessidade de
as soluções organizativas a adoptar não devem perder de vista a
situação de guerra existente no país.

Ambas as Partes coordenarão o início do ano escolar 1985-1986 por
províncias, tendo em conta a intenção do Ministério da Educação
angolano em iniciar o mesmo no dia 1 de Setembro.

A Parte angolana informou sobre o prolongamento do presente ano
escolar nas províncias da Huila e Cabinda, afectadas pela inter-
rupção das aulas devido ao Censo populacional.

A Parte cubana aprovou o prolongamento da estadia dos professores
cubanos nessas províncias até que terminem a sua actividade docen-
te nas mesmas.

As Partes ratificaram a necessidade de sistematizar as visitas às
províncias, em conjunto, entre a Direcção do Contingente cubano e
funcionários do Ministério da Educação angolano.

Quanto às dificuldades colocadas pelo Ministério da Educação angolano sobre a não recepção dos Curriculum Vitae dos professores cubanos, devem ser objecto de análise interna entre este Ministério e a Secretaria de Estado da Cooperação.

Acerca da delegação que deve chegar à R.P.A. a 1 de Junho, para realizar o Estudo-Diagnóstico para o Desenvolvimento da Educação, a Parte cubana comprometeu-se a garantir o seu alojamento e manutenção, sendo da responsabilidade da Parte angolana garantir o transporte e condições de trabalho para a execução dessa actividade.

A Parte cubana comunicou a decisão de enviar 26 novos professores para o ensino médio, a partir do próximo ano escolar.

A Parte angolana reiterou a necessidade de contar com os professores de Economia Política e Marxismo Leninismo, que solicitará através do MPLA-Partido do Trabalho.

A Parte cubana insistiu na importância de celebração de uma actividade anual, no fim de cada ano lectivo, presidida pelo Departamento de Educação do MPLA-Partido do Trabalho com a participação do Ministério de Educação angolano, em que se realize um balanço técnico-qualitativo da educação em cada período, tendo essa proposta sido aprovada pela Parte angolana.

As Partes determinaram a não necessidade de uma Sub-Comissão Mista da Educação, tendo em conta a possibilidade de canalizar os aspectos relacionados com este Sector para os diferentes mecanismos bilaterais existentes entre ambos os países.

A Parte cubana reiterou a sua disposição em manter a participação da docência médica dos professores cubanos que se encontram a prestar serviço, através do Ministério de Saúde Pública, ou vice-versa. Tendo em conta esta possibilidade, das 31 solicitações apre-

sentadas à Faculdade de Ciências Médicas, só ficaram 10 solicitações pendentes por definir.

A Parte angolana reiterou a necessidade de conhecer a resposta da Parte cubana quanto às solicitações apresentadas ao Ministério da Educação Superior de Cuba.

UNECA : As Partes analisaram as solicitações de construção apresentadas por diversos organismos angolanos à Empresa UNECA, a fim de se traçar um plano de 2 ou 3 anos com vista à sua execução.

As duas Partes aprovaram a criação de um Grupo de Trabalho para analisar as propostas recebidas e aquelas que a Parte angolana esteja interessada em incluir, ~~priorizando as obras a executar e~~ avaliando o custo aproximado total das mesmas, devendo apresentar-se o estudo realizado na próxima Reunião Bilateral de Controlo.

INVESTIGAÇÕES SOCIO-POLÍTICAS : As Partes avaliaram positivamente o trabalho realizado, que se encontra na sua fase final, estando em vias de conclusão a compilação da informação económica e histórica.

Actualmente realiza-se em Cuba o processamento e análise da informação, sendo o tratamento da informação estatística recolhida feito através de computadores pelo Comité Estatal de Estatística de Cuba.

TRANSPORTE : As duas Partes reiteraram a importância vital da reconstrução do Caminho de Ferro de Benguela e das pontes destruídas na zona entre Luena e Luau, o Caminho de ferro Luanda-Malanje, como sendo a única solução possível nas condições actuais de transformar a situação crítica existente no cumprimento do Plano de distribuição às províncias.



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

(a) MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL

C.G.I.
= Centro de Investigação
Pedagógica - C.I.P. =

1
Direcção Nacional de Assistência Técnica
da Secretaria de Estado da Coopera-
ção
DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Luanda

Sua referência: Sua comunicação: Nossa referência: Caixa Postal:

ASSUNTO: 00533
NR 1011/110/11/65

Com os nossos melhores cumprimentos e para os devidos
efeitos, em anexo enviamos oito (8) Mod. AT-1, referentes ao pedido de
novos técnicos à República de Cuba para o próximo ano lectivo 1965/66
destinados ao Centro de Investigação Pedagógica (C.I.P.) deste Minis-
tério.

Com outro assunto de momento, aproveitamos a terminar,
o encargo para lhe vos mais renovar as nossas mais cordiais

SALDAQUES REVOLUCIONÁRIOS

LUANDA, E GABINETE DE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL DO MINISTÉRIO DA EDU-
CAÇÃO, AOS 12 DE ABRIL DE 1965 - ANO DO II CONGRESSO DO PARTIDO *.-

O DIRECTOR DO GABINETE

CM/- JOAQUIM MANUEL SILVA

	MAYO	JUNHO														JULHO														AGO	
	11-29	1	5	9	13	14	17	20	22	23	29	30	1	2	5	7	10	12	13	15	19	20	21	25	1	TOTAL					
Banco									5 ^a							8 ^a															
4. BANCUELA			6 ^o		5			19 ^a		u		28 ^a		19 ^a	14 ^a	19 ^a							7 ^a			13					
Banco			2 ^o		4											32 ^a							11			12					
4. COINTELA			6 ^o		1					u		7 ^a				a)						12 ^a		12 ^a		45					
Banco			2 ^o		5			18 ^a								26 ^a							14 ^a			40					
4. COINTELA					2					Σ		10	10	9		a)						7 ^a	7 ^a	12 ^a		65					
Banco					5			4								12										61					
4. COINTELA					3				9 ^a		13 ^a	15 ^a														16					
Banco			14 ^o					9 ^a								14 ^a									42 ^a	37					
4. COINTELA			3 ^o	14		10 ^a			9 ^a		x	5 ^a														299					
Banco			3 ^o		2			14 ^a								20 ^a							16 ^a			32					
4. COINTELA			3 ^o		14			22 ^a		u						15 ^a							1			13					
Banco			1 ^o			6	18					19														41					
4. COINTELA			3	14																						44					
			(12)																												

SECRETARIA PROVINCIAL
MAYUMBA, BOMA /

REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

a) DELEGACÃO PROVINCIAL DA EDUCAÇÃO DO KWANZA SUL
SECTOR DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLO DE COOPERANTES

1985=Ano do II Congresso do Partido.

ÀO

GABINETE DE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

LUANDA

Vossa Referência

Vossa Comunicação de

Vossa Referência

Data: 05.04.1985

Caixa Postal:

ASSUNTO

009/SPACC/85

Afim de se elaborar o "Plano de Saída de Férias", junto remetemos a proposta de disponibilidade de professores cooperantes cubanos do 2º, 3º nível e do Instituto Normal de Educação, colocados nesta cidade, anexa à nota.

Quanto ao envio tardio de proposta desta para o GII, deve-se ao facto da Direcção do I.N.E. e da Missão Civil Cubana não terem chegado, na altura, a um consenso na antecipação de provas naquele estabelecimento de ensino.

Sendo tudo de momento, aproveitamos a oportunidade para enviar as nossas mais cordiais

Saudações Revolucionárias

Sector Provincial de Acompanhamento e Controlo de Cooperantes da Educação do Kwanza Sul, em Sumbe, aos 05 de Abril de 1985.-

O Chefe do Sector

/ Cipriano António Carvalho /

REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL
Entrada N.º 824
Em 12.04.85
O Encarregado.
Jorge



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

a) DELEGACÃO PROVINCIAL DA EDUCAÇÃO DO KWANZA SUL
SECTOR DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLO DE COOPERANTES

Proposta de disponibilidade de "Saída de Férias"

CLASSE =====	NÍVEL =====	DATA SAÍDA PROVINCIA =====	Nº PROFESSORES =====
5a	2a	20.06.85	8 ✓
7a	3a	20.06.85	1 ✓
6a	2a	29.06.85	8 ✓
8a	3a	29.06.85	5 ✓
9a, 10a, 11a e 12a	Médio	30.06.85	15 ✓

Sector Provincial de Acompanhamento e Controlo de Cooperantes da Educação da
Educação do Kwanza Sul, em Sumbe, aos 05 de Abril de 1985. - Ano do II Congresso do Par-
tido.

O Chefe do Sector:

/ *Cipriano António Carvalho* /

URGENTE

MINISTERIO EDUCACAO LUSITA

DELEGACAO EDUCACAO BASE N.º 2000 (CABINDA E NUTIA)

28/II e III 1.º 2.º 3.º 4.º 5.º

29 JUN 75

CONFORME RESOLUCAO VICE MINISTRO EDUCACAO DE 29.1.75 DETERMINO:

1. OBRIGATORIAMENTE PARTIR INICIO 2º SEMESTRE REALIZAR PROGRAMAS AULAS SUPLEMENTARES DISCIPLINAS LINGUA PORTUGUESA MATEMATICA TODAS CLASSES ENSINO BASE AINDA FISICA 7º QUIMICA LINGUA ESTRANGEIRA 3º NIVEL
2. ANTECIPACAO UMA SEMANA INICIO 2º SEMESTRE (DE 27 PARA 21 FEVEREIRO)
3. REALIZACAO PROVAS FREQUENCIA SEGUINTES DATAS PT:
 - A) 1º NIVEL (1º 2º 3º CLASSES) 20 A 22 JUNHO
 - B) 2º E 3º NIVEL (5º E 7º CLASSES) 24 A 26 JUNHO
4. REALIZACAO EXAMES SEGUINTES DATAS:
 - A) 4º 6º E 8º CLASSES - 8 A 12 JULHO
 - B) ORAIS 8º CLASSE - 4 A JULHO
5. PROLONGAMENTO PERIODO AULAS TODAS CLASSES ENSINO BASE REGULAR ATÉ REALIZACAO PROVAS FREQUENCIA E EXAMES
6. PERIODO FERIAS PROFESSORES DECORREDA DE 20 JULHO A 10 AGOSTO 77

O DIRECTOR,

*796
4.1.80
D. E. Cartagena*

*Colm TB ordenado
Jus to x
de An la Cabier
e la Novat*

4.1.80

URGENTE

MINISTERIO EDUCACIÓN LEONDA

DELEGACIÓN EDUCACIÓN BASE N.º 2000 (CABINDA E MUIA)

TELEGRAMA OFICIAL

28/II E III E. 20/75

29 JUN 75

CONFORME RESOLUÇÃO VICE-MINISTRO EDUCAÇÃO DE 29.1.75 DETERMINO:

1. OBRIGATORIAMENTE PARTIR INÍCIO 2º SEMESTRE REALIZAR PROGRAMA AULAS SUPLEMENTARES DISCIPLINAS LÍNGUA PORTUGUESA MATEMÁTICA TODAS CLASSES ENSINO BASE AINDA FÍSICA E QUÍMICA LÍNGUA ESTRANGEIRA 3º NÍVEL
2. ATRIBUIÇÃO UMA SEMANA INÍCIO 2º SEMESTRE (DE 17 PARA 11 FEVEREIRO)
3. REALIZAÇÃO PROVAS FREQUÊNCIA SEGUINTES DATAS:
 - A) 1º NÍVEL (18 20 22 CLASSES) 20 A 22 JUNHO
 - B) 2º E 3º NÍVEL (52 E 78 CLASSES) 24 A 26 JUNHO
4. REALIZAÇÃO EXAMES SEGUINTES DATAS:
 - A) 40 60 E 84 CLASSES - 8 A 12 JULHO
 - B) ORAIS 84 CLASSES - 4 A JULHO
5. PROLONGAMENTO PERÍODO AULAS TODAS CLASSES ENSINO BASE REGULAR ATÉ REALIZAÇÃO PROVAS FREQUÊNCIA E EXAMES
6. PERÍODO FÉRIAS PROFESSORES DECORREDA DE 20 JULHO A 10 AGOSTO 77

O DIRECTOR,

[Signature]

REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA GERAL



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

DELEGAÇÃO PROVINCIAL DE EDUCAÇÃO DE LUANDA
SECTOR PROVINCIAL DE APOIO AOS COOPERANTES

S/S
= GAB. DO CAMARADA VICE-
-MINISTRO PARA O ENS.
DE BASE
= DIRECÇÃO NACIONAL DE
ENSINO DE BASE REGULAR
= DIRECÇÃO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO FÍSICA E DES-
PORTO ESCOLAR

AO
CABINETE DE INTERCÂMBIO INTER-
NACIONAL DO MED

LUANDA

S/ referência :

S/ comunicação :

N/ referência :

Caixa Postal :

ASSUNTO :

3265/SPAC/DP/85

21 MAI 1985

A Delegação Provincial de Educação, depois de ana-
lizar o plano de férias, chegou à seguinte conclusão:

1- Que o calendário de saídas para os professores
Cubanos que leccionam nas Escolas do II e III Níveis deve ser
o seguinte:

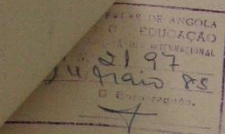
Para os que leccionam as 5ª e 7ª classes deverão
sair a 20 de Junho de 1985.

Para os que leccionam as classes de exame, 6ª e
8ª a 5 de Julho de 1985.

Os professores de Educação Física poderão partir
a 1 de Junho de 1985.

SAUDAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS.
1985-ANO DO II CONGRESSO DO PARTIDO
O DELEGADO PROVINCIAL

Nicodemus João Borges Salvador
NICODEMOS JOÃO BORGES SALVADOR



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
DIRECTOR PROVINCIAL APOIO AO COOPERANTE DA DELEGACÃO PROV. EDUCAÇÃO L-SUL-

AO

CABINETE DE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL DO IED

=L U A N D A =

Tendo em conta que os Cooperantes Cubanos Cooperantes
estão leccionando as classes de transição imediatamente as 5ª e 6ª classes
já concluídas as programadas, enquanto que os restantes também se en-
contram prontos a concluí-las e devido ao pouco formulado pelos mesmos,
para atendimento pelo Chefe do Grupo Provincial da Educação de Luanda-Sul,
vem este Sector submeter a esse estúdio e devido parecer de autorização,
segue as datas previstas para a saída da seguinte:

SAÍDA 28 DE MAIO DE 1985

- 1- Saul Gomes Nogueira.....II Nível.....5ta Matemática.....Término Missão
- 2- Juan Puente Gonzalez... III Nível.....5ta Matemática.....Término Missão
- 3- Orlando Morales Cervantes " Nível.....5ta Matemática.....Término Missão
- 4- Ricardo Ramírez Rodríguez " Nível.....5ta Matemática.....Término Missão
- 5- Alfredo Hernández Suarez " Nível.....5ta Matemática.....Término Missão
- 6- William López Vazquez....." Nível.....5ta Ciências.....Término Missão
- 7- Roberto Despeigne Boga....." Nível.....6ta Matemática.....Término Missão
- 8- Francisco Gonzalez Rodriguez Nível.....5ta Matemática.....Vacacionista
- 9- Mario treto peraz....." Nível.....5ta Ciências.....Vacacionista
- 10- Raydel Aguila Evara....." Nível.....5ta Ciências.....Vacacionista
- 11- Felix Rivera Hernandez....." Nível.....5ta Ciências.....Vacacionista
- 12- Alfredo Rivera Garay....." Nível.....5ta Ciências.....Vacacionista
- 13- Florencio San Luis Esquivel" Nível.....6ta Ciências.....Vacacionista
- 14- Carlos Palabarría Alfense.. " Nível.....6ta Ciências.....Vacacionista

SAÍDA 15 DE MAIO DE 1985

- 1- Julio Martínez Pelegrino..II Nível.....Educação Física....Vacacionista
- 2- Santiago Vicentes Sánchez III "Educação Física....Vacacionista
- 3- Juan Herrero Morales.... II "Educação Física....Vacacionista

...//...

SAIDA 9 DE JUNHO DE 1985

- 1- Pablo Manuel Puga Morano.....III Nivel...Matemática 72.. Termine Mis.
- 2- Osvaldo Arteaga Matin.....III Nivel...Matemática " Ter.Misión
- 3- Angel Moy. Pares.....III Nivel...Historia.....Term.Misión
- 4- Eugenio Franklin Reynaldo....."Geografía....." "
- 5- Antero Pérez Carón....."Pedagogía....." "
- 6- José P. Gonzales Salgado....."Matemática....." "
- 7- Roberto Lopez Mesa....."Biología....." "
- 8- Omar Torres Rodriguez....."Psicología.....Vacacionista
- 9- RosalRamires Ramires....."Química.....Term.Misión
- 10- Pedro Hernandez Morales....."Física" "

SAIDA 29 DE JUNHO DE 1985

- 1- Juan A. Bandera Tamayo.....III Nivel....Biología 82 Termine Misión
- 2- Crestes Pontigo IzquierdoIII Nivel....Física...82 Termine Misión
- 3- Alberto Pares EcheverriaIII Nivel....Matemática82 Termine Misión
- 4- Juan A. Valero Loreto M. III Nivel....Historia..82 " "
- 5- Ruben M. Fernández MorejónIII Nivel....Geografía 72 " "

SECTOR PROVINCIAL APOIO AO COOPERANTE DA DELEGAÇÃO PROVINCIAL DE EDUCAÇÃO DA LUSIA-SUL, AOS 6 DE MAIO DE 1985 "ANO DO II CONGRESSO DO PARTIDO".-

O CHEFE DE SECTOR PROVINCIAL,

/ JOAO /

MINISTERIO EDUCACIONAL "PAULA PAIS" PROVINCIA BENGUE
PROYECTO -EXISTENTES:

Disciplina	Profesores	nivel
Matemática	2	III Nivel
Física	1	III Nivel
Química	1	III Nivel
Historia	1	III Nivel
Geografía	1	III Nivel
Matemática	3	II Nivel
Biología	1	III Nivel
Ciencias Naturales	3	II Nivel
Total	13	II y III Nivel
Proyecto de salida de la Primera Etapa a partir del 15 de Junio		
Matemática	3	II y III Nivel
Ciencias Naturales	2	II Nivel
Total	5	II y III Nivel

*Pres. p. en
Cubano*

Proyecto de salida II Etapa a partir del 30 de Junio

Sta 2
Sva 6
Total 8

Evaluación 5ta y 7ma del 10 al 14 de Junio

Evaluación 6ta y 8va del 25 al 29 de Junio

- Todos los profesores del II y III Nivel están al día en el programa
- Se puede terminar sin dificultades los contenidos del II y III Nivel para el 31 de Mayo
- Los profesores presentan mayor dominio del idioma.
- Presentan mayor dominio del programa y la materia.
- Termina en el país el mayor contingente de educación.
- En la provincia Bengue terminan 10 compañeros de los 13.
- Estos compañeros tienen que pasar seminario para comenzar a trabajar en Cuba para el 12 de Julio.
- Solamente en la provincia existe un grupo de 8va clase trabajando con el 8 profesores.
- Existe dificultad con la transportación para Cuba.
- Existe un periodo del 14 al 25 que no se aprovecha.
- El año pasado permanecimos los profesores 15 días sin realizar actividades.

Proponemos:

1.-Realizar las pruebas finales tanto del II como del III Nivel de la sgte forma:

II Nivel	3/6	4/6	5/6	6/6	7/6	8/6
L.Portugués	C.Naturales	C.Sociales	Matemática	E.V.P.	Calificación y entrega de pautas.	

III Nivel:

3/6/85: L.Portugués y Biología
4/6/85: Geografía y Química
5/6/85: Historia y Física
6/6/85: L.Extranjera y Matemática
7/6/85: E.V.P.
8/6/85: Entrega de pautas y llamadas.

Horario del II Nivel

5ta clase Diurna: de 8 a 10 Mañana
5ta clase Nocturna: 10 a 12 Mañana
6ta clase Diurna y Nocturna: 10 a 12 Mañana

colocadas.
autorizada a
po que afecta a
de 12 prazos
de 15 dias
com vista

REPUBLICA POPULAR DE ANGOLA
MINISTERIO DA EDUCACAO
DELEGACAO PROVINCIAL DE BENGUELA
VISTO:
DELEGADO PROVINCIAL
FELIX SERRAS LAMEIRA
BENGUELA

REPUBLICA POPULAR DE ANGOLA
MINISTERIO DA EDUCACAO
GABINETE DE INTERCAMBIO INTER-
NACIONAL
Entrada N.º 797
Em 4/06/85
O Enq. 223000

Jan 1985

DELEGADO PROVINCIAL
FELIX SERRAS LAMEIRA
BENGUELA

SOE
Par constituir
Processo 160/85
14
8.4

GABINETE DE INTERCAMBIO INTER-
NACIONAL DO MED

LUANDA

777/S.P.A.C./85

20 402 005

Por norma, todos os anos temos planificado as datas de saída dos professores Cubanos para férias e assim, de acordo com os actuais calendários escolares dos Ensinos Médio e de Base, eis as datas para o presente ano lectivo:

EDUCACAO FISICA	6 PROFS.	5/6/85 ✓
5ª CLASSE	19 "	20/6/85
6ª "	19 "	5/7/85
7ª "	28 "	30/6/85
8ª "	19 "	10/7/85
INE	14 "	7/7/85
INST. POLITEC. E PNIV 7 "		21/7/85.

O presente plano refere-se às saídas da Provincia para Luanda.

POR UM ENSINO AO SERVICO DO POVO
O CHEFE DO SECTOR
TOMAS CHIFFO PUTO

O CHEFE DO SECTOR,

16.04.85

TELEGRAMA MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX OFICIAL

URGENTE
GABINETE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL MED
LUANDA
DELEGACÃO PROVINCIAL EDUCAÇÃO BENGUELA
BENGUELA

CONFIDENCIAL
/GII/85

REFERÊNCIA VOSSO OFÍCIO 777 VQ MUITO ESTRANHAMOS TERHA SIDO
FEITO DECALQUE CHEFE MISSÃO CIVIL CUBANA VQ VIRTUDE NTO SER
PRÁTICA RECOMENDADA PT
SAUDAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS PF

[Handwritten Signature]
JOAQUIM DE OLIVEIRA SILVA
DIRECTOR GABINETE

Precedência
URGENTE

(Exclusivo de I.N. - U.E.E.)

(a) **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**
TELEGRAMA MENSAGEM OFICIAL

Precedência-Ação URGENTE	Precedência-Informação	Grupo Data Hora	Número de Série
De: GABINETE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL MED LUANDA		N.º de grupos	
Para: DELEGAÇÃO PROVINCIAL EDUCAÇÃO BENGUELA BENGUELA		Instruções para a mensagem	
Info:		Classificação de segurança CONFIDENCIAL	
		Número de origem 00/011/85	
REFERENCIA VOSSO OFICIO 777 VG MUITO ESTRANHAMOS TERHA SIDO FEITO DECALQUE CHEFE MISSÃO CIVIL CUBANA VG VIRTUDE NÃO SER PRÁTICA RECOMENDADA PT SAUDAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS PF			
(b)	Data	Hora	Operator
Págs. do Pág. EXPEDIDOR			
Assinatura e Cargo			
DIREÇÃO, REPARTIÇÃO OU SERVIÇOS			
(b) E (c) (prioridade) (d) (E. (prioridade))			

A Preencher pelo Expedidor

A Preencher pelo operador

DISTRIBUIÇÃO
Ex. n.º 1
Ex. n.º 2
Ex. n.º 3
Ex. n.º 4
Ex. n.º 5
Ex. n.º 6

ELIANDO DE

REPUBLICA ARGENTINA
SECRETARIA DE INSTRUCCION PUBLICA
SECCION PROVINCIAL DE APOYO A LOS COLEGIOS
VISTO:
O DELEGADO
SECRETARIA DE INSTRUCCION PUBLICA
DIRECT. PROV. DE APOYO A LOS

RELA. DE ALUMNOS DE COLEGIOS DE ENSEÑANZA PRIMARIA PARA
CLASES E EXAMENES.

=PROCESO DE DESCONGELACION CLASES DE COLEGIO NO CUMPLE=

Matemática 2a Clase

1 Gladys Carbelo Manojin
2 Margarita Diaz González
3 Clarita Rodriguez Morales
4 Silvio Castillo Arellano

Matemática 3a Clase

13 Julia Valdes Montano
22 Sarah Diaz Pérez

5a Clase

12 Anelda Curra Velazquez
22 Clarita Gutierrez Barrios
32 Luis Martinez Cardoso
42 Maria Anisia M. Iglesias
52 Pedro Martinez Garcia
62 Vladimir Aguilar Espinosa

5a Clase

12 Elia Rda. Calcano
22 Fidel Turro Rodriguez
32 Hilolisa V. Rosa Lara
42 Rayra Herrero Hilan
52 Marieta Isabel D. Celero
62 Hilario Roberto R. Batien

3a H. V. B. L.

7a Clase

12 Jorge Diaz Cardenas - - - - - Matemática
22 Jorge Luis St. Alvarez - - - - - Matemática
32 José A. Fiana Laurerio - - - - - Química
42 José Raúl R. Triana - - - - - Química
52 José Salvador T. Reina - - - - - Matemática
62 Odila R. Jimenez Diaz - - - - - Biología
72 Juan Rodriguez Garcia - - - - - Matemática
82 Lucero E. Rda. Naval - - - - - Historia
92 Salvador F. Hidalgo - - - - - Matemática

6a Clase

12 Anelda M. Vasquez Garay - Biología
22 Armando Senera - Física
32 Edilberto Gomez Alvarez - Matemática
42 Fernando Roman Rojas - Hist.
52 Juan Hieronymo Nieto - Matemática
62 Maria Teresa F. Sacer - Química
72 Santa Santa Terrero - Geografía

ESCALA DE ENSEÑANZA

12 Eduardo David Sanchez - - - - - 2a Nivel 6a Clase Matemática
22 Manuel Duran - - - - - 2a " 5a Clase Ed. Física
32 Orlan González - - - - - 2a " 5a Clase Ed. Física
42 Carlos González Cabrera - - - - - 3a " 7a Clase Física
52 Juan Alvarez - - - - - 3a " 7a " Ed. Física
62 Joaquín Corat González - - - - - 3a " 8a " Geografía
72 Dora Noemí Beáres - - - - - 1. H. B. Química
82 Lúdmir E. Rogelio - - - - - 1. H. B. Francés (Bulgaro)
92 Eugenia St. Charieva - - - - - 1. H. B. Inglés

SECCION PROVINCIAL DE APOYO A LOS COLEGIOS DE ENSEÑANZA PRIMARIA, 20/03/05. - "ANC DO
II CONGRESO DO PARTIDO. -"

O CHAVE DE CLASE,

= ELIMINO DE

1937
 O DIRETOR DO PROV. DE EDUCAÇÃO
 (Assinatura)
 /Direção Prov. de Educação/

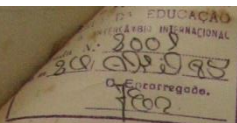
A(C) GABINETE DE INTERCÁMBIO INTERNACIONAL

L U A N D A

22 NIVEL	Cooperantes	3a NIVEL	Cooperantes	I.N.E.	Cooperantes
Mat. Físic.	12	E. Portuguesa	3	Mat. Físic.	1
C. Matemática	10	Matemática	3	Matemática	1
E. Portuguesa	12	História	3	Psicologia	1
Mat. Físic.	12	Geografia	3	Psicologia	1
C. Sociologia	8	Biologia	3	História	1
Mat. Visual	8	Física	3	Geografia	1
Total	56	Química	3	Matemática	2
		Mat. Visual	3	Física	1
		Mat. Físic.	3	Química	1
		Total	15	Biologia	1
				E. Portuguesa	1
				Total	12

SERVIÇO PROVINCIAL DE APOIO AO GOVERNADOR, BRASÍLIA, 25/09/65. - "ANO DO
II CONGRESSO DO PARTIDO."

SECRET
JAN 1970



República Popular de Angola
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VISTO
O DELEGADO PROTEMPORARIO
- OSCAR GUILHERME DE ALMEIDA -

DELEGACÃO PROVINCIAL DE EDUCAÇÃO DO MOXICO
/SECTOR PROVINCIAL DE APOIO AO COOPERANTE/

C/C

AO COMISSARIADO PROVINCIAL DO MOXICO

AO
GABINETE DE INTERCAMBIO INTER-
NACIONAL DO MND

LUANDA

N / Referência

N / Comunicação

V / Referência

V / Comunicação

Telef. _____

ASSUNTO:

166 25/67/SPAG/85

30.MAR.1985

Para os devidos efeitos, junto se enviam a relação nominal servindo-se de proposta de disponibilidade e gozo de férias, conforme as classes e níveis da cooperação Cubana de "Contingente Frank País" e dois professores de nacionalidade Dúlgara, relacionados na escala de gozo de férias, por terem renovado o contrato.

Mais se remetem o plano de necessidades em Cooperantes para o ano lectivo de 1986/87.-

- SAUDAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS -

1985.-" ANO DO II CONGRESSO DO PARTIDO.-"

O CHEFE DO SECTOR

ELINDO DE ALMEIDA -



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

a) DELEGACÃO PROVINCIAL DA EDUCAÇÃO DO MÉXICO
/GABINETE DO DELEGADO PROVINCIAL/

ASSUNTO:

N.º 003/GD/85

Proc. _____

Data 05/04/85

PARECER

DESPACHO

*clp/da CEC para 1
cópia*

O/DECALQUE:
BAL. INT. INTERNACIONAL DO MED.
COMISSARIADO PROV. DO MÉXICO

PROPOSTA Nº 003/GD/85

AO CDA.

DIRECTOR NACIONAL DE FORMAÇÃO DE
QUADROS DE ENSINO

LUANDA

Considerando que o INS não se dispõe de determinados ma-
teriais de apoio para cumprir com os programas das diferentes classes
que a seguir se descrevem:

.../...

*) Ministério, Direcção, Repartição ou Serviço.

(a)

Pág. II

N.º

Proc.

Data 5/4/85

2ª classe

- Pode-se cumprir todas as disciplinas na íntegra.

10ª classe

Física: ÓPTICA E ESTRUTURA DO ATÔMO.
HISTÓRIA: última unidade.

11ª classe

Física: Oscilações Mecânicas
Matemática: O estudo das rectas e do Plano no Espaço

12ª classe

Física: Unidade de Física nuclear
Biologia: 3ª Unidade.

Considerando ainda que as restantes disciplinas podem ser dadas na sua íntegra até primeira quinzena de Junho;

Pelas razões expostas.

Proponho que seja autorizado a realização das provas nesse nível de ensino de 12 a 17 de Junho/85 e consequentemente a saída de professores cooperantes após o trabalho concluído.

Porém, cda Director no uso do seu alto critério, melhor decidirá.

GABINETE DO DELEGADO PROVINCIAL DA EDUCAÇÃO DO MOXICO, NO
LUBNA, aos 5 de Abril de 1985-"ANO DO II CONGRESSO DO PARTIDO".-

O DELEGADO PROV. EM EXERCÍCIO,

Oscar Guilherme de Almeida
ÓSCAR GUILHERME DE ALMEIDA

/DIRECTOR PROV. DO ENS. B. REGULAR/

DA EDUCAÇÃO
INTERVENÇÃO Nº 3.1.1.1
da N.º 321
em 25/ Mai, 85
D. Enx. regado.



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

DELEGACÃO PROVINCIAL DE MOÇÂMEDES

C/C
-DELEGACÃO PROV. E ESTADO
COOPERAÇÃO/MANIB.

AO
GII/MED

lauro

LUANDA

Sua Referência:

Sua Comunicação:

Nota Referência:

Caixa Postal n.º 186

ASSUNTO:

093 / 12/C/DP/M/CS

Junto remet-se proposta de disponibilidade gradual
da Cooperação Cubana, conforme classes e níveis que se encontram.

Saída da Província

Dia 14.6.85---6 Professores--IDA

Dia 17.6.85---18 Professores--IDA

Dia 1.7.85---19 Professores--IDA e VOLTA

SAUDAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS

DELEGACÃO PROVINCIAL DA EDUCAÇÃO DO MANIB., AOS 20/5/85 "ANO DO IIº
CONGRESSO DO PARTIDO".

ODLEGADO PROVINCIAL

ELÍDIO JOÃO MARTINS TORRES

EDUCAÇÃO

5 1. - Mantêm-se irregulares os despachos semanais para coordenação de actividades, por frequente ausência da Chefe do Contingente Educacional Cubano;

X
Sai
- mantêm-se problemas resultantes da não apresentação atempada dos curricula vitae dos novos cooperantes, nem das respectivas relações nominais;

3. - mantêm-se os problemas resultantes da movimentação da cooperação Cubana por todo o País - chegada, partida, transferência - sem conhecimento prévio da Estrutura Central do Ministério da Educação; - *Deslocam. curricula / EN - Nelson*

4. - devido à realização do Censo Populacional nas Províncias da Huíla, Cabinda, Zaire e Namibe o qual, dada a prioridade de que se reveste, afectou o início do ano lectivo, o Ministério da Educação decidiu alterar nestas Províncias, a data de realização das Frequências e Exames para os períodos de, respectivamente, 24 a 28 de Junho e 08 a 12 de Julho. Estas datas ultrapassam os limites previstos no Calendário Escolar superiormente aprovado, e que estipula o término do ano lectivo em 15 de Julho, em apenas 4 dias, uma vez que se entende que o processo de classificação de alunos de 6ª e 8ª Classes pode estar terminado em 19 de Julho.

Desta medida resulta a necessidade de permanência na RPA até 21 de Julho de 26 professores do Ensino de Base, sendo 12 de Cabinda e 14 de Huíla; este processo não afectará a província do Namibe e, no Zaire, não existe Cooperação Cubana.

5. - Na base do calendário de vãos Luanda-Havana, a Parte Cubana deve apresentar com a máxima urgência (até 30 de Julho, o mais tardar) o calendário de vãos Havana-Luanda, de modo a que ambas as Partes possam programar priorizando o envio dos professores para as diferentes Províncias, mesmo que com a realização de vãos especiais, de modo a garantir o efectivo início do ano lectivo de 1985-86, em 01 de Setembro de 1985.

6. - De um modo geral há dificuldades de transporte e/ou combustível, o que prejudica a assiduidade dos professores; por outro lado, a falta de energia prejudica a normal frequência dos Cursos Nocturnos e, em parte, os últimos tempos das aulas do período da tarde.

7. - Mantêm-se as dificuldades com o déficite de materiais docentes para os professores, sobretudo nos Cursos Pré-universitários e Institutos Normais de Educação em todas as Províncias.

8. - No dia 01 de Junho está prevista a vinda à RPA de uma Delegação do Ministério da Educação de Cuba que analisará com o Ministério da Educação da RPA o trabalho a realizar sobre o Estudo "Diagnóstico do Ensino de Base e Médio".

A Parte Angolana deve garantir as condições de trabalho, alojamento e transportação para os trabalhos da referida Delegação.

9. - No mês de Março viajou para Cuba uma Delegação do Ministério da Educação angolano que analisou os problemas relacionados com os níveis de admissão dos Bolseiros na Ilha da Juventude.

10. - A Parte Cubana aprovou para o próximo ano lectivo 1985/1986, 26 professores das 29 solicitudes, exceptuando os dois de Pedagogia e

um de Psicologia.

11. - A Parte Angolana não apresentou os modelos AT-1, para contratação de Técnicos para o Centro de Investigação Pedagógica nas áreas de Marxismo-Leninismo e Economia Política, devendo fazê-lo até 31 de Maio de 1985.
12. - Ambas as Partes acharam oportuna a criação de uma Sub-Comissão Mista de Educação e Ensino junto da Comissão Económica Mista República Popular de Angola - República de Cuba, como forma eficaz de resolução expedita de questões surgidas ao longo do processo de Cooperação. *+ proposta de comissão + frequência. +*

ENSINO SUPERIOR

1. - Dos sete professores previstos para o 2º Semestre do ano lectivo 1984/1985, encontram-se já cinco na RPA, tendo sido duas posições canceladas, uma porque se destinava à Chianga (Província do Huambo), outra por não terem sido fornecidos atempadamente o perfil e conteúdo de trabalho dos professores; no 2º caso, não tendo o candidato seleccionado correspondido ao perfil de desejado, tornou-se impossível a selecção de um segundo candidato.
 2. - No mês de Março de 1985, visitou a República Popular de Angola uma Delegação do Ministério do Ensino Superior de Cuba, chefiada pelo seu Primeiro Vice-Ministro, e que integrava o Primeiro Vice-Reitor do Instituto de Ciências Médicas de Havana; das conversações então realizadas *concluiu-se a seguinte situação:*
- = A Parte Cubana deveria ter respondido até princípios do corrente mês de Maio, às solicitações de preenchimento de 145 posições (31 das quais para Medicina) a maioria delas já solicitadas aquan

do da visita a Cuba do Vice-Ministro Angolano da Educação para o Ensino Médio e Superior, em Abril de 1984; recomenda-se que a resposta seja fornecida até 31 de Maio corrente, de modo a que a Universidade "Agostinho Neto" possa preparar convenientemente o ano lectivo de 1985/86;

= igualmente em Maio de 1985, a Parte Cubana dará resposta ao "projecto de Convénio de Colaboração Científica e Ensino Superior entre a Faculdade de Medicina da Universidade "Agostinho Neto" e o Instituto Superior de Ciências Médicas de Havana";

= pelos mecanismos, processos e prazos de solicitação de cooperação e sua confirmação pela Parte Cubana devendo, em termos gerais, a Universidade "Agostinho Neto" apresentar as solicitações com um ano de antecedência em relação à data prevista para início de trabalho e o Ministério do Ensino Superior de Cuba responder até 4 meses após a recepção das solicitações;

= ~~é~~ preferível e desejável que as candidaturas de médicos capacitados para o exercício da função docente fôsem canalizadas através do Ministério da Educação e não através do Ministério da Saúde da República Popular de Angola; esta última prática coloca algumas dificuldades de posterior transferência de médicos Cubanos, que possam assumir funções de docência, para as cidades de Luanda e Huambo;

é preocupante a situação referente à Chianga (Huambo) uma vez que a não leccionação, pelos professores Cubanos nesta localidade, pode comprometer o Curso de Agronomia.

= É desejável o aperfeiçoamento, superação e formação do Corpo Docente Angolano em Cuba, pelo que se estipularam acções concretas neste sentido, que se recomenda sejam esmeradamente cumpridas.

LUANDA, 24 DE MAIO DE 1985,

1985

*Encaminhar para
o Ministério da
Educação
em Luanda, para
o Conselho Superior
de Ensino Superior.*

*Encaminhar para
o Conselho Superior
de Ensino Superior.*



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA
UNIVERSIDADE DE ANGOLA
LUANDA

-1-

PROJECTO DE CONVÉNIO DE COLABORAÇÃO CIENTÍFICA E DE ENSINO SUPERIOR
ENTRE A FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE ANGOLA E O INSTITUTO
SUPERIOR DE SAÚDE DE HAVANA.

Com o objectivo de estabelecer uma colaboração directa entre a Faculdade de Medicina da Universidade de Angola e o Instituto Superior de Saúde de Havana, visando um ulterior desenvolvimento e fortalecimento da amizade e cooperação, mútuas, no domínio do Ensino das Ciências Médicas e Investigação Científica entre ambas as instituições e em conformidade com o Convénio de Colaboração Económica e Científica-Técnica assinado entre os Governos Angolano e Cubano, a 26 de Julho de 1976, em Havana, as partes contratantes convieram em firmar o seguinte convénio para o período de 1985/88.

I

A Faculdade de Medicina da Universidade de Angola e o Instituto Superior de Saúde de Havana, dinamizarão a sua colaboração científica, docente e metodológica através da troca de docentes e especialistas por períodos curtos, a fim de fomentar o intercâmbio de experiências.

II

O Instituto Superior de Saúde de Havana fornecerá docentes à Faculdade de Medicina da Universidade de Angola para as áreas das Ciências Fundamentais, Clínicas de Saúde Pública, a fim de exercerem a sua actividade nas cidades de Luanda e ou Huambo.

III

O fornecimento de docentes referido no artigo II, far-se-á, segundo solicitação apresentada pela Faculdade de Medicina da Universidade de Angola, com um ano de antecedência e de acordo com as disponibilidades do Instituto Superior de Saúde de Havana.

IV

O Instituto Superior de Saúde de Havana compromete-se a dar conhecimento à Faculdade de Medicina da Universidade de Angola, no prazo de seis meses, a contar da data da solicitação referida no artigo anterior, da possibilidade de corresponder ao fornecimento dos docentes.

V

O Instituto Superior de Saúde de Havana acolherá docentes angolanos a fim de frequentarem cursos de pós-graduação e estágios de actualização, sendo estes nunca superiores a três meses de duração.

VI

A Faculdade de Medicina da Universidade de Angola e o Instituto Superior de Saúde de Havana, colaboração directamente através dos planos de trabalho anuais elaborados pelos responsáveis de ambas as Instituições.

VII

Ambas as Instituições realizarão um intercâmbio de documentação científica, legislação académica e programas de estudos, elaborados pelas respectivas Faculdades.

VIII

Ambas as Instituições estudarão a possibilidade de realizar investigações conjuntas de interesse mútuo, de acordo com os planos de trabalho correspondentes, no domínio científico.



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA
UNIVERSIDADE DE ANGOLA
LUANDA

-3-

XV

Ambas as Instituições comprometem-se em fornecer informações sobre conferências seminários, meses redondas, colóquios e outros eventos científicos, bem como a sua aceitação na participação dos seus docentes nas referidas actividades.

X

O Instituto Superior de Saúde de Havana, compromete-se a fornecer anualmente até 30 bolsas de estudos para os alunos da Faculdade de Medicina da Universidade de Angola que terminem o ciclo Básico.

XI

A Faculdade de Medicina da Universidade de Angola compromete-se em dar conhecimento das necessidades em bolsas de estudo, ao Instituto Superior de Saúde de Havana, no prazo de três meses, antes do início do ano lectivo.

XII

Os bolseiros frequentarão no Instituto Superior de Saúde de Havana, os 3º, 4º e 5º anos do curso de Medicina, sendo o ano de estágio efectuado na República Popular de Angola e o certificado de Licenciatura outorgado pela Universidade de Angola.

XIII

O presente projecto de convénio terá a duração de 3 anos, a partir da assinatura do mesmo, prorrogáveis automaticamente no interesse das partes. No término de cada período, os representantes de ambas as Instituições reunir-se-ão alternativamente em cada país, para analisarem as modificações pertinentes.



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA
UNIVERSIDADE DE ANGOLA
LUANDA

- 4 -

Feito em Luanda, aos de Janeiro de 1985, em dois exemplares, um em
Português, outro em Espanhol fazendo ambos os textos igualmente fé.

O Decano da Faculdade de Medicina
da Universidade de Angola

O Instituto Superior de Saúde
de Havana



MPLA-Partido do Trabalho

REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Em 23.5.85

AO CAMARADA

AUGUSTO LOPES TEIXEIRA "TUTO"

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Nº Refa/ JBZ /85

LUANDA

Pela presente se informa que a VIII Reunião da Comissão Bilateral de Controlo entre o MPLA-Partido do Trabalho e o Partido Comunista de Cuba se realiza no dia 24 e 25 do corrente mês estando prevista a análise do vosso sector no dia

25 pelas 11h30

Anexamos o Relatório a ser presente à reunião.

LUANDA, 23 DE MAIO DE 1985 " ANO DO II CONGRESSO DO PARTIDO "



COORDENADOR DA COMISSÃO PELA PARTE ANGOLANA

REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA
GABINETE DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO

MEMBRO DO BUREAU POLITICO

EDUCAÇÃO

Efectuaram-se irregularmente os despachos semanais entre as Partes onde se continuou a abordar as dificuldades existentes fruto da instabilidade no trabalho dos professores da área do Prenda 7, província de Luanda.

Mantém-se as dificuldades por falta de combustível e transporte, apesar de ter sido entregue pela Parte angolana um dos autocarros novos para a movimentação dos professores.

As províncias de Cabinda, Huíla e Namibe, afectadas pela interrupção de aulas por motivo do censo Populacional encontram-se a trabalhar, realizando os ajustes correspondentes para terminar na data programada; Não obstante continuam-se a registar problemas no seu plano de aulas.

Analisa-se com a Direcção do Ensino de Base a prorrogação do ano lectivo nestas três províncias até 15 ou 20 de Julho.

A Parte cubana manifestou o seu desacordo ante tal decisão que afecta sensivelmente o calendário de saída programada e a transportação dos professores cubanos das províncias para Luanda e para Cuba, o qual está a ser analisado pela Parte angolana.

Mantém-se as dificuldades com o déficit de materiais docentes para os professores, sobretudo nos níveis PUNIV e INE em todas as províncias.

A Parte cubana aprovou para o próximo ano lectivo 1985/1986, 26 professores dos 29 solicitados, exceptuando os 2 professores de Pedagogia e um de Psicologia.

No dia 31 de Maio está prevista a vinda à RPA de uma delegação do Ministério da Educação de Cuba que realizará o trabalho a realizar sobre o Estudo Diagnóstico para o Desenvolvimento da Educação de Base e Média em Angola, a realizar-se pelo Ministério da Saúde Pública.

A Parte angolana deve garantir as condições de trabalho, alojamento e transportação para os trabalhos da dita delegação.

Sobre a compra de farolins tipo Petromax que a Parte angolana deve garantir para as aulas nocturnas quando falte energia eléctrica, não temos conhecimento das entregas efectuadas.

No mês de Março viajou para Cuba uma delegação do Ministério de Educação angolano que analisou os níveis de admissão dos bolseiros da Ilha da Juventude.

A Parte angolana não solicitou, através da via partido, a colaboração para a formação de professores de Marxismo-Leninismo e Economia Política.

1. incluir
6. mas
uma exigência

ficar

apresentar o modelo F-2 por carta

11.
12

de zona

13-10-61
31 de Maio

12 ABIL

EDUCAÇÃO SUPERIOR

Dos 7 professores previstos para o segundo semestre do ano lectivo 1984/1985 encontraram-se 5 na RPA e 2 foram cancelados, um porque o seu trabalho seria na Chianga (Província do Huambo) e o outro por não ter sido definido a tempo, pela Parte angolana, o perfil e conteúdo de trabalho de especialidade pelo que o candidato seleccionado não correspondia à definição sendo impossível encontrar um novo candidato que chegasse no período solicitado.

No mês de Março viajou à A.L.A. uma delegação do Ministério da Educação Superior de Cuba, presidida pelo seu Vice Ministro Primeiro, integrando-a também o Vice Reitor Primeiro do Instituto Superior de Ciências Médicas da cidade de Havana.

114 + 31 p. rec. med.
Nos encontros tidos com a Parte angolana apresentou as suas solicitações de professores para o próximo ano 85/86 dos quais a Parte cubana recepcionou 74 e deverá responder sobre as suas possibilidades até ao mês de Maio do presente ano, o que possibilitará à Parte angolana conhecer com tempo suficiente as soluções que deve adoptar para satisfazer as suas necessidades. Parte angolana deverá apresentar as suas solicitações de professores para o ano lectivo 86/87 em Setembro de 1985 (com um ano de antecedência) devendo responder a Parte cubana acerca das suas possibilidades ao fim de quatro meses após as solicitações recebidas.

3.6.
Foi analisada a participação na docência médica, dos professores cubanos que se encontram a prestar serviço através do Ministério de Saúde Pública e nesta base será dada resposta as solicitações formuladas pela Faculdade de Medicina, excepto as correspondentes a Ciências Médicas.

Não se falou, antes
a parte angolana
deve as fornecer
ao (julho) de 85
na forma



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

a) MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DE INTERCÉLIO INTERNACIONAL

ASSUNTO :

N.º 611/II

Proc. _____

Data 18/4/85

PARECER

DESPACHO

AO CAMARADA
MINISTRO DA EDUCAÇÃO
L U A N D A

INFORMAÇÃO

Do relatório apresentado pela parte Cubana, tivemos conhecimento apenas dentro da sala de reuniões, e que não permitiu a sua análise exaustiva.

Constata-se uma diferença de números entre os nossos dados e os da parte Cubana, e que vem sendo normal, dadas as dificuldades de coordenação

a) Ministério, Direcção, Repartição ou Serviço.

D. L. - 5 - A4 - 20.000 - N.E.A. - 1981

.....//.....

CONT/



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

a)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL

CONT/.....

que existem e que temos referido em todos os nossos relatórios.

A parte Cubana dá um destaque particular à questão de transporte da cooperação em Luanda, problema que efectivamente, só este mês (Abril 85) ficou resolvido com a entrega efectiva de um autocarro à DPE/Luanda; no entanto o MED havia já solicitado que a parte Cubana e a Logitécnicos-UEE estudassem a probabilidade de contratação de motoristas, dada a gravidade que o problema de transporte assume.

Os restantes problemas foram objecto de análise por parte do MED, em reunião presidida pelo Camarada Vice-Ministro para o Ensino de Base, de que junto fotocópia bem como um relatório elaborado e enviado ao DECD/MPLA-PT, através do Gabinete do Camarada Ministro.

É o que me cumpre informar o Camarada Ministro

LUANDA, E GABINETE DE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL DO MED AOS 06 /
DE Maio / DE 1985 * - ANO DO II CONGRESSO DO PARTIDO * -

O DIRECTOR DO GABINETE

JOAQUIM MANUEL SILVA

C.M/L.F

REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Em 16 de Abril de 85
O 1º



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

GABINETE DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO

AO
GABINETE DE INTERCÂMBIO INTERNA-
CIONAL

LUANDA

Sua referência:

Sua comunicação:

Nossa referência:

Caixa Postal:

0811

/38/3.4/RE/85

ASSUNTO:

Em cumprimento do despacho de 06.03.85, do Cama-
rada Ministro da Educação, nele exarado, e que a seguir se trans-
creve, junto se remete o ofício nº. 49/85, do MPLA-PT, que anexa
a Acta e a Listagem dos Acordos da VII Reunião da Comissão Bila-
teral de Controlo, entre as Delegações do MPLA-PT e do Partido
Comunista de Cuba:

" AO GII

Para conhecimento e parecer, a ser transmitido
no próximo despacho.

Ass.) AUGUSTO LOPES TIXEIRA

06.03.85 "

SALUDAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS

GABINETE DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO EM LUANDA, AOS

" ANO DO II CONGRESSO DO PARTIDO "-

- 1. AVR. 1985

O DIRECTOR DO GABINETE

ANDRÉ POMBO DA SILVA CARDOSO

Ao Camarada
 Ricardo E. Melo:

Caritas - is inner & genuine in
humanity rather than based
on the human nature, or the
the needs of human, based
on the individual & conditions
but the action is not based
reference on the individual or human
relationships.

On recente Bestellung, haben
stills bis so auch die Anweisung
so noch, die meisten (11-12)
der Camareros noch, die
der frucht fotografieren, dann
für eine kleine abende
beim an den, abend
für die Camareros (11-12)
No.

16. 4. 74



MPLA-Partido do Trabalho

Superior conhecimentos
e considerações do camarada
Ministro.

5.03.85

[Handwritten signature]

AO

CAMARADA AUGUSTO LOPES TEIXEIRA
MINISTRO DA EDUCAÇÃO

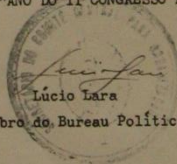
L U A N D A

Nº. Refª. 17/85.-

Junto envio a Acta e a Listagem dos Acordos da VII
Reunião da Comissão Bilateral de Controlo entre as delegações do MPLA-
Partido do Trabalho e do Partido Comunista de Cuba, no referente ao
Sector que dirige.-

SAUDAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS

Luanda, aos 26 de Fevereiro de 1985 - "ANO DO II CONGRESSO DO PARTIDO"



Lúcio Lara

=Membro do Bureau Político=

REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA
GABINETE DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Entrada Nº 506
Em 4.03.85
O Educador
[Handwritten signature]

ACTA
DA VII REUNIÃO DA COMISSÃO BILATERAL DE CONTROLO
ENTRE AS DELEGAÇÕES DO MPLA-PARTIDO DO TRABALHO
E O PARTIDO COMUNISTA DE CUBA

5 A 8 DE FEVEREIRO DE 1985

Os funcionários do Ministério Angolano das Pescas para assegurar as condições mínimas necessárias para que esta colaboração se desenvolva. A Parte angolana considerando que o sal é imprescindível e vital para a população e sem dúvida terá resultados políticos positivos para o processo angolano, expôs que estes problemas estarão resolvidos com a maior brevidade possível.

AÇÚCAR : Continua a colaboração nos complexos açucareiros "Heróis de Caxito" e "1º de Maio".

A Parte angolana solicita que viaje à República Popular de Angola uma delegação cubana para continuar as conversações sobre a contratação para construção duma nova central açucareira.

Ambas as partes consideram que é necessário resolver a questão da segurança militar na zona do Dombe Grande, a fim de restabelecer a colaboração cubana na fábrica de açúcar "4 de Fevereiro" e em outros sectores. Resolvida a situação militar a Empresa UNECA está disposta a analisar a proposta de construção da represa hidráulica e a ponte sobre o rio Coporolo.

EDUCAÇÃO : Ambas as partes analisaram o desenvolvimento do presente ano escolar, tomando medidas para garantir a efectividade do Ano 85/86 e superar as deficiências em Educação de Base, Média e Superior.

INVESTIGAÇÕES SOCIO-POLÍTICAS : Ambas as partes apreciam o bom trabalho desenvolvido na investigação sócio-política sobre a questão Nacional, destacando que a Comissão realizou uma intensa actividade, efectuando inquéritos em várias províncias do País para obter os dados necessários para as análises correspondentes.

O detalhe por sectores do nível de cumprimento, assim como os Novos Acordos adoptados constam no Anexo Nº 2 do presente documento.

Durante os dias 2 e 3 de Fevereiro de 1985 foi realizada uma visita conjunta à Província de Cabinda e em especial ao Município de Buco-Zau, onde se visitaram as áreas de corte de madeira. Ambas as Partes expressaram a sua satisfação pelos trabalhos desenvolvidos e adoptaram as decisões constantes do Anexo nº 2 do presente documento.

ANEXO No.2

ANÁLISE DOS COMPROMISSOS
POR SECTORES DA ESFERA
ECONÓMICA

FEVEREIRO/1985

E D U C A Ç Ã O

O contingente Educacional Cubano, conta este ano lectivo com 904 co-
laboradores, distribuidos da seguinte maneira:

- MINED/MED ----- 816
- MINED/DPI ----- 88

No MINED/MED, os 816 colaboradores distribuem-se da seguinte maneira:

- Nível Central ----- 22 (Assessores do MED e metodólogos)
- III Nível ----- 215 (7º e 8º Grau)
- DNE - PUNIV ----- 174 (Inst.Normal e Preuniversitário)
- II Nível ----- 337 (Professores primários)
- Inst. Médio ----- 10 (Tecnológicos)
- ISCED ----- 17 (Ciências da Educação)
- Educação Física ----- 41

Por províncias, os 816 colaboradores foram assim distribuídos:

- Nível central (Luanda) ----- 22
- Benguela ----- 96
- Bengo ----- 13
- Bié ----- 45
- Cabinda ----- 40
- Kuando-Kubango ----- 15
- Huambo ----- 62
- Huíla ----- 65
- Kuanza-Sul ----- 39
- Luanda ----- 257
- Lunda-Sul ----- 32
- Malange ----- 53
- Moxico ----- 48
- Namibe ----- 29

No MINED/DPI, os 88 colaboradores estão distribuídos da seguinte maneira:

- Luanda -----	37
- Benguela -----	15
- Huila -----	15
- Namibe -----	13
- Prof. Guias -----	4 (1 por Província)
- Nível central -----	4

Por especialidades, da seguinte maneira:

- Matemática -----	9
- Física -----	18
- Química -----	14
- Biologia -----	13
- Geografia -----	14
- História -----	12
- Profes. Guias -----	4 (coordenadores disciplinas)
- Nível central -----	4

Durante o ano lectivo, a utilização e conteúdo de trabalho dos colaboradores foi o seguinte:

Os professores têm o seu plano de trabalho nos limites estabelecidos e uma média de horas de docência directa entre as 18 e 26 horas/classe.

Há dificuldades no trabalho dos professores de II Nível (Primária) na área Prenda 7, em Luanda.

No começo do ano, os 53 professores dessa área viram-se afectados no seu trabalho, por avarias do autocarro, pelo que não podiam ser levados para as suas escolas, as quais ficam muito distantes da sua habitação.

Em meados de Dezembro/84, começou a funcionar 1 autocarro, dos 2 necessários o qual resolveu parcialmente a situação já que não cobria todas as necessidades.

O autocarro foi bastante instável, resultado das avarias constantes, o que motivou que praticamente só se tenham trabalhado 29 dias, durante o ano lectivo.

Neste momento, o autocarro não funciona desde 15 de Janeiro do ano em curso. Foram indicados 2 novos autocarros para essa área, mas ainda não foram entregues à Delegação Provincial de Educação. Não foram solicitados os 2 choferes cubanos para esses autocarros.

Assinala-se que ao apresentarem-se as dificuldades com os autocarros, fizeram-se algumas movimentações de professores para outras áreas e províncias, assim como alguns regressaram à Cuba, por várias razões, fundamentalmente por doenças e problemas familiares, ou seja que dos 53 professores no início do ano, só estão 32, que é a quantidade de professores que trabalham, por só haver 1 autocarro.

As outras dificuldades são:

- Interrupção de aulas por aproximadamente 1 mês, devido ao censo populacional, nas Províncias de Cabinda, Huíla e Namibe. Nesta última estendeu-se por mais de 1 mês.

- Dificuldades no transporte dos professores, por problemas de roturas e falta de combustível em várias províncias o que leva à perda considerável de aulas. Entre as províncias com estas dificuldades assinalam-se: Cabinda, Kuando-Kubango, Huambo, Namibe, Nas restantes a situação não se põe de forma permanente, mas afecta consideravelmente.

- Carência de materiais docentes, como programas, textos e materiais de apoio, sobretudo para o INE-PUNIV. Esta situação em maior ou menor medida, regista-se em todas as Províncias.

- As perspectivas para o próximo ano lectivo, de acordo com a solicitação da Parte angolana, são:

- Nível Central -----	21
- II Nível -----	206
- III Nível -----	135
- INE-PUNIV -----	191
- Instituto Médio -----	11
- Educação Física -----	41
- ISCED -----	17
Sub-total	625
- DPI -----	88
TOTAL	713

Para o Instituto Normal de Educação e o Pré-Universitário a quantidade de professores actual é de 174 pelo que a Parte cubana deve aprovar 21 novos professores sendo:

- 3 Matemática
- 3 Física
- 3 Química
- 1 Biologia
- 5 Geografia
- 3 História
- 1 Pedagogia
- 1 Psicologia

total

Também se solicitou um professor de Estatística e um de Matemáticas para o Instituto Médio.

Para a Educação de Adultos foram solicitados 6 assessores. A Parte cubana dará resposta antes do mês de Maio a estas 29 solicitações.

A Parte cubana manifesta a necessidade de que visite a RPA a delegação prevista de 3 assessores, o que está dependente da resposta pela Parte angolana, desde Abril do ano passado, para que se realize o Estudo Diagnóstico, para o Desenvolvimento da Educação de Base e Média em Angola, semelhante ao realizado na Saúde.

A Parte angolana adquirirá candeeiros (farolins) de tipo Petromax que garantam as aulas Nocturnas, quando falte energia eléctrica.

A Parte cubana propõe que a Parte angolana analise a possibilidade de impressão, por via comercial, de livros, folhetos, guias, materiais e outros, - através da Empresa "Ediciones Cubanas".

Sobre os bolseiros da Ilha da Juventude, irá proximamente a Cuba, uma Delegação angolana presidida pelo camarada Joaquim Matias, Vice-Ministro da Educação para o Ensino de Base, para analisar os níveis escolares de admissão dos bolseiros.

Analisa-se a solicitação de 2 professores de Marxismo-Leninismo e 2 de Economia Política para formar professores, o que será oficializado através do Partido.

EDUCAÇÃO SUPERIOR

Em Abril de 1984 visitou a República de Cuba uma Delegação angolana -- presidida pelo Dr. João Filipe Martins, Vice-Ministro de Educação e Reitor da - Universidade da República Popular de Angola, que solicitou colaboração para o ano lectivo 1984/85.

Em Junho de 1984 a Parte cubana deu resposta às solicitações formuladas; o Plano apresentado sofreu modificações e foi ajustado em Setembro, com o compromisso de enviar 67 professores para o 1º Semestre do ano 84/85 e 7 professores -- mais, a partir de Fevereiro de 1985 para o 2º Semestre, o que prefaz um total de 74 professores distribuídos pelas Faculdades de Engenharia, Ciências Agrárias, -- Ciências, Economia e Direito.

Cinquenta professores cubanos chegaram à RPA entre Setembro e Outubro; -- houve 17 posições que a Parte cubana não pode cumprir por encontrar dificuldades na selecção do pessoal. Esta situação foi informada à Universidade no mês de Setembro pela Chefia do Grupo e em reunião tida com o Vice-Reitor e os Decanos no início de Novembro de 1984 e foi oficializada em Dezembro do mesmo ano com o cancelamento de oito posições e o término de nove, para as quais não pôde enviar a substituição solicitada, tendo em conta o avanço do ano lectivo e a impossibilidade de da Parte cubana de enviar os professores, o que ocasionou dificuldades à Parte angolana, ainda que cinco dessas posições tenham sido cobertas pelos professores -- que se encontram já na RPA, pelo que na prática houve sómente 12 que não se cumpriram.

É de realçar que uma parte dos professores cubanos estão a dar disciplinas, que são necessárias, mas que não estão no plano vigente, tornando-se a situação existente, uma situação extra.

Estas disciplinas são:

- Biologia Geral
- Álgebra Linear
- Química Fundamental
- Análise Qualitativa
- Parasitologia
- Computação
- Curso Geral de Máquinas Eléctricas
- Análise Matemática I
- Estatística Matemática (Huambo)
- Bioquímica
- Clínica Médica (Huambo)
- Fisiologia (Huambo)
- Análise Matemática I (Economia - Huambo)
- Álgebra Linear

É necessário reiterar a necessidade de que a Parte angolana apresente -- as suas necessidades de colaboração com 1 ano de antecedência, no mínimo, para --

permitir que a Parte cubana realize um trabalho acelerado de selecção no tempo requerido, pois as necessidades do ano de 1984/85 foram apresentadas em Abril de 1984.

Em Fevereiro de 1985 está prevista a visita à RPA de uma delegação cubana presidida pelo Primeiro Vice-Ministro de Educação Superior, nesta visita concretizar-se-ão as necessidades do ano de 1985/86, que foram apresentadas pela Parte angolana em Dezembro de 1984.

Recomenda-se que nesta Delegação se incorpore um funcionário do Instituto Superior de Ciências Médicas de Cuba, para analisar as solicitações da Faculdade de Medicina da Universidade de Angola e a sua vinculação aos professores que se encontram prestando serviços através do Ministério da Saúde Angolano.

ACORDOS ADOPTADOS NA VII REUNIÃO DA COMISSÃO
BILATERAL DE CONTROLO ENTRE AS DELEGAÇÕES
DO MPLA-PARTIDO DO TRABALHO E DO PARTIDO
COMUNISTA DE CUBA

proposta de construção da represa hidráulica e a ponte sobre o rio Caporoço;

4. - A P.C. responderá à solicitação da P.A. para que visite a RPA uma delegação cubana para continuar as conversações sobre a contratação para a --- construção duma nova central açucareira;
5. - Ambas as Partes realização encontros periódicos para a análise do desenvolvimento da colaboração.

E D U C A Ç Ã O

1. - A P.C. responderá à P.A. sobre as solicitações de colaboração no ano lectivo 85/86, bem como a solicitação de assessores para a Educação de Adultos;
2. - A P.A. adquirirá candeeiros (faróis) tipo Petromax que garantam as aulas nocturnas quando falta energia eléctrica;
3. - A P.A. visitará próximamente a Ilha da Juventude para analisar a questão dos níveis escolares de admissão dos bolseiros;
4. - A P.A. oficializará a solicitação de dois professores de Marxismo-Lenismo e 2 de Economia Política através do Partido;
5. - A P.A. analisará a possibilidade de impressão pela via comercial, de livros, folhetos, guias e outros materiais de docência, através da empresa "Ediciones Cubanas".

EDUCAÇÃO SUPERIOR

1. - A P.A. através dos Ministérios da Saúde e da Educação, analisará a possibilidade de que os médicos cubanos com categoria docente, que se encontram na RPA deem aulas na Universidade de Angola, ao mesmo tempo que realizam as tarefas assistenciais;
2. - A P.C. enviará, em visita à RPA uma delegação, que concretizará as necessidades do ano escolar 85/86, apresentadas em Dezembro/84 pela P.A.;

3. - A delegação Cubana integrará um funcionário do Instituto Superior de Ciências Médicas de Cuba, para analisar as solicitações da Faculdade de Medicina da Universidade de Angola e a sua vinculação aos professores que se encontram prestando serviços através do Ministério da Saúde Angolano.

INVESTIGAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA

1. - Ambas as Partes continuarão a desenvolver as acções em decurso;
2. - A etapa "Processamento e Análise da Informação" será realizada em Cuba, com a participação de especialistas de ambos os países;

ASSEGUAMENTO MATERIAL À COLABORAÇÃO

1. - A P.A. continuará a dar resposta, na medida das suas possibilidades, ao asseguração material à colaboração cubana.



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

CUSA/GDG

a) MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL

ASSUNTO :

Nº 8/GII/I/

Proc. _____

Data 12/6/85

PARECER

DESPACHO

AO INFORMAÇÃO

CAHARADA VICE-MINISTRO
DA EDUCAÇÃO P/ENSINO DE
BASE

LUANDA

Referenciado-me ao ofício nº 245/
/GUMED/85, de 08.06.85, cumpre-me informar que se a si-
tuação tivesse sido noticiada a tempo, poder-se-ia ter
incluído a Província do Namibe em situação idêntica às
de Cabinda e Huila.

Fazer qualquer alteração agora.

a) Ministério, Direcção, Repartição ou Serviço.

D. L. - 5 - A4 - 20.000 - N.º 1/1991

(a) MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL

Pág. _____
Ref. I/GII/85
N.° _____
Data 12/6/85

CONTINUAÇÃO/.....

parece-me demasiado tarde, pois que certa-
mente trará consequências.

É o que me cumpre informar

LUANDA E GABINETE DE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL DO MED AOS
12 DE JUNHO DE 1985 * - ANO DO II CONGRESSO DO PARTIDO *

O DIRECTOR DO GABINETE

JOAQUIM MANUEL SILVA



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

(a) MED - CENTRO DE INVESTIGAÇÃO PEDAGÓGICA

AO

CDR VICE-MINISTRO PARA O ENSINO DE

DASE

LUANDA

Sua referência:

Sua comunicação:

Sua referência:

Caixa Postal:

ASSUNTO:

981/CIP/985
4/6/985

PROVAS FINAIS 1984/85

Tendo o CIP, recebido da Delegação Provincial do Namibe a nota nº 22/IEP/de 14 de Maio da qual anexamos fotocópia, face à impossibilidade dessa Província cumprir com os Programas estabelecidos pelo MED para a 7ª e 8ª classes.

Como essa DPE não demonstrou possuir capacidade criadora para solucionar ou pelo menos minimizar o problema;

1º - que se procure aumentar o ano lectivo nessa Província o maior possível;

2º - Propomos que a referida DPE elabore uma prova especial para os alunos da 7ª e 8ª classes, seguindo os modelos de provas Nacionais anteriormente efectuadas.-

SAUDAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO PEDAGÓGICA, em Luanda, aos 4 de Junho de 1985 ANO DO II CONGRESSO DO PARTIDO

O DIRECTOR NACIONAL,

DOMINGOS PETERSON

No entanto deixa-se a consideração do CIL já que se
deu a conhecer o ponto da situação nos preparos.

ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA

INSPECÇÃO REGIONAL PROVINCIAL, AOS 14 DE MAIO DE 1985.-
ANO DO II CONGRESSO DO PARTIDO.

O DIRECTOR PROVINCIAL
FILIPES RIBEIRO
INSPECTOR REGIONAL/ORGÃO

Parte com 1/686
17
10/6

DELEGAÇÃO DA COMISSÃO INSTALADORA DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE ACTIVIDADES
EXTRA- ESCOLARES QUE SE DESLOCARÁ À REPÚBLICA DE CUBA

1. - OBJECTIVOS CONCRETOS:

- Conhecimento da experiência Cubana no domínio das Actividades Extra-Escolares (desportivas, círculos de interesse, recreativas, etc.);
- Conhecimento da experiência de inter-relacionamento dos diferentes sectores e organismos intervenientes neste processo (Organizações Partidária e Juvenil, organismos de Massas, Sociais, do Aparelho de Estado).
- Conhecimento das experiências de sensibilização político-ideológica e patriótica das crianças e da juventude.

2. - DATA DE REALIZAÇÃO:

- 4º Trimestre de 1986;

3. - DURAÇÃO DA ESTADIA:

- 15 (quinze) dias;

4. - NÚMERO DE ELEMENTOS:

- cinco, se possível, integrando um Representante da JMPLA-Juventude do Partido e outro da Organização de Pioneiros "AGOSTINHO NETO".

LUANDA E GII/MED, 06/JUNHO/86

Luanda

E D U C A Ç Ã O

1. - Mantêm-se irregulares os despachos semanais para coordenação de actividades, por frequente ausência da Chefe do Contingente Educacional Cubano;
2. - mantêm-se problemas resultantes da não apresentação atempada dos currícula vitais dos novos cooperantes, nem das respectivas relações nominais;
3. - mantêm-se os problemas resultantes da movimentação da cooperação Cubana por todo o País - chegada, partida, transferência - sem conhecimento prévio da Estrutura Central do Ministério da Educação;
4. - devido à realização do Censo Populacional nas Províncias da Huíla, Cabinda, Zaire e Namibe o qual, dada a prioridade de que se reveste, afectou o início do ano lectivo, o Ministério da Educação decidiu alterar nestas Províncias, a data de realização das Frequências e Exames para os períodos de, respectivamente, 24 a 28 de Junho e 08 a 12 de Julho. Estas datas ultrapassam os limites previstos no Calendário Escolar superiormente aprovado, e que estipula o término do ano lectivo em 15 de Julho, em apenas 4 dias, uma vez que se entende que o processo de classificação de alunos de 6ª e 8ª Classes pode estar terminado em 12 de Julho.

Part. act. 1986.
Reunioes - 1.º semestre - reuniões
Rel. de, int. - 1.º semestre, em 1986
Rel. de 1986
Rel. de 1986

Desta medida resultará a necessidade de permanência na RPA até 21 de Julho de 36 professores do Ensino de Base, sendo 12 de Cabinda e 14 de Huila; este processo não afectará a província do Namibe e, no Saire, não existe Cooperação Cubana.

- 5. - Na base do calendário de vãos Luanda-Havana, a Parte Cubana deve apresentar com a máxima urgência (até 30 de Julho, o mais tardar) o calendário de vãos Havana-Luanda, de modo a que ambas as Partes possam programar priorizando o envio dos professores para as diferentes Províncias, mesmo que com a realização de vãos especiais, de modo a garantir o efectivo início do ano lectivo de 1985-86, em 01 de Setembro de 1985.*
- 6. - De um modo geral há dificuldades de transporte e/ou combustível, o que prejudica a assiduidade dos professores; por outro lado, a falta de energia prejudica a normal frequência dos Cursos Nocturnos e, em parte, os últimos tempos das aulas do período da tarde.*
- 7. - Mantêm-se as dificuldades com o défice de materiais docentes para os professores, sobretudo nos Cursos-Pré-universitários e Institutos Nacionais de Educação em todas as Províncias.*
- 8. - No dia 01 de Junho está prevista a vinda à RPA de uma Delegação do Ministério da Educação de Cuba que analisará com o Ministério da Educação da RPA o trabalho a realizar sobre o Estudo "Diagnóstico do Ensino de Base e Médio".*
A Parte Angolana deve garantir as condições de trabalho, alojamento e transportação para os trabalhos da referida Delegação.
- 9. - No mês de Março viajou para Cuba uma Delegação do Ministério da Educação angolano que analisou os problemas relacionados com os níveis de admissão dos Bolseiros na Ilha da Juventude.*
- 10. - A Parte Cubana aprovou para o próximo ano lectivo 1985/1986, 26 professores dos 29 solicitados, exceptuando-se dois de Pedagogia e*

em de Psicologia.

11. - A Parte Moçicana não apresentou os modelos MT-1, para contratação dos Técnicos para o Centro de Investigação Pedagógica nas áreas de Marxismo-Leninismo e Economia Política, devendo fazê-lo até 31 de Maio de 1985.

12. - Ambas as Partes acharam oportuna a criação de uma Sub-Comissão Mista de Educação e Ensino junto da Comissão Económica Mista República Popular de Angola - República de Cuba, como forma eficaz de resolução expedita de questões surgidas ao longo do processo de Cooperação.

ENSINO SUPERIOR

1. - Dos sete professores previstos para o 2º Semestre do ano lectivo 1984/1985, encontram-se já cinco na RPA, tendo sido duas posições canceladas, uma porque se destinava à Chianga (Província do Huambo), outra por não terem sido fornecidos atempadamente o perfil e conteúdo de trabalho dos professores; no 2º caso, não tendo o candidato seleccionado correspondido ao perfil de desejado, tornou-se impossível a selecção de um segundo candidato.

2. - No mês de Março de 1984, visitou a República Popular de Angola uma Delegação do Ministério do Ensino Superior de Cuba, chefiada pelo seu Primeiro Vice-Ministro, e que integrava o Primeiro Vice-Reitor do Instituto de Ciências Médicas de Havana; das conversações então realizadas concluiu-se:

= A Parte Cubana deveria ter respondido até princípios do corrente mês de Maio, às solicitações de preenchimento de 145 posições (31 das quais para Medicina) a maioria delas já solicitadas aquan

de da visita a Cuba do Vice-Ministro Angolano da Educação para o Ensino Médio e Superior, em Abril de 1984; recomenda-se que a resposta seja fornecida até 31 de Maio corrente, de modo a que a Universidade "Agostinho Neto" possa preparar convenientemente o ano lectivo de 1985/86;

= igualmente em Maio de 1985, a Parte Cubanadará resposta ao "projecto de Convénio de Colaboração Científica e Ensino Superior entre a Faculdade de Medicina da Universidade "Agostinho Neto" e o Instituto Superior de Ciências Médicas de Havana";

= pelos mecanismos, e processos e prazos de solicitação de cooperação e sua confirmação pela Parte Cubana devendo, em termos gerais, a Universidade "Agostinho Neto" apresentar as solicitações com um ano de antecedência em relação à data prevista para início de trabalho e o Ministério do Ensino Superior de Cuba responder até 4 meses após a recepção das solicitações;

* seria preferível e desejável que as candidaturas de médicos capacitados para o exercício da função docente fossem canalizadas através do Ministério da Educação e não através do Ministério da Saúde da República Popular de Angola; esta última prática coloca algumas dificuldades de posterior transferência de médicos Cubanos que possam assumir funções de docência para as cidades de Luanda e Huambo;

= é preocupante a situação referente à Chianga (Huambo) uma vez que a não leccionação, pelos professores Cubanos nesta localidade pode comprometer o Curso de Agronomia.

= É desejável o aperfeiçoamento, superação e formação do Corpo Docente Angolano em Cuba, pelo que se estipularam ações concretas neste sentido, que se recomenda sejam escrupulosamente cumpridas.

LUANDA, 24 DE MAIO DE 1985,

*Roller catapulta
plano de estudo de
Cuba para a PPA, PT, HSE,
da 26.8*



MODELO AT-1

CUSA/646

REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

SECRETARIA DE ESTADO DA COOPERAÇÃO

Direcção Nacional de Assistência Técnica

PEDIDO DE NOVOS TÉCNICOS

N.º

Organismo: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Empresa: _____
Aparelho de Estado: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Escala Orgânica: ESTRUTURA CENTRAL (CENTRO DE INVESTIGAÇÃO PEDAGÓGICA)
Provincia: LUANDA Município: INGOMBOA
País a que se pede ajuda técnica: REPÚBLICA DE CUBA
Sub-Ramo da Economia: _____
Especialidade: ECONOMIA POLÍTICA - 2 (DOIS) TÉCNICOS

OBJECTIVO DO TRABALHO

1. - ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS, MANUAIS, GUIAS E TEXTOS DE APOIO.
2. - ELABORAÇÃO DE MATERIAL DIDÁCTICO DIVERSO.
3. - RECICLAGEM DE PROFESSORES.
4. - FORMAÇÃO DE QUADROS ANGOLANES, PARA A DOCÊNCIA DA DISCIPLINA.
5. - PERFIL:
 - a) Técnico Superior com experiência docente
 - b) espírito crítico e de investigação
 - c) preferentemente com experiência na Formação de Formadores.

TEMPO DE PERMANÊNCIA	DATA DA CHEGADA	TIPO DE CONTRATO
24 (vinte e quatro) MESES	01 / 09 / 1985	BILATERAL
PARTE ANGOLANA PARA FORMAÇÃO NOMES		QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
Técnicos do Centro de Investigação Pedagógica a indicar, professores a seleccionar.		Ver Perfil, acima (Ponto 5)



MODELO AT - 1

REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

SECRETARIA DE ESTADO DA COOPERAÇÃO

Direcção Nacional de Assistência Técnica

PEDIDO DE NOVOS TÉCNICOS

N.º

Organismo: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Empresa: _____
Aparelho de Estado: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Escala Orgânica: ESTRUTURA CENTRAL (CENTRO DE INVESTIGAÇÃO PEDAGÓGICA)
Província: LUANDA Município: INGOMBOA
País a que se pede ajuda técnica: REPÚBLICA DE CUBA
Sub-Ramo da Economia: _____
Especialidade: FILOSOFIA MARXISTA-LENINISTA - 2(DOIS) TÉCNICOS

OBJECTIVO DO TRABALHO

1. - ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS, MANUAIS, GUIAS E TEXTOS DE APOIO.
2. - ELABORAÇÃO DE MATERIAL DIDÁCTICO DIVERSO.
3. - RECICLAGEM DE PROFESSORES.
4. - FORMAÇÃO DE QUADROS ANGOLANES, PARA A DOCÊNCIA DA DISCIPLINA.

TEMPO DE PERMANÊNCIA 24 (vinte e quatro) meses	DATA DA CHEGADA 01 / 09 / 1985	TIPO DE CONTRATO BILATERAL
PARTE ANGOLANA PARA FORMAÇÃO NOMES		QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
Técnicos do Centro de Investigação Pedagógica a indicar, e		a) Técnico Superior com experiência docente
Professores a seleccionar.		b) Espírito crítico e de investiga- ção
		c) preferentemente com experiência na Formação de Formadores



MODELO AT-1

REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA
SECRETARIA DE ESTADO DA COOPERAÇÃO

Direcção Nacional de Assistência Técnica

PEDIDO DE NOVOS TÉCNICOS

N.º

Organismo: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Empresa: CENTRO DE INVESTIGAÇÃO PEDAGÓGICA
Aparelho de Estado:
Escala Orgânica:
Província: LUANDA Município: INGOMBOETA
País a que se pede ajuda técnica: CUBA
Sub-Ramo da Economia:
Especialidade: GEOGRAFIA

OBJECTIVO DO TRABALHO

ELABORAR MATERIAIS DE ESTUDO E DE APOIO AO PROFESSOR NA ÁREA DE EN-
SINO DE ADULTOS; PARTICIPAR NAS TAREFAS DE RECOLHA DE DADOS:

TEMPO DE PERMANÊNCIA	DATA DA CHEGADA	TIPO DE CONTRATO
<u>24</u> MESES	<u>1 SET.</u> / <u>85</u>	<u>BILATERAL</u>
PARTE ANGOLANA PARA FORMAÇÃO		QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
NOMES		
<u>CAPACITAR TÉCNICOS DOCENTES NA ÁREA DE</u>		<u>Ter pelo menos 5 anos de experi-</u>
<u>ENSINO DE ADULTOS</u>		<u>ência do Ensino de Adultos rela-</u>
		<u>tivamente à Organização e Metoda-</u>
		<u>logia; Ter conhecimentos comprova-</u>
		<u>dos para elaboração de Planos de</u>
		<u>Estudo, Programas, Guias Metodoló-</u>
		<u>gicos e Manuais.</u>

[illegible]

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

DATA:...

ASSINATURA:

ASSINATORIAL





REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

SECRETARIA DE ESTADO DA COOPERAÇÃO

Direcção Nacional de Assistência Técnica

PEDIDO DE NOVOS TÉCNICOS

MODELO AT-1

Nº

Organismo: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Empresa: CENTRO DE INVESTIGAÇÃO PEDAGÓGICA
Aparelho de Estado: _____
Escala Orgânica: _____
Província: LUANDA Município: INGOMBOTA
País a que se pede ajuda técnica: CUBA
Sub-Ramo da Economia: _____
Especialidade: PSICOLOGIA

OBJECTIVO DO TRABALHO

ELABORAR MATERIAIS DE ESTUDO E DE APOIO AO PROFESSOR NA ÁREA DE ENSINO DE ADULTOS ; PARTICIPAR NAS TAREFAS DE RECOLHA DE DADOS.-

TEMPO DE PERMANÊNCIA	DATA DA CHEGADA	TIPO DE CONTRATO
<u>24 MESES</u>	<u>/ SETEMBRO /85</u>	<u>BILATERAL</u>
PARTE ANGOLANA PARA FORMAÇÃO	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	
NOMES		
<u>Facilitar técnicos docentes na área de</u>	<u>Ter pelo menos 5 anos de experi</u>	
<u>Ensino de Adultos.-</u>	<u>ência de Ensino de Adultos, vali</u>	
	<u>tivamente a Organização e Metodo</u>	
	<u>logia; Ter conhecimentos amplos</u>	
	<u>dos para elaboração de Planos de</u>	
	<u>Estudo, Programas, Guias Metodolo</u>	
	<u>gicos e Manuais.-</u>	

[illegible]

GOGICA
DATA: 14/03/85

CARGO. DIRECCÃO

CARGO, DIRECÇÃO

ASSINATURA

APROVADO POR: DOMINGOS PEDRO PETERSON

DATA: 14/03/85

CARGO: DIRECTOR DO CIP.-

ASSINATURA:



MODELO AT-1

REPUBLICA POPULAR DE ANGOLA
SECRETARIA DE ESTADO DA COOPERAÇÃO

Direcção Nacional de Assistência Técnica

PEDIDO DE NOVOS TÉCNICOS

N.º

Organismo: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Empresa: CENTRO DE INVESTIGAÇÃO PEDAGÓGICA
Aparelho de Estado:
Escala Orgânica:
Provincia: LUANDA Municipio: INGOMBOTA
País a que se pede ajuda técnica: CUBA
Sub-Ramo da Economia:
Especialidade: MATEMÁTICA

OBJECTIVO DO TRABALHO

ELABORAR MATERIAIS DE ESTUDO E DE APOIO AO PROFESSOR NA ÁREA DE ENSINO
DE ADULTOS; PARTICIPAR NAS TAREFAS DE RECOLHA DE DADOS.-

TEMPO DE PERMANÊNCIA

DATA DA CHEGADA

TIPO DE CONTRATO

24 MESES1 SET. / 85BILATERALPARTE ANGOLANA PARA FORMAÇÃO
NOMES

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

CAPACITAR TÉCNICOS DOCENTES NA ÁREA DE EN
SINO DE ADULTOS.-

Ter pelo menos 5 anos de experi
ência de Ensino de Adultos rela
tivamente à Organização e Método
logia; Ter conhecimentos compere
dos para elaboração de Planos de
Estudo, Programas, Guias Metodol
ógicas e Manuais.-

[illegible]

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA

ASSINATURA

DATA

CARGO: DIRECTOR DO CIP.

ASSINATURA:



REPUBLICA POPULAR DE ANGOLA
SECRETARIA DE ESTADO DA COOPERAÇÃO

Direcção Nacional de Assistência Técnica

PEDIDO DE NOVOS TÉCNICOS

N.º

Organismo: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Empresa: CENTRO DE INVESTIGAÇÃO PEDAGÓGICA
Aparelho de Estado: _____
Escala Orgânica: _____
Provincia: LUANDA Município: INGOMBOTA
País a que se pede ajuda técnica: GUINÉ
Sub-Ramo da Economia: _____
Especialidade: FÍSICA

OBJECTIVO DO TRABALHO

ELABORAR MATERIAIS DE ESTUDO E DE APOIO AO PROFESSOR NA ÁREA DE ENSINO DE ADULTOS ; PARTICIPAR NAS TAREFAS DE RECOLHA DE DADOS.-

TEMPO DE PERMANÊNCIA <u>24</u> MESES	DATA DA CHEGADA <u>1</u> SET. <u>1985</u>	TIPO DE CONTRATO <u>BILATERAL</u>
PARTE ANGOLANA PARA FORMAÇÃO NOMES <u>ELABORAR TÉCNICOS DOCENTES NA ÁREA DE ENSINO DE ADULTOS.-</u>	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA <u>Ter pelo menos 5 anos de experiência de Ensino de Adultos relativamente à Organização e Metodologia; Ter conhecimentos comprovados para elaboração de Planos de Estudo, Programas, Guias Metodológicas e Manuais..</u>	

Ordem	Tarefas Fundamentais	Tempo programado, - meses -
(1)	Elaboração de Planos de Estudo, Programas, Guias Metodológicas e Manuais para o Ensino de Adultos.-	
(2)	Participação nas Tarefas da Política Escolar a Nível Nacional do Ponto de Vista da Organização e Metodologia do Ensino de Adultos.-	
(3)	Participação na Qualificação de Técnicos Angolano do Ensino de Adultos.-	

OBSERVAÇÕES

APROVADO POR: DOMINGOS PEDRO PETERSON.

DATA: 20.3.85

DATA:

CARGO: DIRECÇÃO

CARGO: DIRECTOR DO CIP.

ASSINATURA

ASSINATURA:





REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

SECRETARIA DE ESTADO DA COOPERAÇÃO

Direcção Nacional de Assistência Técnica

PEDIDO DE NOVOS TÉCNICOS

N.º

Organismo: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Empresa: CENTRO DE INVESTIGAÇÃO PEDAGÓGICA
Aparelho de Estado:
Escala Orgânica:
Provincia: LUANDA Municipio: INGOMBOA
País a que se pede ajuda técnica: CUBA
Sub-Ramo da Economia:
Especialidade: HISTÓRIA

OBJECTIVO DO TRABALHO

ELABORAÇÃO MATERIAIS DE ESTUDO E DE APOIO AO PROFESSOR NA
ÁREA DE ENSINO DE ADULTOS, PARTICIPAR NAS TAREFAS DE RECOLHA
DE DADOS.

TEMPO DE PERMANÊNCIA <u>24 MESES</u>	DATA DA CHEGADA <u>1 SET. / 85</u>	TIPO DE CONTRATO <u>BILATERAL</u>
PARTE ANGOLANA PARA FORMAÇÃO NOMES <u>CAPACITAR TÉCNICOS DOCENTES NA ÁREA</u> <u>DE ENSINO DE ADULTOS.</u>		QUALIFICAÇÃO TÉCNICA <u>Ter pelo menos 5 anos de experi</u> <u>ência no Ensino de Adultos rela</u> <u>tivamente à Organização e Meto</u> <u>dologia. Ter conhecimentos comp</u> <u>etentes para elaboração de Planos</u> <u>de Estudo dos Programas, Guias</u> <u>Metodológicos e Manuais</u>

No de
ordem

Tarcias Fundamentais

Tempo
programado
- meses -

- (1) Elaboração de Planos de Estudo, Programas, Guias, Metodologias e Manuais, para o Ensino de Adultos.
- (2) Participação nas tarefas da política Escolar a Nível Nacional do Ponto de Vista da Organização e Metodologia de Ensino de Adultos.
- (3) Participação na Qualificação de Técnicos Angolanos de Ensino de Adultos.

OBSERVAÇÕES

PEDIDO POR CENTRO DE INVESTIGAÇÃO PEDA

DATA: 08/3/85

CARGO: DIRECCÃO

ASSINATURA

APROVADO POR: DOMINGOS PEDRO PETERSON

DATA:

CARGO: DIRECTOR DO CIP.

ASSINATURA:



MODELO AT-1

REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA
SECRETARIA DE ESTADO DA COOPERAÇÃO
Direcção Nacional de Assistência Técnica
PEDIDO DE NOVOS TÉCNICOS

N.º

Organismo: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Empresa: CENTRO DE INVESTIGAÇÃO PEDAGÓGICA
Aparelho de Estado:
Escalão Orgânico:
Província: LUANDA Município: INGOMBOA
País a que se pede ajuda técnica: CUBA
Sub-Ramo da Economia:
Especialidade: QUÍMICA

OBJECTIVO DO TRABALHO

ELABORAR MATERIAIS DE ESTUDO E DE APOIO AO PROFESSOR NA ÁREA DE ENSINO
DE ADULTOS PARTICIPAR NAS TAREFAS DE RECOLHA DE DADOS.-

TEMPO DE PERMANÊNCIA

DATA DA CHEGADA

TIPO DE CONTRATO

24 MESES

1 SET. / 85

BILATERAL

PARTE ANGOLANA PARA FORMAÇÃO

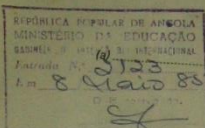
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

NOMES

PREPARAR TÉCNICOS DOCENTES NA ÁREA DE
ENSINO DE ADULTOS

Ter pelo menos 5 anos de experi-
ência de Ensino de Adultos rela-
tivamente à Organização e Método
Léxico; Ter conhecimentos compre-
ensivos para elaboração de Planos de
Estudo, Programas, Guias Metodoló-
gicas e Manuais.-

PLANO DE TRABALHO DO TÉCNICO		
N.º de ordem	Tarefas Fundamentais	Tempo programado - meses
(1)	Elaboração de Planos de Estudo, Programas, Guias Metodológicos e Manuais para o Ensino de Adultos.-	
(2)	Participação nas Tarefas da Política Escolar a Nível Nacional do Ponto de Vista da Organização e Metodologia do Ensino de Adultos.-	
(3)	Participação na Qualificação de Técnicos Angolanos do Ensino de Adultos.-	
OBSERVAÇÕES		
PEDIDO POR: CENTRO DE INVESTIGAÇÃO PEDAGÓGICA.- DATA: 20-3-85 CARGO: DIRECÇÃO ASSINATURA: 		
APROVADO POR: DOMINGOS PEDRO PETERSON DATA: CARGO: DIRECTOR DO CIP.- ASSINATURA:		



*Re: Remetida ao G. para cumprimento
e extensão do que usamos como
a uma informação ao G. de Luanda,
ao respeito da Proposta Brasileira para a
G. de Luanda*

21.4.1989 REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

SECRETARIA DE ESTADO DA COOPERAÇÃO

*Assessoria de Relações
com a Comunidade*

AO
GABINETE DO CAMARADA MINISTRO
DA EDUCAÇÃO

LUANDA

S/Referência:

S/Comunicação:

N/Referência:

11326/03.01.02.01.02/1989/85

ASSUNTO

Para conhecimento e devidos efeitos, junto se envia
o seguinte documento:

- Acta das Conversações entre a Delegação angolana
da Secretaria de Estado da Cooperação e a Dele-
gação cubana do Comité Estatal de Cooperação E-
conómica, para a conciliação e assinatura do
Programa de Cooperação Científico-Técnica para
o ano de 1985, assinado em Luanda a 1 de Feve-
reiro de 1985.-

SALUDAÇÕES REVOLUCIONARIAS

DEPARTAMENTO DOS PAÍSES SOCIALISTAS DA SECRETARIA DE ESTADO
DA COOPERAÇÃO EM LUANDA AOS 21 DE MAR 1989 "ANO DO II CONGRESSO DO
PARTIDO".

REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA
GABINETE DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Entrada N.º 989
Em 25/11/85
Assessoria de Relações

O CHIEFE DO DEPARTAMENTO
[Assinatura]
Toão Mateus
ARQUIVO SUPERIOR

REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA
SECRETARIA DE ESTADO DA COOPERAÇÃO

A C T A

DAS CONVERSACÕES ENTRE A DELEGAÇÃO ANGOLANA DA SECRETARIA DE ESTADO DA COOPERAÇÃO E A DELEGAÇÃO CUBANA DO COMITÉ ESTATAL DE COOPERAÇÃO ECONÓMICA, PARA A CONCILIAÇÃO E ASSINATURA DO PROGRAMA DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICO-TÉCNICA PARA O ANO DE 1985.-

De conformidade com o Artigo II.16 do Acordo Especial das Condições Gerais para a Realização da Cooperação Económica e Científico-Técnica entre o Governo da República Popular de Angola e o Governo da República de Cuba assinado durante a realização da V Sessão da Comissão Mista Intergovernamental realizada na República Popular de Angola em Outubro de 1983, no período entre 20 de Janeiro e 1 de Fevereiro de 1985, decorreram em Luanda as Conversações sobre o estado da Cooperação com a República Popular de Angola e a República de Cuba nas modalidades de Assistência Técnica, Aperfeiçoamento Profissional, Intercâmbio de Missões, acordando-se o Programa de Cooperação Científico-Técnica para o ano de 1985.

A Delegação angolana da Secretaria de Estado de Cooperação foi chefiada pelo Camarada JOB GRAÇA, Director Nacional de Assistência Técnica.

A Delegação Cubana do Comité Estatal de Cooperação Económica foi chefiada pelo Camarada NORAI BENITEZ Y DE MENDOZA, Director da Direcção Angola.

A composição das duas delegações às conversações para a conciliação e assinatura do Programa de Cooperação Científico-Técnica consta dos Anexos 1 e 2 da presente Acta.

.../...

As duas Partes adoptaram a seguinte ordem de trabalhos para as conversações:

1. Análise do cumprimento do Programa de Cooperação do ano de 1984;
2. Estabelecimento do Programa de Cooperação o ano de 1984;
3. Apresentação das necessidades de cooperação para o ano de 1986.

Como resultado das conversações sobre a conciliação e assinatura do Programa de Cooperação Científico-Técnica as duas Partes concluíram o seguinte:

1. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DO PROGRAMA DE COOPERAÇÃO DO ANO DE 1984

As duas Partes procederam à análise dos compromissos assumidos para o ano de 1984, nas suas diferentes modalidades tendo constatado o que se segue:

Assistência Técnica

O Programa de Cooperação para o ano de 1984 com a excepção do Convénio entre o Ministério da Agricultura e a INEXPAL/FLORESTAL compreendia um total de 4270 especialistas.

No decurso do ano procedeu-se a 503 cancelamentos e acresceram-se 420 novos pedidos tendo-se ajustado o plano em 4115 especialistas. Das 4115 posições (especialidades) do plano ajustado encontraram-se na República Popular de Angola 2061 especialistas, ficaram pendentes 188 e foram dadas por terminadas 1866 posições correspondendo a 66% do cumprimento do plano.

.../...

- 3 -

As duas Partes analisaram o número significativo de 1866 posições terminadas antes do tempo planificado e 583 posições canceladas. devido as dificuldades que no decurso do ano de 1984, se mantiveram na República Popular de Angola e incidiram negativamente na efectividade da cooperação cubana a que foram objecto de análise durante o encontro entre os Presidentes da Comissão Mista Intergovernamental angolano/cubana de Cooperação Económica e Científico-Técnica realizada aos 31 de Outubro de 1984, em Havana.

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

O total de cursos de aperfeiçoamento profissional acordados para o ano de 1984, foi de 32 com 140 estágiários, cancelaram-se 12 com 114 estágiários e acresceram-se 9 com 89 estágiários ajustando-se o plano para 29 cursos de aperfeiçoamento profissional com 123 estágiários, que foram totalmente executados, correspondendo a 100% do cumprimento do Plano.

As duas Partes procederam à uma análise das dificuldades decorrentes do envio de candidatos à cursos de aperfeiçoamento profissional e constatou-se existirem estrangulamento relativo ao envio de estágiários angolanos sem comunicação prévia à Parte cubana, motivando consequentemente a falta de cumprimento das datas programadas o que obrigou na maioria dos casos o cancelamento das acções planificadas, não existirem condições para a sua execução em datas posteriores.

A fim de superar as dificuldades viventes as duas Partes reafirmaram o cumprimento integral das normas inscritas no Acordo Especial sobre as Condições Gerais para a realização da cooperação económica e científico-técnica.

INTERCÂMBIO DE MISSÕES

Angola-Cuba

O total de missões acordadas foi de 10, com 39 integrantes cancelaram-se 4 com 17 integrantes, acresceram-se 10 com 42 integrantes, ajustando o plano a 16 missões com 64 integrantes, das quais se cumpriram 10 com 39 integrantes correspondendo a 62% do cumprimento do plano.

.../...

Cuba-Angola

O total de missões acordadas foi de 17 com 61 integrantes. ¹¹ cancelaram-se 6 com 26 integrantes, acresceram-se com 37 integrantes, ajustando-se o plano em 22 missões com 72 integrantes das quais se cumpriram 13 com 44 integrantes correspondendo a 59% do cumprimento do plano.

2. ESTABELECIMENTO DO PROGRAMA DE COOPERAÇÃO PARA O ANO DE 1985

Assistência Técnica

As duas Partes acordaram o programa de cooperação para o ano de 1985 nesta modalidade, fixando-se em 2404 especialistas, destes 1269 correspondem especialistas que se encontram na República Popular de Angola e que não requerem substituição 792 especialistas que requerem substituição, 188 pedidos pendentes do ano de 1984, 155 novos pedidos para o ano de 1985. Não se incluiu no programa para o ano de 1985, os especialistas do Convénio entre o Ministério da Agricultura e a IENPAL/PIORETAL, por estar condicionado à visita da delegação da IENPAL/PIORETAL que irá conciliar o contrato comercial assinado.

As duas partes estabeleceram o Programa de Cooperação Científico-Técnica para o ano de 1985 tendo em conta o princípio de estabelecer compromissos apenas ali onde haja possibilidades reais de utilização dos especialistas cubanos em condições adequadas de vida e de segurança, priorizando-se para o efeito a assistência técnica para os objectivos económicos e sociais inscritos no Plano Global de Emergência da economia da República Popular de Angola.

O mapa-resumo dos pedidos de assistência técnica por Organismos consta do Anexo 3 da presente Acta.

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

As duas Partes acordaram um total de 41 cursos de aperfeiçoamento profissional a realizar na República de Cuba, 8 destes cursos são incidência do plano de 1984 e 33 são novos do plano de 1985.

.../...

As especialidades por Organismos, o número de estagiários, o nível de especialidade e tempo de permanência constam do Anexo 4 da presente Acta.

INTERCÂMBIO DE MISSÕES

A Parte angolana receberá 20 missões provenientes da República de Cuba, durante o ano de 1985.

A Parte cubana receberá 26 missões provenientes da República Popular de Angola, durante o ano de 1985.

Os objectivos das missões, número de integrantes, tempo de estadia e datas de chegada previstas pelas duas Partes constam dos Anexos 5 e 6 da presente Acta.

As duas Partes reafirmaram a necessidade de comunicação prévia recuerrida para as datas de chegada das delegações e recomendação a não realização de missões antes da obtenção da confirmação da Parte que recebe, da data da saída da missão da Parte que envia.

3. APRESENTAÇÃO DAS NECESSIDADES DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICO-TÉCNICA PARA O ANO DE 1986

As duas Partes reafirmaram a necessidade da vigência da apresentação das necessidades da Parte angolana nas modalidades de Assistência Técnica, Cursos de Aperfeiçoamento Profissional e Intercâmbio de Missões de conformidade com o estabelecido no Acordo Especial sobre as Condições Gerais para a realização da Cooperação Económica e Científico-Técnica, estabelecendo-se a data de até 30 de Junho de 1985, o prazo limite de apresentação de novos pedidos de assistência técnica para o ano de 1986 e até 15 de Maio de 1985, o prazo limite de apresentação de pedidos de cursos de aperfeiçoamento profissional para o ano de 1986.

As duas Partes manifestaram a sua satisfação pelos resultados alcançados e que patenteia os laços de cooperação e amizade entre os dois Países.

.../...

ANEXO 1

COMPOSIÇÃO DA DELEGACÃO ANGOLANA AS CONVERSACÕES
PARA A CONCILIAÇÃO DO PROGRAMA DE COOPERAÇÃO CI-
ENTÍFICO-TÉCNICA PARA O ANO DE 1985

JOE GRACA	- Director Nacional da Assistência Técnica da Secretaria de Estado da Cooperação - Chefe da Delegação
JOAQUIM DO ESPIRITO SANTO	- Director-Geral da Empresa LOGITÉCNICA URR
JOÃO MATEUS BERNARDO ANTÓNIO "FREITAS"	- Chefe do Departamento dos Países Socia- listas da S.E.C.
SÉRGIO NETO	- Chefe do Departamento de Coordenação Contratual da S.E.C.
PAULO MANUEL KING	- Chefe do Departamento de Habitação e O- bras da Empresa LOGITÉCNICA - U.E.E.
CESALTINA AUGUSTO S.PEDRO	- Chefe do Departamento de Recursos Humá- nos da Empresa LOGITÉCNICA - U.E.E.
JOSEFINA PITRA	- Técnica Superior da Direcção Nacional de Assistência Técnica da S.E.C.
CAROLINA CAETANO	- Técnica do Departamento dos Países So- cialistas da S.E.C.
ISAÍAS CERCA	- Técnico do Departamento da Coordenação Contratual da S.E.C.
MARINELA GAMBÔA	- Secretária

ANEXO

COMPOSIÇÃO DA DELEGACÃO CUBANA AS CONVERSACÕES PARA
CONCILIAÇÃO DO PROGRAMA DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICO-TÉC
NICA PARA O ANO DE 1985

NOEMI BENITEZ Y DE MENDOZA	- Directora da Direcção Angola do CEC
RAMÓN SOTO RECIO	- Conselheiro Económico da Embaixada da República de Cuba na P.R.A.
TERESA MACHADO PEDRAZA	- Subdirector da Direcção Angola do C.E.C.E.
WILFREDO BARROSO	- Representante da Empresa CUBATÉCNICA na República Popular de Angola
TANIA COSTA DE LOS REYES	- Chefe do Departamento Angola da Empresa CUBATÉCNICA
MANUEL SÁNCHEZ JI MÉNEZ	- Vice-Representante da Assistência Técnica da Representação da Empresa CUBATÉCNICA
NANCY LOYOLA EDREIRA	- Especialista Principal de Cooperação da Oficina Económica
VALENTINA GONZÁLEZ VILLALBA	- Especialista do Departamento da Empresa CUBATÉCNICA
Dr. LUÍS CURRA	- Vice-Director do Ministério da Saúde Pública

.../...

Dr. ROBERTO CUZA - Funcionário de Relações Internacionais
do Ministério da Saúde Pública

ANTÔNIO CÂNCIO ROSENDI - Funcionário do Ministério da Agricultura

ROBERTO FONSECA MORÓN - Funcionário do Ministério da Agricultura

LOURDES BARRIOS MUNOZ - Secretária da Delegação

ESTADO DE CUMPRIMENTO DO PLANO DE ASSISTÊNCIA
TÉCNICA COM CUBA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1984

ANEXO 3

ORGANISMO R.P.A.	CUBA	PLANO INICIAL	INCRE- MENTO	CANCELA- MENTO	PLANO AJUSTADO	TERMI- NADAS	COBERTAS	TOTAL EXECUTADO	PENDENTE
Min.Plano	Juceplan	33	-	18	15	6	7	13	2
Min.Plano	Juceplan(IPF)	11	7	1	17	9	8	17	-
Min.Plano	CBE	20	-	9	11	3	6	9	2
Min.Plano	Micons	1	-	1	-	-	-	-	-
Min.Plano	Minag	1	-	1	-	-	-	-	-
Min.Plano	Micin	2	-	-	2	-	2	2	-
Min.Plano	Nitrans	2	-	-	2	1	1	2	-
Min.Plano	BNC	1	-	-	1	1	-	1	-
B.N.A.	BNC	1	3	1	3	2	1	3	-
M.Trab.S.S.	CETSS	12	1	-	13	6	6	12	1
Minrex	Minrex	6	-	-	6	5	1	6	-
Min.Educ.	MINED	1435	180	51	1564	748	816	1564	-
Min.Educ.	MES	74	43	32	85	36	49	85	-
Min.Educ.	MINSAF	3	6	-	9	3	3	6	3
Min.Educ.	DPI	352	4	-	356	268	88	356	-
Min.Educ.	ICRT	-	1	-	1	1	-	1	-
S.E.Cultura	MINCULT	9	-	6	3	2	1	3	-

- 2 -

ORGANISMO R.P.A.	CUEN	PLANO INICIAL	INCRE MENTO	CANCELA MENTO	PLANO AJUSTADO	TERCI NADAS	COBERTAS	TOTAL EXECUTADO	PENDIENTE
SEASociais	MINCULT	1	-	-	1	1	-	1	-
SEASociais	MINED	6	-	-	6	-	6	6	-
SEEDesport.	INDER	28	-	1	27	25	-	25	2
TPA	ICRT	5	-	-	5	5	-	5	-
TPA	MINCOM	1	-	1	1	1	-	1	-
Rádio N.A.	MINCOM	15	-	2	14	4	4	8	6
Rádio N.A.	ICRT	16	-	3	13	6	7	13	-
MINTRANS.COM.	MINCOM	20	3	6	17	8	2	10	7
IGCA	IGCA	33	5	7	31	11	16	27	4
IGCA	MINED	4	-	-	4	-	4	4	-
MINAGRI	MINAG	320	-	107	213	185	24	209	4
MICONS	MICONS	707	13	208	512	263	238	501	11
M.C.Interno	MINCIN	92	8	19	81	20	61	81	-
Logitécnica	Cubatécnica	187	37	22	202	37	134	171	31
Min.Defesa	MINPAR	29	-	-	29	-	25	25	4
Min.Defesa	MINSAP	123	1	-	124	-	110	110	14
Min,Defesa	MINCIN	3	-	-	33	3	-	3	-
Min,Defesa	MINAG	1	-	-	1	1	-	1	-
Min.Defesa	MICONS	102	-	5	97	45	41	86	11
Min.Saúde	MINSAP	476	10	33	453	76	307	383	70
Min.Indús.	MINAL	2	-	-	2	2	-	2	-
Min.Indús.	SIME	35	14	10	39	32	7	39	-
Min.Indús.	MINIL	5	-	-	5	5	-	5	-
Min.Indús.	MINAZ	29	44	13	60	10	39	49	11

- 3

ORGANISMO R.P.A.	CUBA	PLANO INICIAL	INCRE- MENTO	CANCELA- MIENTO	PLANO AJUSTADO	TERMI- NADAS	COBERTAS	TOTAL EJECUTADO	PENDIENTE
Min.Energia	MIMEBAZ	67	-	25	42	35	6	41	1
MINAGRI	I.Florerjal	---	5	-	-	---	-	-	-
Min.Pescas	MIMEBAZ	---	7	1	6	---	6	6	-
Partido	C.Politica	---	38	2	36	---	32	32	6
MITRANS COM.	MITRANS	---	3	-	3	---	3	3	-
TOTAL		4270	428	583	4115	1866	2061	3927	188

PLANO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA 1985

ANEXO 3 (CONTINUAÇÃO)

ORGANISMOS		COOPERANTES NA R.P.A.		PEDIDOS PENDENTES	NOVOS PEDIDOS	TOTAL
R.P.A.	CUBA	SUBSTITUIVEIS	NÃO SUBSTITUIVEIS			
M.Plano	Juceplan	4	3	2	--	9
M.Plano	Juceplan (I.P.F.)	3	5	--	2	10
M.Plano	C.B.E.	1	5	2	--	8
M.Plano	Mincin	--	2	--	--	2
M.Plano	Mitrans	1	--	--	1	2
M.Trabalho S.S.	C.E.T.S.S.	1	5	1	6	13
B.N.Angola	B.N.C.	1	--	--	--	1
M.C.Externo	Mincex	--	1	--	11	12
M.Educação	Mined	414	402	--	--	816
M.Educação	M.E.S.	1	48	--	7	56
M.Educação	Minsap	--	3	3	--	6
M.Educação	D.P.I.	--	88	--	--	88
S.E.Cultura	Mincult	--	1	--	--	1
S.E.A.Esciais	Mined	3	3	--	2	8
S.E.E.F.Desportos	Inder	--	--	2	3	5
T.P.A.	I.C.R.T.	--	--	--	7	7
R.N.Angola	I.C.R.T.	4	3	--	3	10
R.N.Angola	Mincom	3	1	6	1	11
M.Transp.Comun.	Mincom	1	1	7	1	10
M.Transp.Comun.	Mitrans	1	2	--	2	5
I.G.C.A.	I.G.C.A.	6	10	4	6	26
I.G.C.A.	Mined	4	--	--	--	4

PLANO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA 1985

anexo 3 (continuação)

ORGANISMOS		COOPERANTES NA R.P.A.		PEDIDOS	NOVOS	TOTAL
R.P.A.	CUBA	SUBSTITUIVEIS	NÃO SUBSTITUIVEIS	PENDENTES	PEDIDOS	
M.Agricultura	Minagri	--	24	4	--	28
M.Construção	Micons	22	37	11	38	108
M.C.Interno	O.Interno	33	97	31	14	179
Legitécnica	Cubatécnica	37	10	4	--	29
M.Defesa	Minfar	15	66	14	1	125
M.Defesa	Minsap	44	--	--	--	179
M.Defesa	Micons(Agrup.)	3	38	11	1	53
M.Defesa	Micons(Brig.)	3	38	11	1	53
M.Saúde	Minsap	173	134	70	11	388
M.Indústria	Sine	4	3	--	3	10
M.Indústria	Minaz	6	33	11	16	66
M.Indústria	Minil	--	--	--	--	--
M.Energia	Minbas	--	6	1	18	25
M.Pescas	Minbas	--	6	--	--	6
Colaboração Política		7	25	4	1	37
TOTAL GERAL		792	1269	188	155	2404

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

ANEXO 4

ORGANISMO ANGOLANO:
ORGANISMO CUBANO:

Ministério do Plano
Junta Central de Planificação

Incidência do Plano de 1984

1.2/84 TIPO DE FORMAÇÃO: Direcção de Economia
NÚMERO: 23
DURAÇÃO: 10 meses
DATA DE INÍCIO: Setembro/84

1.3/84 TIPO DE FORMAÇÃO: Planificação
NÚMERO: 16
DURAÇÃO: 10 meses
DATA DE INÍCIO: Setembro/84

1.5/84 TIPO DE FORMAÇÃO: Avaliação de Investimentos
NÚMERO: 1
DURAÇÃO: 6 meses
DATA DE INÍCIO: Setembro/84

PLANO PARA O ANO DE 1985

1.1. TIPO DE FORMAÇÃO: Recualificação de professores
NÚMERO: 4
DURAÇÃO: 3 semanas
DATA DE INÍCIO: Setembro
NÍVEL ESCOLAR

.../...

- 2 -

1.2 TIPO DE FORMAÇÃO: Avaliação e Planificação
NÚMERO: 3
DURAÇÃO: 6 meses
DATA DE INÍCIO: Setembro
NÍVEL ESCOLAR:

1.3 TIPO DE FORMAÇÃO: Cursos para Dirigentes em Direcção de Econo-
mia
NÚMERO: 25
DURAÇÃO: 10 meses
DATA DE INÍCIO: Setembro
NÍVEL ESCOLAR:

1.4 TIPO DE FORMAÇÃO: Cursos para Dirigentes em Direcção de
Planificação
NÚMERO: 15
DURAÇÃO: 10 meses
DATA DE INÍCIO: Setembro
NÍVEL ESCOLAR:

1.5 TIPO DE FORMAÇÃO: Avaliação
NÚMERO: 3
DURAÇÃO: 6 meses
DATA DE INÍCIO: Setembro
NÍVEL ESCOLAR:

TOTAL: 8 cursos com 90 candidatos

ORGANISMO ANGOLANO: Ministério do Plano/IPF
ORGANISMO CUBANO: Junta Central de Planificação/IPF

1.6 TIPO DE FORMAÇÃO: Curso prático no Ramo de Planificação física
NÚMERO: 10
DURAÇÃO: 3 semanas
DATA DE INÍCIO: Setembro
NÍVEL ESCOLAR:

TOTAL: 1 curso com 10 candidatos

.../...

ORGANISMO ANGOLANO: Banco Nacional de Angola
ORGANISMO CUBANO: Banco Nacional de Cuba

- 3 -

1.7 TIPO DE FORMAÇÃO: Planificação de Créditos
NÚMERO: 2
DURAÇÃO: 15 dias
DATA DE INÍCIO: I trimestre
NÍVEL ESCOLAR: Técnico

1.8 TIPO DE FORMAÇÃO: Circulação monetária
NÚMERO: 2
DURAÇÃO: 15 dias
DATA DE INÍCIO: II trimestre
NÍVEL ESCOLAR: Técnico

1.9 TIPO DE FORMAÇÃO: Teoria e prática de trabalho em Delegações
Provinciais e Sucursais de Crédito
NÚMERO: 2
DURAÇÃO: 15 dias
DATA DE INÍCIO: III Trimestre
NÍVEL ESCOLAR: Técnico

1.10 TIPO DE FORMAÇÃO: Conhecimento dos programas de formação e
cursos utilizados no Instituto Técnico de
Finanças
NÚMERO: 2
DURAÇÃO: 15 dias
DATA DE INÍCIO: IV trimestre
NÍVEL ESCOLAR: Técnico

TOTAL: 4 cursos com 8 candidatos

.../...

ORGANISMO ANGOLANO: Ministério do Trabalho e Segurança Social
Comité Estatal de Trabalho e Segurança Social

Incidência do Plano de 1984

- 1.12/84 TIPO DE FORMAÇÃO: Segurança Social
NÚMERO: 4
DURAÇÃO: 4 meses
DATA DE INÍCIO:
- 1.11 TIPO DE FORMAÇÃO: Superação Pedagógica de técnicos com vista
a posterior formação de técnicos angolanos
em forma massiva
NÚMERO: 15
DURAÇÃO: 60 dias
DATA DE INÍCIO: 2ª quinzena de Abril
NÍVEL ESCOLAR: Técnico médio
- 1.12 TIPO DE FORMAÇÃO: Recursos Laborais
NÚMERO: 5
DURAÇÃO: 60 dias
DATA DE INÍCIO: Março
NÍVEL ESCOLAR: 8ª classe
- 1.13 TIPO DE FORMAÇÃO: Segurança Social
NÚMERO: 5
DURAÇÃO: 45 dias
DATA DE INÍCIO: Outubro/1ª quinzena
NÍVEL ESCOLAR: 8ª classe
- 1.14 TIPO DE FORMAÇÃO: Sistema estatístico laboral
NÚMERO: 10
DURAÇÃO: 60 dias
DATA DE INÍCIO: Abril/Setembro
NÍVEL ESCOLAR: 8ª classe

.../...

ORGANISMO ANGOLANO:

Ministério do Trabalho e Segurança Social
Comité Estatal de Trabalho e Segurança Social

Incidência do Plano de 1984

1.12/84 TIPO DE FORMAÇÃO: Segurança Social
NÚMERO: 4
DURAÇÃO: 4 meses
DATA DE INÍCIO:

1.11 TIPO DE FORMAÇÃO: Superação Pedagógica de técnicos com vista
a posterior formação de técnicos angolanos
em forma massiva

NÚMERO: 15
DURAÇÃO: 60 dias
DATA DE INÍCIO: 2ª quinzena de Abril
NÍVEL ESCOLAR: Técnico médio

1.12 TIPO DE FORMAÇÃO: Recursos Laborais
NÚMERO: 5
DURAÇÃO: 60 dias
DATA DE INÍCIO: Março
NÍVEL ESCOLAR: 8ª classe

1.13 TIPO DE FORMAÇÃO: Segurança Social
NÚMERO: 5
DURAÇÃO: 45 dias
DATA DE INÍCIO: Outubro/1ª quinzena
NÍVEL ESCOLAR: 8ª classe

1.14 TIPO DE FORMAÇÃO: Sistema estatístico laboral
NÚMERO: 10
DURAÇÃO: 60 dias
DATA DE INÍCIO: Abril/Setembro
NÍVEL ESCOLAR: 8ª classe

.../...

1.15 TIPO DE FORMAÇÃO: Formação Pedagógica a técnicos para trabalharem como professores

NÚMERO: 5
DURAÇÃO: 45 dias
DATA DE INÍCIO: Setembro/1ª quinzena
NÍVEL ESCOLAR: Técnico Médio

TOTAL: 6 cursos com 44 candidatos

ORGANISMO ANGOLANO: Ministério da Educação
ORGANISMO CUBANO: Ministério da Educação Superior

1.16 TIPO DE FORMAÇÃO: Faculdade de Economia
NÚMERO: até 2
DURAÇÃO: 3/4 meses
DATA DE INÍCIO: Fevereiro
NÍVEL ESCOLAR: Universitário

1.17 TIPO DE FORMAÇÃO: Engenharia Química
NÚMERO: até 3
DURAÇÃO: 3/6 meses
DATA DE INÍCIO: Fevereiro
NÍVEL ESCOLAR: Universitário

1.18 TIPO DE FORMAÇÃO: Faculdade de Ciências
NÚMERO: 1
DURAÇÃO: 3/6 meses
DATA DE INÍCIO: Fevereiro
NÍVEL ESCOLAR: Universitário
TOTAL: 3 cursos com 6 candidatos

.../...

ORGANISMO ANGOLANO: - Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola
ORGANISMO CUBANO: Instituto de Geodesia e Cartografia de Cuba

Incidência do Plano de 1984

1.15/84 TIPO DE FORMAÇÃO: - Levantamento topográfico(directo)
NÚMERO: 2
DURAÇÃO: 9 meses
DATA DE INÍCIO: Outubro de 84

1.16/84 TIPO DE FORMAÇÃO: Redactor Cartográfico
NÚMERO: 2
DURAÇÃO: 9 meses
DATA DE INÍCIO: Outubro de 84

1.17/84 TIPO DE FORMAÇÃO: Fotógrafo Aéreo
NÚMERO: 1
DURAÇÃO: 4 meses
DATA DE INÍCIO: Outubro de 84

1.18/84 TIPO DE FORMAÇÃO: Mecânico de Equipamento Topogeodésicos
NÚMERO: 1
DURAÇÃO: 9 meses
DATA DE INÍCIO: Outubro de 84

Plano do ano de 1985

1.19 TIPO DE FORMAÇÃO: Direcção e Planificação dos Trabalhos
Topogeodésicos
NÚMERO: 3
DURAÇÃO: 2 meses
DATA DE INÍCIO: III trimestre
NÍVEL ESCOLAR: 9ª classe

.../...

- 1.20. TIPO DE FORMAÇÃO: Control Fotográfico
NÚMERO: 2
DURAÇÃO: 2 meses
DATA DE INÍCIO: III Trimestre
NÍVEL ESCOLAR: 9ª classe
- 1.21. TIPO DE FORMAÇÃO: Fotográfico
NÚMERO: 2
DURAÇÃO: 9 meses
DATA DE INÍCIO: III trimestre
NÍVEL ESCOLAR: 9ª classe
- 1.22. TIPO DE FORMAÇÃO: Mecânica de Equipamento Topogeodésico
NÚMERO: 1
DURAÇÃO: 9 meses
DATA DE INÍCIO: III trimestre
NÍVEL ESCOLAR: 9ª classe
- 1.23. TIPO DE FORMAÇÃO: Fotógrafo Aéreo(Parte Teórica)
NÚMERO: 1
DURAÇÃO: 4 meses
DATA DE INÍCIO: III trimestre
NÍVEL ESCOLAR: 9ª Classe
- 1.24. TIPO DE FORMAÇÃO: Redactor Cartográfico (esboço)
NÚMERO: 1
DURAÇÃO: 9 meses
DATA DE INÍCIO: III trimestre
NÍVEL ESCOLAR: Pré-Universitário
TOTAL: 10 Cursos com 16 Candidatos
- 1.25. TIPO DE FORMAÇÃO: Técnico De Manutenção de Emissores de Alta e Média Potência
NÚMERO: 6
DURAÇÃO: 90 dias
DATA DE INÍCIO: Maio
NÍVEL ESCOLAR: Técnico Médio
ORGANISMO ANGOLANO: Rádio Nacional de Angola
ORGANISMO CUBANO: Ministério das Comunicações
TOTAL: 1 Curso com 6 Candidatos

ORGANISMO ANGOLANO:
ORGANISMO CUBANO:

Ministério da Indústria
Ministério da Indústria Açucareira

1.26. TIPO DE FORMAÇÃO:

Superação Profissional na Safra em Matéria da Indústria

NÚMERO:

HERÓIS DE CAXITO

22

- 1 Chefe de Fabrico
- 2 Operadores de evaporadores
- 2 Cozedores
- Chefes de Turno de fabrico
- 2 Chefes de Turno de Caldeira
- 2 Operadores Centrífugo
- 2 Operadores de Filtro
- 1 Operador para tratamento de água
- 1 Operador de Turbina e Quadro da Central Eléctrica
- 1 Chefe de Laboratório
- 4 Chefes de Turno do Laboratório
- 1 Chefe de Turno de Moinho

DURAÇÃO:

4 meses

DATA DE INÍCIO:

antes de 15 de Fevereiro/Maio

1.27. TIPO DE FORMAÇÃO:

Superação Profissional no período de Reparações em Cuba

Indústria

NÚMERO:

16

- 1 mecânico de moinhos
- 1 mecânico de manutenção geral
- 1 mecânico de manutenção de filtro
- 3 mecânicos de turbina e máquina à vapor
- 2 evaporadores e tachos
- 2 centrífugos
- 1 Chefe de oficina
- 2 Chefe de manutenção
- 1 mecânico de bomba
- 1 Chefe de Central Eléctrica
- 1 instrumentista

DURAÇÃO:

4 meses

DATA DE INÍCIO:

antes de 15 de Agosto/Novembro

1.28. TIPO DE FORMAÇÃO:

Participação no período da Safra em Cuba
(Indústria)

1º de Maio

NÚMERO:

6

- 1 Chefe de fabrico
- 1 Chefe de Laboratório
- 1 Tecnólogo açucareiro
- 2 Cosedores
- 1 Operador de Caldeira

DURAÇÃO:

4 meses

DATA DE INÍCIO:

Fevereiro/15 Maio

1.29. TIPO DE FORMAÇÃO:

Superação Profissional no período de repara-
ções em Cuba (Indústria)

1º de Maio

NÚMERO

3

- 1 mecânico de moinho
- 1 mecânico centrífugo
- 1 mecânico de caldeira

DURAÇÃO:

4 meses

DATA DE INÍCIO:

Agosto 15/Novembro

1.30. TIPO DE FORMAÇÃO:

Participação no período da Safra em Cuba
(Indústria)

4 de Fevereiro

NÚMERO:

4

- 1 Operador de basculadores
- 3 Cosedores

DURAÇÃO:

4 meses

DATA DE INÍCIO:

Fevereiro 15/Maio

1.31. TIPO DE FORMAÇÃO

Formação Profissional do período de repara-
ções em Cuba (Indústria)

4 de Fevereiro

NÚMERO:

3

- 2 mecânicos de moinhos
- 1 mecânico de caldeira

DURAÇÃO:

4 meses

DATA DE INÍCIO:

Agosto/Novembro

1.32. TIPO DE FORMAÇÃO: Cursos de aperfeiçoamento profissional no ramo da Indústria açucareira em geral

NÚMERO: 6
DURAÇÃO: 1 mês
DATA DE INÍCIO: I trimestre

TOTAL: 7 cursos com 60 candidatos

ORGANISMO ANGOLANO: Ministério da Agricultura

ORGANISMO CUBANO: Ministério da Agricultura

1.33. TIPO DE FORMAÇÃO: Curso técnico prático da técnica de multiplicação acelerada da mandioca nas variedades cubanas

NÚMERO: 3
DURAÇÃO: 3 meses
DATA DE INÍCIO: Fevereiro
NÍVEL ESCOLAR: Técnico médio ou superior

TOTAIS:

	Incidência/84	Plano 85	Total
Cursos	8	33	41
Candidatos	50	193	243

PLANO DE MISSÕES

Angola/Cuba

ORGANISMO ANGOLANO: Ministério do Plano
ORGANISMO CUBANO: Junta Central de Planificação

3.1. OBJECTIVO: Intercâmbio de experiência no domínio da Planificação

Nº DE INTEGRANTES: 5
DURAÇÃO: 15 dias
DATA: I trimestre

ORGANISMO ANGOLANO: Ministério do Trabalho e Segurança Social
ORGANISMO CUBANO: Comité Estatal de Trabalho e Segurança Social

3.2. OBJECTIVO: Intercâmbio de experiência sobre o sistema integral de protecção e higiene de trabalho e estratégia de investigação

Nº DE INTEGRANTES: 2
DURAÇÃO: 10 dias
DATA: 1ª quinzena de Maio

3.3. OBJECTIVO: Intercâmbio de experiência em matéria de documentação e informações científico-técnica no ramo de temática laboral

Nº DE INTEGRANTES: 3
DURAÇÃO: 30 dias
DATA: 1ª quinzena de Junho

.../...

3.4. OBJECTIVO:

Intercâmbio de experiência em administração
e gestão de capacitação laboral, em particular
dos Centros de Formação

Nº DE INTEGRANTES: 3

DURAÇÃO: 15 dias

DATA: 1ª quinzena de Setembro

3.5. OBJECTIVO:

Intercâmbio de experiência no domínio da polí-
tica de pessoal e quadros

Nº DE INTEGRANTES: 3

DURAÇÃO: 15 dias

DATA: 1ª quinzena de Outubro

ORGANISMO ANGOLANO:

Ministério da Educação

ORGANISMO CUBANO:

Ministério da Educação Superior

3.6. OBJECTIVO:

Intercâmbio de experiência entre as Univer-
sidades dos dois Países

Nº DE INTEGRANTES: 3

DURAÇÃO: 15 dias

DATA: IV trimestre

3.7. OBJECTIVO:

Visita a Centros e Instituições de Investiga-
ção Científica

Nº DE INTEGRANTES: 1

DURAÇÃO: 15 dias

DATA: Outubro

ORGANISMO ANGOLANO:

Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola

ORGANISMO CUBANO:

Instituto de Geodesia e Cartografia de Cuba

3.8. OBJECTIVO:

Perspectivas de cooperação para o ano de 1966
Análise dos Acordos

Nº DE INTEGRANTES: 3

DURAÇÃO: 15 dias

DATA: III trimestre

ORGANISMO ANGOLANO: Ministério da Indústria
ORGANISMO CUBANO: SIMB

3.9. OBJECTIVO:

Intercâmbio de experiência no domínio dos Recursos Humanos, Organização e Controlo da Força de Trabalho Protecção e Higiene de Trabalho e Conhecimento dos Sistemas de Orientação e Selecção do Ramo Pesado e Metalomecânico

Nº DE INTEGRANTES:

3

DURAÇÃO:

15 dias

DATA:

I trimestre

ORGANISMO ANGOLANO:

Ministério da Energia

ORGANISMO CUBANO:

Ministério da Indústria Básica

3.10. OBJECTIVO:

Intercâmbio de experiência no domínio dos Recursos Humanos e Formação de Quadros

Nº DE INTEGRANTES:

3

DURAÇÃO:

8 dias

DATA:

I trimestre

ORGANISMO ANGOLANO:

Rádio Nacional de Angola

ORGANISMO CUBANO:

Ministério das Comunicações

3.11. OBJECTIVO:

Intercâmbio de experiência no domínio da Rádio e análise da cooperação

Nº DE INTEGRANTES:

3

DURAÇÃO:

10 dias

DATA:

Fevereiro

ORGANISMO ANGOLANO:

Rádio Nacional de Angola

ORGANISMO CUBANO:

Instituto Cubano de Rádio e Televisão

3.12. OBJECTIVO:

Técnica de som

Nº DE INTEGRANTES:

4

DURAÇÃO:

10 dias

DATA:

Fevereiro

ORGANISMO ANGOLANO:

Ministério do Comércio Interno

ORGANISMO CUBANO:

Ministério do Comércio Interno

3.13. OBJECTIVO:

Prática de Organização e Estrutura das
Escolas do Comércio Interno da República
de Cuba

Nº DE INTEGRANTES: 1

DURAÇÃO:

15 dias

DATA:

Fevereiro

3.14. OBJECTIVO:

Precisar as medidas sobre o intercâmbio de
mercadorias

Nº DE INTEGRANTES: 3

DURAÇÃO:

8 dias

DATA:

Março

ORGANISMO ANGOLANO:

Empresa Logitécnica U.E.E.

ORGANISMO CUBANO:

Empresa Cubatécnica

3.15. OBJECTIVO:

Intercâmbio de experiência em Contabilidade
e Finanças

Nº DE INTEGRANTES: 2

DURAÇÃO:

15 dias

DATA:

Abril

3.16. OBJECTIVO:

Intercâmbio de experiência no ramo de Esta-
tística e Planificação

Nº DE INTEGRANTES: 2

DURAÇÃO:

15 dias

DATA:

Maio

.... /

3.17. OBJECTIVO: Intercâmbio de experiência no domínio dos Recursos Humanos, quadros e capacitação

Nº DE INTEGRANTES: 2
DURAÇÃO: 15 dias
DATA: 1 Maio/1 Junho

3.18. OBJECTIVO: Intercâmbio de experiência em assuntos Legais de Empresas de Serviços.

Nº DE INTEGRANTES: 1
DURAÇÃO: 15 dias
DATA: Outubro

3.19. OBJECTIVO: Intercâmbio de experiência em tráfico, tramites e Recepção

Nº DE INTEGRANTES: 1
DURAÇÃO: 15 dias
DATA: Fevereiro

3.20. OBJECTIVO: Visita do Director Geral da Logiténica

Nº DE INTEGRANTES: 2
DURAÇÃO: 7 dias
DATA: Outubro

ORGANISMO ANGOLANO: Empresa Logiténica U.E.E.

ORGANISMO CUBANO: Empresa de Serviços à Técnica Estrangeiros

3.21. OBJECTIVO: Intercâmbio de experiência em abastecimento

Nº DE INTEGRANTES: 2
DURAÇÃO: 15 dias
DATA: 1ª/2ª quinzena de Junho

3.22. OBJECTIVO: Intercâmbio de experiência em transportes

Nº DE INTEGRANTES: 1
DURAÇÃO: 15 dias
DATA: Novembro

.../...

3.23. OBJECTIVO: Intercâmbio de experiência em Comércio e Serviços

Nº DE INTEGRANT. 1
DURAÇÃO 15 dias
DATA: Fevereiro

ORGANISMO ANGOLANO: Empresa Logitécnica U.R.E.
ORGANISMO CUBANO: Empresa de Alojamento A Técnicos Estrangeiros

3.24 OBJECTIVO: Intercâmbio de experiência em organização e sistema (regulamento Orgânico, sistema de controlo e modelos)

Nº DE INTEGRANT. 1
DURAÇÃO: 15 dias
DATA: Maio

3.25. OBJECTIVO: Intercâmbio de experiência em material de alojamento

Nº DE INTEGRANT. 2
DURAÇÃO: 15 dias
DATA: 1 - 1ª quinzena de Junho
1 - 2ª quinzena de Junho

ORGANISMO ANGOLANO: Ministério da Indústria
ORGANISMO CUBANO: MINAZ

3.26. OBJECTIVO: Determinar o Programa de Cooperação para a Safra 86-87

Nº DE INTEGRANT. 3
DURAÇÃO: por definir
DATA: IV trimestre

TOTAL:	MISSÕES:	INTEGRANTES:
ANGOLA/CUBA	26	61

CUBA/ANGOLA

ORGANISMO ANGOLANO:
ORGANISMO CUBANO:

Ministério do Plano
Junta Central de Planificação

2.1. OBJECTIVO:

Intercâmbio de experiência no domínio da
Planificação e balanço da cooperação bi-
lateral

Nº DE INTEGRANTES

3

DURAÇÃO:

15 dias

DATA:

III trimestre

2.2. OBJECTIVO:

Análise da cooperação actual e perspecti-
vas

Nº DE INTEGRANTES

2

DURAÇÃO:

7/10 dias

DATA:

I trimestre

ORGANISMO ANGOLANO:
ORGANISMO CUBANO:

Ministério do Plano/IPT
Junta Central de Planificação/IPT

2.3. OBJECTIVO:

Análise do cumprimento e perspectivas
de Cooperação

Nº DE INTEGRANTES:

3/5

DURAÇÃO:

10 dias

DATA:

III trimestre

ORGANISMO ANGOLANO:
ORGANISMO CUBANO

Ministério do Trabalho e Segurança Social
Comité Estatal do Trabalho e Segurança So-
cial

.../...

2.4. OBJECTIVO: Avaliação do desenvolvimento da cooperação e definição das propostas e acções a desenvolver em 1986

Nº DE INTEGRANTES: 2
DURAÇÃO: 7 dias
DATA: Setembro

ORGANISMO ANGOLANO: Ministério do Comércio Externo
ORGANISMO CUBANO: Ministério do Comércio Externo

2.5. OBJECTIVO: Estudo de documentação e outras condições sobre a criação de uma Empresa de Supervisão do Comércio Externo na República Popular de Angola

Nº DE INTEGRANTES: 2
DURAÇÃO: 15 dias
DATA: Fevereiro

ORGANISMO ANGOLANO: Ministério da Educação
ORGANISMO CUBANO: Ministério da Educação Superior

2.6. OBJECTIVO: Acordar o Plano de trabalho

Nº DE INTEGRANTES: 5
DURAÇÃO: 1 semana
DATA: I trimestre

ORGANISMO ANGOLANO: Ministério da Indústria
ORGANISMO CUBANO: SIER

2.7. OBJECTIVO: Análise da Cooperação

Nº DE INTEGRANTES: 2
DURAÇÃO: 15 dias
DATA: III trimestre

.../...

ORGANISMO ANGOLANO: Ministério da Energia
ORGANISMO CUBANO: Ministério da Indústria Básica

2.8. OBJECTIVO: Análise da cooperação

Nº DE INTEGRANTES: 3
DURAÇÃO: 10 dias
DATA: Setembro

ORGANISMO ANGOLANO: Ministério das Pescas
ORGANISMO CUBANO: Ministério da Indústria Básica

2.9. OBJECTIVO: Conhecer a situação da execução dos compromissos assumidos para os projectos de activação, remodelação e modernização das salinas existentes na República Popular de Angola.

Nº DE INTEGRANTES: 2
DURAÇÃO: 15 dias
DATA: I trimestre

2.10. OBJECTIVO: Conhecer a situação da execução dos compromissos assumidos para os projectos de activação, remodelação e modernização das salinas existentes na República Popular de Angola

Nº DE INTEGRANTES: 2
DURAÇÃO: 15 dias
DATA: IV trimestre

ORGANISMO ANGOLANO: Ministério dos Transportes e Comunicações
ORGANISMO CUBANO: Ministério das Comunicações

2.11. OBJECTIVO: Análise da cooperação e perspectivas de cooperação em Telecomunicações

Nº DE INTEGRANTES: 3/4
DURAÇÃO: 15 dias
DATA: II trimestre

Parecer
GDG

PROJECTO DE CONVÉNIO DE COLABORAÇÃO CIENTÍFICA E DE ENSINO SUPERIOR
ENTRE A FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE ANGOLA E O INSTITUTO
SUPERIOR DE SAÚDE DE HAVANA.

Com o objectivo de estabelecer uma colaboração directa entre a Faculdade de Medicina da Universidade de Angola e o Instituto Superior de Saúde de Havana, visando um ulterior desenvolvimento e fortalecimento da amizade e cooperação, mútuas, no domínio do Ensino das Ciências Médicas e Investigação Científica entre ambas as instituições e em conformidade com o Convénio de Colaboração Económica e Científica-Técnica assinado entre os Governos Angolano e Cubano, a 26 de Julho de 1976, em Havana, as partes contratantes convieram em firmar o seguinte convénio para o período de 1985/88.

I

A Faculdade de Medicina da Universidade de Angola e o Instituto Superior de Saúde de Havana, dinamizarão a sua colaboração científica, docente e metodológica através da troca de docentes e especialistas por períodos curtos, a fim de fomentar o intercâmbio de experiências.

II

O Instituto Superior de Saúde de Havana fornecerá docentes à Faculdade de Medicina da Universidade de Angola para as áreas das Ciências Fundamentais, Clínicas de Saúde Pública, a fim de exercerem a sua actividade nas cidades de Luanda e ou Huambo.

III

* O fornecimento de docentes referido no artigo II, far-se-á, segundo solicitação apresentada pela Faculdade de Medicina da Universidade de Angola, com um ano de antecedência e de acordo com as disponibilidades do Instituto Superior de Saúde de Havana.



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA
UNIVERSIDADE DE ANGOLA
LUANDA

-2-

IV

O Instituto Superior de Saúde de Havana compromete-se a dar conhecimento à Faculdade de Medicina da Universidade de Angola, no prazo de seis meses, a contar da data da solicitação referida no artigo anterior, da possibilidade de corresponder ao fornecimento dos docentes.

V

O Instituto Superior de Saúde de Havana acolherá docentes angolanos a fim de frequentarem cursos de pós-graduação e estágios de actualização, sendo estes nunca superiores a três meses de duração.

VI

A Faculdade de Medicina da Universidade de Angola e o Instituto Superior de Saúde de Havana, colaboração directamente através dos planos de trabalho anuais elaborados pelos responsáveis de ambas as Instituições.

VII

Ambas as Instituições realizarão um intercâmbio de documentação científica, legislação académica e programas de estudos, elaborados pelas respectivas Faculdades.

VIII

Ambas as Instituições estudarão a possibilidade de realizar investigações conjuntas de interesse mútuo, de acordo com os planos de trabalho correspondentes, no domínio científico.

XV

Ambas as Instituições comprometem-se em fornecer informações sobre conferências seminários, meses redondas, colóquios e outros eventos científicos, bem como a sua aceitação na participação dos seus docentes nas referidas actividades.

X

O Instituto Superior de Saúde de Havana, compromete-se a fornecer anualmente até 30 bolsas de estudos para os alunos da Faculdade de Medicina da Universidade de Angola que terminem o ciclo Básico.

XI

A Faculdade de Medicina da Universidade de Angola compromete-se em dar conhecimento das necessidades em bolsas de estudo, ao Instituto Superior de Saúde de Havana, no prazo de três meses, antes do início do ano lectivo.

XII

Os bolseiros frequentarão no Instituto Superior de Saúde de Havana, os 3º, 4º e 5º anos do curso de Medicina, sendo o ano de estágio efectuado na República Popular de Angola e o certificado de Licenciatura outorgado pela Universidade de Angola.

XIII

O presente projecto de convénio terá a duração de 3 anos, a partir da assinatura do mesmo, prorrogáveis automaticamente no interesse das partes. No término de cada período, os representantes de ambas as Instituições reunir-se-ão alternativamente em cada país, para analisarem as modificações pertinentes.



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA
UNIVERSIDADE DE ANGOLA
LUANDA

-4-

Feito em Luanda, aos de Janeiro de 1985, em dois exemplares, um em Português, outro em Espanhol fazendo ambos os textos igualmente fé.

Pela
O Decano da Faculdade de Medicina
da Universidade de Angola

Pelo
O Instituto Superior de Saúde
de Havana



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

MEMORANDUM

(sobre a Cooperação Cubana ao serviço do Ministério da Educação)

----- 1º) = O Ministério da Educação possui neste momento cerca de 997 cooperantes Cubanos distribuídos do seguinte modo: 705 no Ensino de Base, 188 no Ensino Médio, 73 na Universidade "Agostinho Neto", 22 na Estrutura Central do Ministério, 5 Professores-Guias e 4 elementos da Chefia do Contingente (ver Mapa 1.).

Estes cooperantes estão colocados em 13 Províncias, não existindo cooperação Cubana nas Províncias de Kwanza-Norte, Kunene, Lunda-Norte, Uíge e Zaire.

----- 2º) = Estes números, referentes ao mapa de Novembro de 1984, se comparados com os de Novembro de 1982, representam um decréscimo de 930 cooperantes, quebra esta que se deve ao abandono de cerca de 30 Municípios, por parte da cooperação Cubana. Numa primeira fase - sensivelmente até Março/Abril de 1984 - este abandono afectou o Ensino de Base uma vez que se verificou em Municípios onde não havia outros níveis de ensino; contudo, desde aquela data foram abandonados as Províncias do Kwanza-Norte, Uíge e Zaire, o que já afectou os respectivos

Institutos Normais de Educação e Cursos Pré-Universitários.

De um modo geral estes abandonos não foram feitos com pré-aviso a qualquer estrutura do Ministério da Educação, sendo este colocado perante a situação de facto consumado e, portanto, com muito poucas probabilidades de recorrer a formas alternativas que, pelo menos, esbatessen esses efeitos. Esta questão foi por diversas vezes abordada com a Chefe do Contingente Educacional Cubano, nomeadamente pelo Camarada Ministro da Educação em audiência que lhe concedeu em 08 de Agosto de 1984; das diferentes démarches não resultou qualquer modificação de processo.

-- 30) =Para o próximo ano lectivo de 1985/86 o projecto de Plano de Força de Trabalho Cubana na FPA aponta para uma existência de 781 cooperantes, o que corresponde a uma redução de 216, a qual se verificará sobretudo no Ensino de Base, aumentando ligeiramente a cooperação no Ensino Médio e mantendo-se praticamente estacionária no Ensino Superior.

A referida redução incidirá sobretudo nas províncias de Benguela (50% no 2º Nível/ 30% no 3º), Huambo (100%/30%), Huíla (100%/30%), Iuanda (50%/50%), Malange (100%/30%), Moxico (0%/30%) e Namibe (0%/30%), mantendo-se com os números actuais nas restantes Províncias (Ver Mapa 2. - Gráfico de Evolução -, e Mapa 3. - Projecto de Plano para 1985/86).

-- 40) =Qualidade de Trabalho:

Não tem sido fácil a recolha continuada de informações sobre a qualidade de trabalho da cooperação Cubana. No entanto, algumas visitas às Províncias realizadas pela Inspeção Escolar Nacional permi-

tiram detectar algumas insuficiências de carácter pedagógico e outras referentes a questões de carácter disciplinar (ver Relatório em anexo da Inspeção Escolar Nacional, resultante do acompanhamento de uma Delegação Cubana, de balanço, vinda à RPA em 1983). Perante tal constatação, e aquando da vinda de uma outra missão com igual incumbência, em 1984, o MED preparou um programa de trabalhos que permitiria um acompanhamento muito próximo, a obtenção de uma avaliação realmente bilateral e, em consequência, o aprofundamento do trabalho de avaliação já iniciado. Contudo, neste ano, apenas foi possível fazer um acompanhamento da Delegação na sua ida ao Huambo, uma vez que a partir de determinada altura a Parte Cubana alegou não poder viajar senão em vãos militares cubanos, não nos tendo fornecido qualquer informação que permitisse o acompanhamento da Delegação. Ficaram assim gorados os nossos objectivos.

- 5º = Da Parte Angolana verifica-se, na maior parte das Províncias, o incumprimento em matéria de transportes o que afecta o normal funcionamento das aulas pois que frequentemente é motivo de justificação de faltas. Aguarda-se a entrega ao MED de autocarros de 22 lugares para distribuição pelas províncias.

- 6º = Outras questões, de processo, se vêm levantando, e devidas sobretudo à Chefia do Contingente Educacional.

Como introdução a esta problemática, gostaríamos de referir que a Chefia do Contingente Educacional Cubano (do Min. da Educação Nacional de Cuba) tem um despacho semanal marcado com a estrutura competente do MED (o seu Gabinete de Intercâmbio) ao qual praticamente não comparece desde Agosto de 1984; as questões que a seguir se referem foram cuidadosamente analisadas em Janeiro de 1984 e de repetidas chamadas de atenção nos encontros que, apesar de tudo, se conseguiu realizar. Como procuraremos demons-

trair, não só os nossos esforços para uma melhor articulação saíram go-
rados, como também o rompimento da prática de despacho semanal contri-
buíram para o surgimento e agravamento de alguns problemas de carácter
organizativo e de controlo da cooperação Cubana. Assim:

6.1. = a Estrutura Central do Ministério da Educação continua a ter
grandes dificuldades no controlo efectivo da cooperação pois
que esta

- * quando chega ao País se desloca para as províncias de colo-
cação sem qualquer conhecimento do Ministério da Educação e
sem se fazer acompanhar dos documentos que usualmente são
exigidos (Guia de Marcha, por exemplo),

- * colocada na Província, frequentemente são efectuadas movimen-
tações para outra Província sem qualquer autorização, nem
sequer conhecimento prévio, das estruturas angolanas compe-
tentes (quer Ministério da Educação, quer Secretaria de Es-
tado da Cooperação),

- * por vezes, e unilateralmente, a Parte Cubana considera que
um cooperante está sub-aproveitado, retirando-o da provín-
cia, e mesmo do País, sem qualquer conhecimento destas mes-
mas estruturas,

- * casos de evacuação definitiva para Cuba efectivam-se, quer
por motivos de saúde, quer por outros motivos nomeadamente
falecimento de familiares, sem que igualmente as estruturas
competentes dêem o seu aval ou sejam sequer informadas,

- * no fim de cada ano lectivo, apesar de . planificação de ini-
cio de férias e "ponte aérea" para Havana, são enormes as

= 5.

pressões dos professores para abandonarem a província de colocação antes mesmo de terminar o ano lectivo, e sem autorização das estruturas provinciais competentes,

* ao Ministério da Educação não é dada a mínima possibilidade de controlo da "ponte aérea" Havana-Luanda o que, conjugado com a partida para as Províncias sem nosso conhecimento, impede o trabalho de controlo que nos compete,

* apesar de os Acordos e Convénios estipularem o envio de curricula vitae com 30 dias de antecedência e de relações nominais com 15 dias de antecedência em relação à data prevista de chegada, tais acções e prazos nunca são cumpridos,

* no sentido de esbater as consequências negativas dos factos apontados, vimos solicitando à Parte Cubana a entrega atempada ao Ministério da Educação, das folhas mecanografadas, mensais, o que não é correspondido; as mesmas são entregues à Secretaria de Estado da Cooperação e, em regra, com atraso (ainda em reuniões tidas em Janeiro do corrente ano com o Comité Estatal de Colaboracion Económica, se constatou que o MED estava a trabalhar na base de elementos de Novembro de 1984 quando a Chefia do Contingente Educacional possuía já o mapa de Janeiro de 1985, notando-se diferenças entre os dois, devidas exactamente aos factores que apontámos: mudanças de província e evacuações sem nosso conhecimento).

6.2. = Como ilustração do que acabámos de referir podemos citar o exemplo da província de Malange: a Chefia do Contingente havia solicitado, até 20 de Novembro de 1984, 34 Guias de Marcha que foram

a) Ministério, Direcção, Repartição ou Serviço.



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

a)

= 6.

emitidas; visitada a Província, constatou-se haver 50 coope-
rantes (e não 34) e não ter sido entregue à Delegação Pro-
vincial de Educação nenhuma Guia de Marcha;

6.3. = ainda em 14 de Janeiro de 1985 a Chefia do Contingente soli-
citou 26 Guias de Marcha (5 para Malange, 4 para o Moxico e
17 para a Huíla); consultados os mapas mecanográficos, cons-
tatou-se que 13 dos professores estavam no País desde 1983
e que, portanto, esta solicitação deveria ser motivada pelo
regresso de férias o que deveria ter acontecido, no máximo,
até ao dia 01 de Setembro de 1984; dos restantes 13, 1 consta
do mapa como tendo chegado em Agosto de 1984, 5 em Setembro,
1 em Outubro, 3 em Novembro, 1 sem data de chegada e 2 não
constam; por outro lado, 2 dos professores para os quais era
solicitada Guia de Marcha para a Huíla encontravam-se colo-
cados em Luanda;

6.4. = ainda recentemente, na já referida reunião com o Comité Esta-
tal de Colaboracion Económica, a parte cubana apresentou um
plano de necessidades para 1985-86 desfazado em relação ao
do Ministério da Educação, exactamente porque não houve qual-
quer entendimento prévio;

6.5. = do plano previsto para 1984/85, a Parte Cubana cancelou uni-
lateramente, e sob alegação posterior de que não havia colo-
cação, 150 posições; dessas, o Ministério da Educação neces-
sitaria de 26 para preenchimento de vagas nos Institutos Nor-
mais de Educação e Curso Pré-Universitário. (2 de Outubro)

5 de Geografia, 2 de Biologia, 5 de Física, 3 de Química,
5 de Matemática, 3 de Pedagogia e 1 de Estatística);

6.6. = Último facto ilustrativo: por ofício de 14 de Janeiro, da
Delegação Provincial de Educação do México, somos informa-
dos de que no dia 03 de Janeiro de 1985 a Direcção da Esco-
la do Ensino de Base Regular "Comarada Tchifuchi" foi avisa-
da da partida para Cuba de 2 professores do III Nível do En-
sino de Base, por motivo de doença de familiares (anexo 3.).

- 79) = Numa tentativa de melhor coordenação dos trabalhos, e aten-
dendo ao elevado volume de cooperação Cubana que o Ministério da E-
ducação possui, propusemos a constituição de uma Sub-comissão Mista
Angola-Cuba, no domínio da Educação e Ensino; aprovada pelo Ca-
marada Presidente da Comissão Mista pela Parte Angolana, essa sub-
comissão foi vetada pelo Comité Estatal de Colaboracion Económica
Cubano;

- 89) = De há três anos a esta parte que o Ministério da Educação vem
solicitando a Cuba o envio de professores de Marxismo-Leninismo, Eco-
nomia Política e Técnicos para a produção de materiais destinados à
Formação de Adultos;

8.1. = Quanto aos professores de Marxismo-Leninismo para os Institutos
Normais de Educação (20), a Parte Cubana informou já no ano
transacto que não teria capacidade de os enviar e que preferi-
ria colaborar na formação de angolanos para leccionarem esta
disciplina; espera-se a chegada de 2 Técnicos de Marxismo-Leni-
nismo e outros 2 de Economia-Política para trabalharem na Es-

a)

= 8.

estrutura Central do MED para o que devem ser ajustados os mecanismos de recrutamento uma vez que, enquanto na RPA compete à Secretaria de Estado da Cooperação a apresentação das necessidades para preenchimento, em Cuba esses professores dependem da Estrutura Partidária; pensamos contudo que este problema se rá resolvido em breve como corolário da recente reunião com o Comité Estatal de Colaboracion Económica e a Secretaria de Estado da Cooperação.

8.2. = Ficou acordado entre ambas as Partes que os 6 Técnicos em Formação de Adultos, virão para a RPA no próximo ano lectivo.

- 90) = Como se constata, a Cooperação Cubana desempenha no Sistema de Educação e Ensino da RPA papel de cardinal e inegável importância, quer pelo seu volume, quer pela sua dispersão por províncias e níveis de ensino. Prova insofismável desse facto não pode deixar de ser o de que, retirada de algumas províncias, se não conseguiu ainda substituição sobretudo para o Ensino de Base uma vez que, para os Institutos Normais de Educação e Cursos Pré-universitários se recorreu à Cooperação Búlgara.

Os problemas surgidos são naturais num tal volume e dispersão de trabalhadores, mais a mais quando boa parte deles são jovens e/ou inexperientes ou com pouca experiência. Em nosso entender, esses problemas são contudo facilmente superáveis ou minimizáveis desde que se ja efectiva e estreita a colaboração entre os responsáveis Cubanos e Angolanos, quer ao nível das Escolas, quer ao nível das Províncias, quer ao nível Central. Para tal torna-se absolutamente imprescindível que a



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

a)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

= 9.

Chefia do Contingente reassuma os contactos de carácter periódico previstos e se reestabeleçam os circuitos de informação, actualmente rompidos.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, EM LUANDA,
ACS 02 DE FEVEREIRO DE 1985, -
"Ano do II Congresso do Partido".-

COOPERAÇÃO CUBANA

GII/MED

EXISTENTE / 1
 EXATIDÃO DO MAPA DE NOV 84
 24 Janeiro 85

ESPECIALIDADE	Ensino de BASE					Ensino Médio e Pre-Universitário					Universidade de Angola	Estrutura Central	Professores GUIA	CHERA	TOTAL
PROVINCIA	DCG	PPG (2º niv)	PG 3º niv	E F	Sub-total	INE	PUNV	Intechn	Sub-total						
BENGO		6	7		13										13
BENGUELA	16	38	31	5	90	14	4	5	23				2		115
BIE		16	16	2	34	10	1		11						45
CAZINDA		12	8	4	24	17			17						41
HUAMBO		26	18	3	47	9	10	1	20	15					82
HUILA	15	18	10	2	45	12	5	2	19	19			1		84
KUANDO KUBA		9	7		16										16
KWANZA N															
KWANZA SUL		16	8	2	26	9	4		13						39
KUNENE															
LUANDA	35	146	71	14	266	23	23	2	48	39	22	1	4		380
LUNDA NORT															
LUNDA SUL		14	7	3	24	8			8						32
MALANGE		20	12	4	36	14	5		19						55
MATIGUE	13	11	11	1	40	3			3				1		44
MOXICO		23	18	3	44	4	3		7						51
UÍGE															
ZAIRE															
	79	359	224	43	705	123	55	10	188	73	22	5			997

COOPERAÇÃO CUBANA

GII/MED

EXISTENTE / 2

AJUTADO C/CHEFA CUBANA

ESPECIALIDADE	Ensino de BASE					Ensino Médio e Pré-Universitário					Universidade de Angola	Estrutura Central	Professores GUIA	CHEFA	TOTAL
	DCG	PPG (2000)	P.O. TINA	E.F.	Sub-total	INE	PUNIV	INTEC	Sub-total						
BENGO		6	7		13										
BENGUELA	16	38	31	6	91				27						113
BIE		16	16	2	34				11						112
CAZINDA		11	8	4	23				17						45
HUAMBO		24	20	2	46				19	14					40
HUILA	15	17	10	1	43				18	19					79
KUANDO KUBA		9	7		16										80
KWANZA N.															16
KWANZA SUL		16	8	2	26				11						
KUNENE															37
LUANDA	38	132	68	14	252				47	35	22		4		360
LUANDA NORT.															
LUANDA SUL		14	7	3	24				8						
MALANGE		22	12	3	37				16						53
MOPOTINGO	14	14	11	1	40				3						43
MOXICO		20	16	3	39				8						47
UÍGE															
ZAIRE															
TOTAL	83	339	221	41	684				179	68	22		4		957

* INCLUI PROF-GUIAS (4)

GII/MED

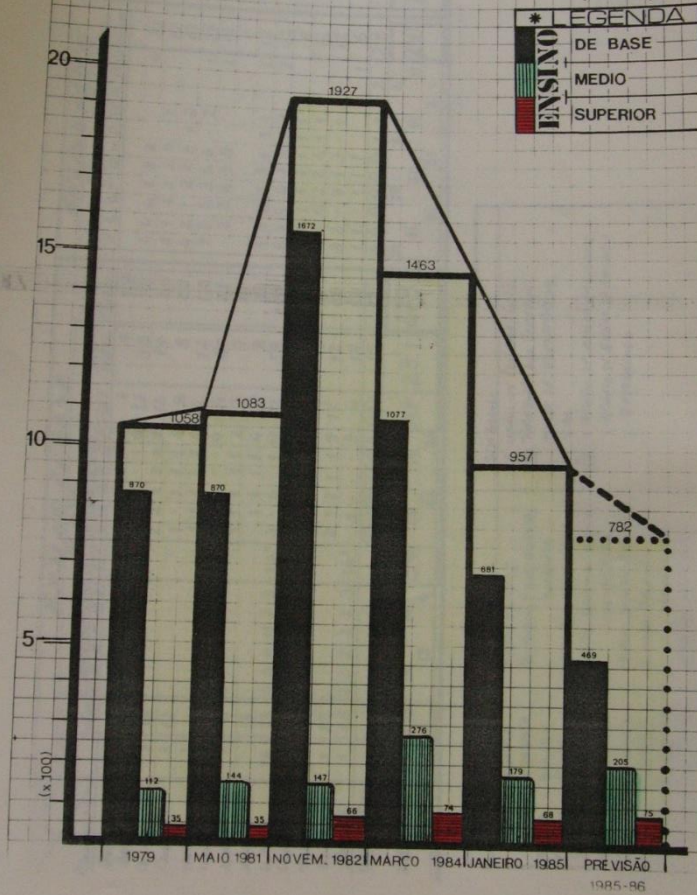
* EVOLUÇÃO DE 1979 *

ESPECIALIDADE	Ensino de BASE					Ensino Médio e Pré-Universitário					Universidade de Angola	Estrutura Central	Professores GUIA	14 Netobico.	15 TOTAL	
	1 UCG	2 PPG 12miv	3 P.G 37miv	4 E.F	5 Sub-Total	6 INE	7 Univ	8 IMTech	9	10 Subtotal						
1979	484	378	8	✓	870						112	35	13	28		1058
MAIO 1980	449	334	8	✓	791						68	36	8	21		92
MAIO 1981	384	478	8	✓	870						144	35	13	21		1083
MARCO 1982	358	703	364	79	1504	93	33	23	1	150	76	23	26			1729
NOV 1982	382	755	448	87	1672	80	48	18	1	142	66	9	33	(16)		1927
MAI 1984	321	444	241	71	1077	174	90	12		276	74	8	28	(14)		1463
SET 1984	80	395	257	43	775	759	79	13		251	84	15	4	(6)		1135
JAN 1985	80	339	221	41	681	119	51	9		179	68	15	4+4*	6		957
REV. 85-86	80	203	147	39	469					205	75	19	4+4*	6		782

gii.
med

Evolução da Cooperação Cubana

Jan 81-



NIVEL'S		ENSINO DE BASE																				ENSINO MEDIO												ENS		TOD		CECE	COOPERACAO	CUBANA																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																															
PROVINCIA	EF	II	III NIVEL										SUB-					SUB-							SOP	TAL																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																													
			DESTACAMENTO										GRADUADOS					TOTAL					INE + PUNIV + INT + INEF							SUB-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
			H	G	B	F	Q	M	S	T	H	G	B	F	Q	M	S	T	-TOTAL	-TOTAL	INE	PUNIV	INT	INEF			TOTAL																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
BEAGU		6									1	1	1	1	2	7	7	13																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																					</

LEGENDA	DISCIPLINAS:		ESPECIALIDADES		SIMBOLOS:	
	H	- HISTORIA		(INST. INF. D. T. C.)		• INCLUI UM PROFESSOR - GUIA
	G	- GEOGRAFIA		BEAGUELA 2 MAT; QUIMICA, MECANICA		② "REVERIA" PARA PARECER - MENT DE EXERCICIOS VA
	B	- BIOLOGIA				GAS
	F	- FISICA		BEAGUELA: MATEMATICA		△ TECNICO DE EXAMINOS REGULAR +
	Q	- QUIMICA		BEAGUELA: DESENHO TECNICO; ESTADISTICA		1 TECNICO DE EXAMINOS DE ADULTOS +
	M	- MATEMATICA				1 PEDAGOGO
	Ps	- PSICOLOGIA		K. S. M.: DESENHO TECNICO		
	Pa	- PEDAGOGIA		BEAGUELA: MECANICA; ESTADISTICA		
	ML	- MARX-LENIN				
	EP	- ECONOMIA POLITICA		BEAGUELA: ESTADISTICA		
	ESP	- ESPECIALIZACAO				

Plano
Atualizado
1985-86

G. H. MED
24.4.85

- Dnt. buca.
- GMB/R/N e VICE-MINISTROS
- G. Paulo
- EIP
- DNEBR
- DNEGE
- DNEHPU

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL

MEMORANDUM

sobre a reunião havida em 08 de Fevereiro de 1985, entre o Gabinete de Intercâmbio Internacional do Ministério da Educação e a Chefia do Contingente Educacional Cubano na República Popular de Angola.-

JORNADAS PEDAGÓGICAS

A Parte Cubana informou que, tendo já sido iniciadas a nível provincial, a sua realização a nível nacional está prevista para o próximo mês de Abril. Foi solicitada a colaboração e participação do MED, nomeadamente do Centro de Investigação Pedagógica e da Direcção Nacional de Formação de Quadros do Ensino, quer para a organização das Jornadas, quer para a avaliação dos trabalhos a serem apresentados em cada uma das disciplinas leccionadas pela Cooperação Cubana, quer ainda para a distribuição de estímulos para os grupos que se destacarem pela qualidade dos trabalhos apresentados.

Ficou acordado programarem-se outros encontros, para estudo das formas de participação possíveis, com as estruturas já referenciadas.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO NO ENSINO DE BASE

A Parte Cubana solicitou o documento provisório sobre o Sistema de Avaliação no Ensino de Base, para distribuição pelos seus Chefes de Grupo, nas Províncias, tendo sido na altura entregue um exemplar à Chefe do Contingente Educacional.

PROVAS DE FIM DE SEMESTRE

A Parte Cubana referiu ter recebido informações positivas de algumas Províncias sobre a forma como decorreram as provas semestrais, tanto no que se refere à organização e trabalho de vigilância como de correcção.

MOVIMENTAÇÃO DE PROFESSORES

Tendo já sido iniciado um trabalho conjunto de controlo de existência e colocação da Cooperação Cubana e por se terem verificado alguns desajustamentos entre os dados fornecidos pela Parte Cubana e os existentes no GII, ficou acordado que:

=1

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL

- dever-se-á proceder à comparação das listas nominais da cooperação Cubana para rectificação e actualização dos dados existentes;
- a Parte Cubana deverá comunicar sempre ao GII, quaisquer evacuações de Professores para Cuba que eventualmente se venham a verificar, por motivos de doença, familiares, etc, bem como quaisquer movimentações dos cooperantes entre as Províncias, de modo a que o GII possa ter os seus dados de controlo permanentemente actualizados.

18
INSTITUTOS NORMAIS DE EDUCAÇÃO

A Parte Cubana solicitou lhe fossem fornecidos os materiais de apoio e programas das disciplinas leccionadas pelos cooperantes cubanos nos Institutos Normais de Educação, para os fazerem chegar às Províncias, por haver casos de algumas terem informado não os possuírem.

Foi ainda referida a necessidade de se iniciar um trabalho conjunto entre a Chefia do Contingente Educacional Cubano e o MED, nomeadamente GII e Direcção Nacional de Formação de Quadros do Ensino, para estudo das necessidades em professores para os INE's, para o próximo ano lectivo, sua distribuição e priorização de vagas.

O Director do GII referiu ser importante, para concretização desta tarefa, conhecer a decisão da Parte Cubana sobre a possível re-colocação de professores nos INE's do Uíge, Zaire e Kwanza-Norte, no próximo ano lectivo, províncias das quais foram retirados este ano por decisão da Parte Cubana.

PROFESSORES DE MARXISMO-LENINISMO E ECONOMIA POLÍTICA

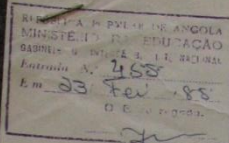
Relativamente à solicitação já por diversas vezes formulada pela Parte Angolana, de professores de Marxismo-Leninismo e Economia Política para os INE's, a Parte Cubana solicitou lhe fosse dado conhecimento, concreto do conteúdo de trabalho para esses especialistas, a fim de ser analisada a possibilidade de concretização da sua vinda para a RPA, no próximo ano lectivo.

TRANSPORTE

Foi de novo abordada a problemática de transporte, permanecendo os problemas já conhecidos. O GII informou sobre as démarches que vêm sendo efectuadas para tentativa de resolução deste problema nas províncias com maiores carências.

A Chefe do Contingente Educacional Cubano informou que na Província do Huambo, foram já perdidas 1378 horas de aula, desde o início de 1985, devido à irregularidade da transportação dos professores para as Escolas.

LUANDA, E GABINETE DE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL DO MED, AOS 09 DE FEVEREIRO DE 1985, - "Ano do II Congresso do Partido". -



CONTINGENTE EDUCACIONAL CUBANO

EN LA R.P.A.

*Part
ante / G89
17
30/4*

Luzanda, 20 de febrero de 1985
"AÑO DO II CONGRESSO DO PARTIDO"

Co. JOAQUIM MANUEL SILVA
Director Gabinete de Intercambio
y Relaciones Internacionales del MINED
en la R.P.Angola.

Comrades:

Me dirijo a Ud., con el objetivo de solicitar a su Ministerio y a Ud. en particular, el apoyo material mínimo e imprescindible para poder llevar a cabo, la IV Jornada Pedagógica del Contingente Educativo Cubano en la República Popular de Angola, evento de trascendental importancia para nosotros y ustedes, el cual redundará en beneficio del desarrollo educacional de vuestro país.

Se anexa, la solicitud, de dichos materiales.

Quedándole de antemano, agradecido, por el apoyo que sabemos que Ud. nos brindará.

Saludos Revolucionarios,

Amador
Amador Hernández Rodríguez
2º. Jº Contingente.

MATERIALES NECESARIOS PARA LA IV JORNADA PEDAGOGICA

- Carpetas (pastas)	150	→
- Agendas	150	✓ - 6 Format
- Bolígrafos <i>pequeños</i>	150	✓
- Goma de borrar (borrador)	150	- <i>EDRAEL</i>
<i>P</i> - Juego de plumones <i>los tres</i>	150	
<i>N</i> - Papel bond o semibond <i>los tres</i>	5 millares	- 10
<i>N</i> - Scotch tape <i>los tres</i>	3 rollos	
<i>N</i> - Stencils <i>pequeños 7 cxs.</i>	3 cajas	
<i>N</i> - Cintas de máquina <i>pequeños 1</i>	3	

Otras cosas que Ud. considere y que esté a su alcance.

✓ Regalos para los 10 premios que se otorgarán, puede ser juegos de -
plumas u otro artículo. - *EDRAEL*

CONFIDENCIAL

CUTA/90.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL

c.c.:

1. Gabinete do Camarada
Vice-Ministro da Educação
para o Ens. Médio e Superior
2. Gabinete do Camarada
Vice-Ministro da Educação
para o Ensino da Base

Ao Gabinete do
Camarada Ministro da Educação

LUANDA

Nº 00612/011/ 28 /1/85

No seguimento da solicitação do Secretariado do Comité Central do MPLA - Partido do Trabalho, e conforme instruções recebidas, junto envio o "MEMORANDUM SOBRE A SITUAÇÃO ACTUAL DA COOPERAÇÃO CUBANA AO SERVIÇO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO".

Aproveita este Gabinete a oportunidade, para apresentar as
SUAS

SAUDAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS.

GABINETE DE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL DO MED, EM LUANDA, AOS 26 DE ABR
DE 1985, - "Ano do II Congresso do Partido".

O DIRECTOR DO GABINETE

JOAQUIM MANUEL SILVA

REPUBLICA POPULAR DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
DIRECÇÃO GERAL DE ENSINO
Linha 1. 8. 85
Em 11. 11. 85
(a) E. 11. 11. 85



REPUBLICA POPULAR DE ANGOLA

CABINETE DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO

*bas
Cuba / G. 85
17.12.4.*

c/c
- QDA SECRETÁRIO DO CC/
MPLA-PT- PARA E.T.I.
- QDA VM/EB

AO
GABINETE DO INTERCÉDIO INTERNA-
CIONAL-MED

LUANDA

Sua referência:

Sua comunicação:

0885 / 30/3.4/RE/85

Assunto referência:

Caixa Postal:

ASSUNTO:

Para conhecimento e arquivo, e em cumprimento do despacho de 29.03.85, do Cda Ministro da Educação, junto se envia o ofício nº 1089, de 13.03.85, do Gabinete do Ministro da Educação de Cuba.-

SAUDAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS

GABINETE DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO, EM LUANDA, AOS

"ANO

DO II CONGRESSO DO PARTIDO.-

8. AVR. 1985

O DIRECTOR DE GABINETE

ANDRÉ FERNAL DA SILVA CARDOSO

MS/GA

MINISTRO DE EDUCACION

Ciudad de La Habana, 13 de marzo de 1985
"AÑO DEL TERCER CONGRESO"

Estimado compañero:

Tengo verdadero placer, compañero Ministro, en acusar recibo de su amable carta del pasado 2 de marzo y aprovechar la ocasión para volverle a llegar un fraternal y caluroso saludo.

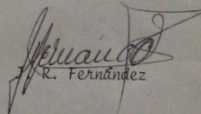
Me permito ocupar su atención en esta oportunidad para darle respuesta a su solicitud respecto a la necesidad que tiene la República Popular de Angola de enviar a las escuelas angolanas de la Isla de la Juventud a estudiantes con el 4to. grado vencido. En tal sentido, le informo que se ha accedido a lo solicitado por usted y en consecuencia, recibiremos a dichos estudiantes en los cursos 1985-86 y 1986-87.

Esperamos que ello contribuya a resolver por dos años el problema de estudio de estos alumnos.

Asimismo, accedemos a su petición de que un grupo de estudiantes angolanos egresados de 9no. grado se formen en Cuba como maestros primarios, para lo cual se aprobaron 40 plazas en el curso 1985-86.

Por otra parte, le expreso nuestra satisfacción por los resultados positivos alcanzados por la delegación presidida por el compañero Viceministro Joaquín Da Silva Matias en su visita a Cuba, durante la cual desarrolló su trabajo en un ambiente fraternal en correspondencia con las estrechas relaciones que unen a nuestros dos pueblos.

Le reitero mis saludos y le deseo nuevos y mayores éxitos en su trabajo y en su vida personal.


R. Fernández

Co. Augusto Lopes Teixeira
Ministro de Educación de la
República Popular de Angola

CONTINGENTE EDUCACIONAL CUBANO
EN LA R.P.A.

Acel

GDS/CWA

fy

22.4.

Luanda, 10 de abril de 1985
"ARO DO II CONGRESSO DO PARTIDO"

*Al Gil/ ex. Salud
Para hacer a cargo
a despa de la asamblea de
a esta Peterson/CIP
A 120488*

Cde. AUGUSTO LÓPEZ TEIXEIRA
Ministro de Educación
Luanda.

Camarada:

Por la presente tengo el gusto de invitar a Ud. a la IV Jornada
Pedagógica Nacional del Contingente Educacional Cubano en la República -
Popular de Angola que se celebrará el domingo 21 de abril a las 8:30 am.
en la Escuela Técnica de la Salud, en Luanda y las conclusiones a las --
14:00 horas en la Quinta Rosalinda.

Con saludos revolucionarios,

Alfau
Sonia Romero Alfau.
J'Contingente Educación.



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

curso/GDR
17

a) MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL

ASSUNTO:

N.º /GII/85

Proc. _____

Data 24/1/85

PARECER

DESPACHO

INFORMAÇÃO

AO CAMARADA
VICE-MINISTRO DA EDUCAÇÃO
PARA O ENSINO DE BASE

Em aditamento as informações que prestei na reunião sobre "Cooperação Cubana", de 09/11/84, dirigida pelo camarada Vice-Ministro, tenho a complementar:

1. Em 16.1.85 foram-me entregues os 2 pedidos de guias de marcha, cujas fotocópias anexo;

[Signature]
a) Ministério, Direcção, Repartição ou Serviço.

.... /

D. L. - 5 - A4 - 20.000 - N.E.A. - 1981



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

GABINETE DE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL

2(peg)

2. Como se pode constatar, um dos pedidos é datado de 28.11.84, tendo contudo dado entrada apenas na data a que me referi;
3. Consultado o mapa mecanográfico, elaborado pela própria parte Cubana e entregue a Secretaria de Estado da Cooperação, que dele nos facultou fotocópia, constata-se que os senhores constam do referido mapa, com as seguintes datas de chegada:

3.1. Colocados nas mesmas Províncias:

A) Pedido de 28 de Novembro de 1984:

- CARLOS CASTANEDA LUCIANO - chegada à 28.8.84.

b) Pedido de 14 de Janeiro de 1985:

- ANA BEATRIZ ARANGO MICHEL - chegada à 4.9.84.
- OSLEYDIS LORENZO OLAZABAL - " " 13.11.84.
- MAIDA FERNÁNDEZ LOPEZ - chegada à 8.9.83.
- MANUEL DUARND CARDOSO - " " 4.3.84.
- JUAN F. ALVAREZ VALDÍVIA - " " 10.11.84.
- DORA M. NODASSE SUÁREZ - " " 1.9.84.
- OSLÁN GONZÁLEZ MORALES - " " 10.11.84.
- GEMA CAPETILLO CASANOVA - " " 10.8.83.
- JOSÉ A. WANGH CASTELLANOS - " " 5.9.83.
- DAYSI CUÉ DIAZ - " " 28.7.83.
- PEDRO GONZALES DIAZ - " " " " "
- ROMELIO DIAZ ACOSTA - " " " " "
- MARIA DEL R. RIVERA GARCIA - " " " " "
- ELADIO RODRIGUEZ CABEZA - " " " " "
- MIRIAM ALVAREZ TORRES - " " " " "
- ARMADO VÁZQUER LOPEZ - " " 14.8.83.
- IGANCIO RODRÍGUEZ RAMIER - " " 14.8.83.
- ELOY BANTAS BANTAS - " " 21.10.83.
- NICOLÁS CAFIDES ESPINOSA - " " 1.9.84.
- JORGE PROSCOPIO VARONA CEBRECO - " 14.8.83.
- LUIS COBAS DESDIN - " " 11.10.84.

(a)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL

Pág. _____

Ref. _____

N.º _____

Data _____

3.2. Colocados em outras Províncias.

a) Pedido de 24 de Novembro de 1984:

- MIRTHA ROMERO PARRA (Cabinda) - colocada anteriormente no Moxico chegada a RPA em 8.8.83.
- GODELINA SUÁREZ RAMOS (K.SUL) - colocada anteriormente no Moxico e chegada à RPA em 8.8.83.

b) Pedido de 14.1.85:

- RODOLFO RODRÍGUEZ VALDIVIA (HUÍLA) - consta no mapa de Luanda sem data de chegada.
- REYUALDO PUPO CABALLERO (HUÍLA) - consta no mapa de Luanda com data de chegada à 11.9.84.

Obs.1. por diversas vezes o GII solicitou à Chefe Contingente Educacional Cubano que, quando se tratasse de mudança de Província, a mesma viesse expressa no pedido;

Obs.2. a solicitação de guia de marcha para a cooperação chegada em 83 deve-se certamente à chegada do Pessoal, após regresso de férias;

4. Por outro lado, confrontados os elementos fornecidos pela chefe do contingente Educacional Cubano de 31.10.84, e os constantes do mapa mecanográfico referente a Novembro do mesmo ano, verifica-se que deste último, constam 943 cooperantes do Ensino de Base, Médio e ISCED, enquanto que daquela constam 913, havendo portanto uma diferença de 30, assim distribuídos:

- 4.1. 88 elementos do destacamento Che-Guevara incluída a chefia do contingente (4) e os professores guineenses (4), o que corresponde com os dados do mapa;
- 4.2. 15 Técnicos do Ministério e 6 metodólogos, o que perfaz 21 (na relação de 31.10) contra 22 no mapa mecanográfico;

(a)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL

Pág. _____

Ref. _____

N.º _____

Data _____

- 4.3. 354 professores do III nível na informação de 31.10, contra 359 no mapa mecanográfico;
- 4.4. 214 professores do III nível na informação, contra 224 no mapa;
- 4.5. 39 professores de Educação Física na informação e 43 no mapa;
- 4.6. 171 professores de INE e Puniv na informação e 178 no mapa;
- 4.7. 11 professores do IMT na informação, e 10 no mapa;
- 4.8. 19 no ISCED, o que é condizente em ambos os documentos para melhor elucidação anexo 2 mapas, um o de informação do chefe do contingente e outro (em modelo do GII) extraído do mapa mecanográfico;
6. quero ainda informar o camarada Vice-Ministro que, desde a data dessa reunião a Chefe do Contingente compareceu à reunião semanal com o GII apenas uma vez (13 de Novembro de 1984).

É o que me cumpre informar.

GABINETE DE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL DO MED EM LUANDA AOS ____/____/____
____/____/____ DE JANEIRO DE 1985. ANO DO II CONGRESSO DO PARTIDO .-

O DIRECTOR DO GABINETE

JOAQUIM MANUEL SILVA

JA/JMR/-



EMBAJADA DE LA REPUBLICA DE CUBA
ANGOLA

N.V. 115/85

LA EMBAJADA DE LA REPUBLICA DE CUBA presenta sus cumplimientos al Ministerio de Relaciones Exteriores, al Ministerio de Educación, al Instituto de Bolsas, al Departamento de Información y Propaganda del MPLA-PT y al Departamento de Educación Política e Ideológica del MPLA-PT de la República Popular de Angola y tiene a bien comunicarle que el huracán "Kate" que azotó a Cuba no produjo afectaciones ni causó problemas a los becarios ni personal diplomático acreditado en Cuba.

LA EMBAJADA DE LA REPUBLICA DE CUBA aprovecha la ocasión para reiterarle al Ministerio de Relaciones Exteriores, al Ministerio de Educación, al Instituto de Bolsas, al DIP-MPLA-PT y al DEPI-MPLA-PT de la República Popular de Angola, el testimonio de su más alta consideración.

Luanda, noviembre 21 de 1985

AL: MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES,
MINISTERIO DE EDUCACION,
INSTITUTO DE BOLSAS, DIP-MPLA-PT,
Y DEPI-MPLA-PT DE LA
REPUBLICA POPULAR DE ANGOLA
L U A N D A .-

RECEBIDA - GABINETE DO MINISTRO DA EDUCACAO
Entrada N.º
Em
O Escrevedor

OFICINA COMERCIAL
DE LA
EMBAJADA DE CUBA
ANGOLA

Luanda, 27 de diciembre de 1985
"AÑO DEL II CONGRESO DEL PARTIDO"

Cmda. Augusto Lopes Texeira
Ministro de Educación
Luanda

Camarada:

Tengo el gusto de dirigirme a Ud. para referirle uno de los aspectos tratados durante la visita de la delegación de Comercio Exterior de Cuba y que integraba, también, el Vice - Ministro Primero de Cultura, Co. Rafael Almeida.

Durante los contactos realizados, a través de la Empresa Ma quimport, U.E.E. con el representante del Ministerio de Educación, cmda. Modesto, Ediciones Cubanas examinó con él la posibilidad de incrementar para el próximo año el número de títulos a imprimir en Cuba, básicamente de los libros escolares y de educación de adultos, exponiendo la parte cubana la conveniencia de una temprana definición de los títulos y cantidades aproximadas requeridas para iniciar su producción lo cual garantizaría un pronto envío de los libros a los estudiantes, al tiempo que podría Cuba planificar con tiempo - los materiales y equipos a emplear.

Así mismo, Ediciones Cubanas extendió sendas invitaciones a los camaradas Jaime Franco y Modesto, para que viajen a Cuba a mediados de enero próximo, con vistas a definir las necesidades de impresión de libros para 1986.

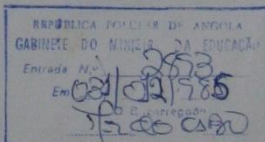
Por ello, al tiempo que le oficializo la referida invitación le quedo agradecido anticipadamente por el apoyo que pueda - brindar a la consecución del objetivo antes aludido.

Sin más, quedo de Ud, reiterándole mi alta consideración,

Fraternamente,

Octavio Martínez
Consejero Comercial

c.c Jaime Franco
Director





EMBAJADA DE LA REPUBLICA DE CUBA
ANGOLA

Superior General do Cole Luminoso
Luanda, setembro, 20 de 1985
23.9.85

ARQ

Angela - R
01.03.86

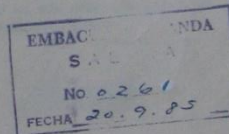
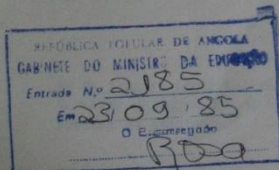
Cda. Augusto López Texeira
Ministro de Educação
Presente

Estimado compañero:

Adjunto le estamos enviando carta recibida en nuestra
Embajada del Co. José Ramón Fernández, Ministro de Edu-
cación de la República de Cuba.

Revolucionarios

Roberto Cruz
Roberto Cruz
Consejero Político



VICE PRESIDENTE
CONSEJO DE MINISTROS

Ciudad de La Habana, 26 de agosto de 1985

Estimado compañero:

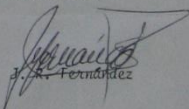
Recientemente el Presidente de los Consejos de Estado y de Ministros de la República de Cuba, Comandante en Jefe Fidel Castro Ruz, ha hecho reiterados pronunciamientos en relación con la impagable Deuda Externa de los países del Tercer Mundo y en particular de América Latina, así como con el Movimiento Olímpico Internacional y los Juegos Olímpicos de Seúl, crecientemente amenazados por la comercialización y el profesionalismo que responden a los peores intereses de los países imperialistas.

Estos pronunciamientos se han expresado en distintas reuniones efectuadas con amplia participación de organismos y personalidades de la vida social, sindical, profesional, religiosa y política latinoamericana, así como en varios discursos y entrevistas del compañero Fidel.

Estos temas indudablemente son de gran trascendencia e importancia para los países socialistas y del Tercer Mundo, por lo que me es muy grato enviarle algunos documentos contentivos de las consideraciones expresadas por el compañero Fidel.

Como usted comprenderá, estimamos muy importante y urgente desarrollar una amplia labor de toma de conciencia, en torno a estos graves problemas que perjudican los mejores intereses de nuestros pueblos y cuya solución debe servir a su progreso y al fortalecimiento de la lucha por la paz.

Aprovecho la oportunidad para expresarle mi más alta consideración y desearle todo género de éxitos en su importante labor.


J. R. Fernández

Al Co. Augusto López Teixeira
Ministro de Educación de la República
Popular de Angola

1087 /6*/6.10/RE/85

AO

CAMARADA INSPECTOR CORREIA DA SILVA,
NA EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DE
ANGOLA EM CUBA

H A V A N A

Recebeu este Gabinete, carta subscrita por ANTÓNIO VÍCTOR MANUEL, Estudante de Economia na Universidade de Oriente nesse País, que pretende leccionar na Ilha da Juventude.

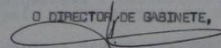
Assim, em anexo remetemos a referida carta para, localização e outras referências sobre o requerente, para melhor apreciação superior do assunto.-

SAUDAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS

6. MAI 1985

GABINETE DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO EM LUANDA, AOS
DO II CONGRESSO DO PARTIDO".-

"ANO

O DIRECTOR DE GABINETE,

ANDRÉ POMBAL DA SILVA CARDOSO

Apresenta ao Sr. Inspetor
Geral da Ligeira, na Embaixada
da RPA em Havana-Cuba, Local
e outros documentos sobre o
requisito, para melhor apreciação
dos assuntos.

António J.
12.4.85

CAMARADA MINISTRO DA EDUCAÇÃO
DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

Eu de nome António Victor Manuel, filho de Victor António
e de Maria Diego Lourenço da Silva, nascido em Luanda aos 7 de
junho de 1959, portador do BI n.º 1110116 passado pelo arquivo
de identificação de Luanda; Estudante da licenciatura em econo-
mia na Universidade de Oriente, venho mui e respeitosamente -
as faculdades que lhe são conferidas para expor a seguinte sit-
uação:

Sou Técnico Médio em economia, e actualmente balseiro u-
niversitário na república de Cuba.

Fui professor de ensino de educação de adultos em 1977/78
na escola Básica Operária Camponesa Heji Ya Henda (ex-S. Da-
mingos) sita no bairro comandante Nelito Soares, passando em
1978, com a necessidade de prosseguir os meus estudos médios -
no Instituto Agrário de Kengela, a professor de II nível, lec-
cionando a disciplina de português a quinta e sexta classe na es-
cola de II nível do município de Kengela, província de Uíge.

Em 1979/80 viajei para a república de Cuba onde me graduei
como técnico médio superior em economia. Pais, onde por solici-
tação da Direcção do Instituto Politécnico de Economia Playa -
Girona em Havana, aquando da minha superação técnica profissio-
nal na escola nacional de quadros de comércio interno, voltei a
exercer a profissão de professor, mas desta vez no ciclo técni-
co profissional, dando aulas de TÉCNICAS COMERCIAIS no primei-
ro e segundo ano do curso médio em economia, na especialidade
de comércio interno; "cujo" o documento de avaliação professoral
vai anexa a carta enviada através do inspetor escolar do Minis-
tério da Educação na Embaixada do nosso país em Havana".

Camarada Ministro da Educação, depois desta pequena resen-
ha auto biográfica e tendo em consideração a necessidade actual
de quadros que atravessa o nosso país neste período de reconstru-
ção nacional.

Considerando que só seremos capazes de desenvolver o país
com homens preparados para o efeito e a seu bom aproveitamento,
solicito através desta, ao camarada Ministro da Educação a ven-
sa permissão para integrar o colectivo de professores Angolanos
na Ilha da Juventude a partir do ano lectivo 1985/86, já seja no
ensino de base, no pré universitário, ou no Instituto de Econo-
mia dessa localidade, onde recebem classes dezenas de angolanos.

Permitindo assim, a continuação dos meus estudos na Ilha da
Juventude, onde há uma filial da faculdade de economia da Univer-
sidade de Havana, e continuar a ganhar experiência no perfil que
futuralemente penso desempenhar no país. O PROFESSORADO.

ESPERO DEFERIMENTO

SANTIAGO DE CUBA 20/3/85 "ANO DA DEFESA E DA PRODUÇÃO"



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO MINISTRO

ESTIMADO CAMARADA FERNANDEZ,

Aproveite a deslocação do Camarada JOÃO FILIPE MARTINS, Vice-Ministro da Educação para o Ensino Médio e Superior e Reitor da Universidade de Angola, para lhe apresentar as minhas mais cordiais Saudações Revolucionárias.

Este é, Camarada Ministro, um momento de profunda tristeza para todos nós, dadas as consequências do traiçoeiro ataque dos bandos fantoches à cidade de Sumbe, no passado dia 26 decorrente.

Lamentamos profundamente a morte, e assassinato de três Camaradas professores, combatentes da Revolução e da Educação que, agora, se juntam a outros exemplos de heroísmo, de sacrifício e coerência na defesa intransigente e fidelidade extrema à causa do Internacionalismo Proletário e da Libertação dos Povos, dados já pelo Povo Cubano.

Filhos consequentes da Revolução Cubana, eles são também a prova incontestável de que, educando a nova geração nos princípios do Comunismo, ela seguirá triunfante o seu caminho, enfrentando corajosamente os obstáculos que as forças reacionárias lhe vão colocando, na vã tentativa de a travar.

Se me é permitido, Camarada Ministro, muito lhe agradeço que fizesse transmitir às famílias dos Camaradas ALFREDO PIÑEDA ZALDIVAR, LAZARO HOLLIN LOPEZ e ALFREDO GUILLON POZO, o nosso mais profundo pesar pelo assassinato dos seus familiares, mas também o nosso mais profundo respeito pela sua memória.

..//..



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO MINISTRO

Inteiramo-nos já do estado de saúde dos
Camaradas que foram feridos e desejamos-lhes rápidas melhoras; tam-
bém eles merecem o nosso destaque pela firmeza demonstrada, em mo-
mentos tão difíceis.

Queira aceitar, Camarada Fernandes, em
seu nome, em nome dos Vice-Ministros da Educação, dos dirigentes e
responsáveis deste Ministério e no de todos os nossos trabalhado-
res, os nossos profundos sentimentos de pesar e o nosso mais ele-
vado apreço e consideração.

Praternalmente,

A. LOPES/REZENHA

Lusanda, 29 de Março de 1964

"ANO DA DESPESA E DA PRODUÇÃO"

CAMARADA JOSÉ RAMON FERNANDEZ
MINISTRO DA EDUCAÇÃO DE CUBA

HAVANA


REPUBLICA POPULAR DE ANGOLA
SECRETARIA DE ESTADO DA COOPERAÇÃO

[Handwritten notes:]

- Ser foi:*
- VACANTE*
- Aceitacao - deleg.*
- 01.06.81, confirmada*
- c. m. = h. e. c. (v. l. p. t.)*
- Gabinete de Intercambio Inter Nacional do Ministerio da Edu Cacao*
- Cumpron*
- Agosto*
- LUNDA*
- 10.1.*

OFICIO Nº 1620/08-0400 /DPS.SEC/85

Temos a honra de junto remeter, para os efeitos afins, fotocópia da nota nº207/85 de 18 de Abril, proveniente do Comité Estatal de Colaboração Económica da República de Cuba.

Aguardando breve resposta sobre o exposto, aproveitamos a oportunidade para endereçar a nossa estima e cordiais

SAUDAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS

DEPARTAMENTO DOS PAISES SOCIALISTAS DA SECRETARIA DE ESTADO DA
COOPERAÇÃO EM Luanda aos -9. MAI 1985 "ANO DO II CONGRESSO DO
PARTIDO".

O CHEFE DO DEPARTAMENTO
JOÃO MATEUS BERNARDO ANTÔNIO "FREITAS"
/TECNICO SUPERIOR/

DL/mi



COMITE ESTATAL DE COLABORACION ECONOMICA

PRIMERA NO. 201 ESO + B. VEGADO, HABANA 4

MAC.207.65

Ciudad de La Habana,
18 de abril de 1965
AÑO DEL TERCER CONGRESO

Direc. Nacional de Cooperación
Secretaría de Estado de la Cooperación
República Popular de Angola

Atte: Cda. Freitas

Estimado camarada:

Por la presente le informo que acorde con lo tratado en la VII Reunión de la Comisión Bilateral de Control referente al envío de Asesores de nuestro Ministerio de Educación para confeccionar el Diagnostico para el Desarrollo de la Educación de Base y Media, le estamos solicitando se oficialice el incremento de la Misión con las características que se reflejan en el Anexo.

Sin más le reitero nuestro voto más alto de consideración y estima.

Fraternalmente,

Noemí Benítez y de Mendoza
Directora Angola

c.c. Gabinete de Intercambio, Ministerio de Educación

Reciba Cuba
H. Benítez
accipor nos
Molles
6/5/65
J. Contreras

170
19/4/65



COMITE ESTATAL DE COLABORACION ECONOMICA

PRIMERA NO. 201 EBO A B. VEGADO, HABANA 4

PLAN DE COLABORACION 1985

INTERCAMBIO DE MISIONES

CUBA/ANGOLA

Organismo cubano: Ministerio de Educación
Organismo angolano: Ministerio de Educación

3.30 Objetivo: Asesorar para concepción Diagnóstico de la
Educación de Base y Medio

No.Integ: 3

Tiempo Estanc: Hasta un mes

Fecha Ejec: Mayo/85

REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
N.º 2433
Em 5/ Junho 85
de registo.



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

SECRETARIA DE ESTADO DA COOPERAÇÃO

AO
GABINETE DE INTERCÂMBIO INTERNA
CIONAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

LUANDA

OFÍCIO Nº 1958/01.06.03.05.01.02 /DES.SEC/85

Para conhecimento e devidos efeitos, temos a honra de enviar fotocópia das Notas OE-147/85 de 16 de Maio, DAG-269/85 de 3 de Maio de 1985, proveniente da Oficina Económica da Embaixada de Cuba e do Comité Estatal de Colaboração Económica.

Aproveitamos a oportunidade para endereçar,
cordiais

SAUDAÇÕES REVOLUCIONARIAS

DEPARTAMENTO DOS PAISES SOCIALISTAS DA SECRETARIA DE ESTADO DA COOPERAÇÃO, em Luanda aos 14.03.1985 "ANO DO II CONGRESSO DO PARTIDO".

CHEFE DO DEPARTAMENTO

João Mateus Bernardo António "Freitas"

/TÉCNICO SUPERIOR/

DL/mi

OFICINA ECONOMICA
EMBAJADA DE CUBA EN LA
REPUBLICA POPULAR DE ANGOLA

DE-147/85

Luanda, 16 de mayo de 1985

Comda. Antonio Freitas
Dirección Nacional de Cooperación
Secretaría de Estado de Cooperación

Estimado Camarada:

Después de transmitirle mis cordiales saludos, nos dirigimos a usted con el fin de informarle los nombres y cargos de los compañeros del MINED cubano que integrarán la Misión 2.25 para el Estudio Diagnóstico-Pronóstico de la Educación de Base y Media de la RPA, la cual tiene prevista su salida de Cuba para el 31.5.85.

La referida Misión será integrada por:

Lic. Justo A. Chávez Rodríguez - Investigador del Instituto Central de Ciencias Pedagógicas

Dra. Celia Pérez Miranda - Metodóloga de Org. Escolar de la Dirección de Educación General

Lic. Rosa Álvarez Cárdenas - Especialista en Balance de la Educación

Aprovecho la oportunidad para reiterarle nuestra consideración

Ramón Soto Rocio
Consejero Económico

SECRETARIA DE ESTADO DE COOPERACAO

SECRETARIA	Entrada N.º 227	Linha N.º 22
	Folha N.º 22	102.06.03.02.01.02
	Por	Albino 22.05.85

DAG.269.85

Ciudad de La Habana,
3 de mayo de 1985
Año del III Congreso

Dirección Nacional de Cooperación
Secretaría de Estado de la Cooperación
República Popular de Angola

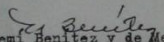
Atte: Oda. Freitas

Estimado compañero:

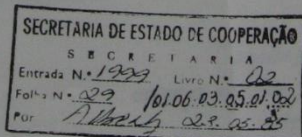
La presente tiene como objetivo informarle que se debe rectificar el número de la acción que hubimos de solicitarle - su oficialización en nuestro DAG.207.85 del 18 de abril del año en curso, por el de acción 2.25 MINED/MEB, Cuba/Angola - y no el que se hubo de informarse erróneamente.

Agradeciendo anticipadamente su amable gestión al respecto, le reitero nuestro voto mas alto de consideración y estima.

Fraternamente,


Noemí Benítez y de Mendoza
Directora

c.c. Gabinete de Intercambio, Ministerio de Educación



232
4/5/85

REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL
Formulário N.º 268
Data 1.º de Fevereiro de 1985
O Encarregado.



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

DELEGACÃO PROVINCIAL DE EDUCAÇÃO DE LUANDA

(a) SECTOR PROVINCIAL DE APOIO AOS COOPERANTES

Bo SDE
Hans
05.02.85

AO

GABINETE DE INTERCÂMBIO
INTERNACIONAL DO MEC

LUANDA

S/ referência:

S/ comunicação:

N/ referência:

Caixa Postal:

ASSUNTO:

358/SPAC/DP/23/85

31 JAN 1985

Junto enviamos os mapas de efectividade de algumas
Escolas dos Municípios de Meininge, Kilamba Kiaxi, Viana, Ingombeta
e Rungo:

- Escola 1ª de Maio
- " N'Gela Kenini
- " Juventude em Luta
- " N'Gela Kiluanje
- " Che Guevara
- " de II e III Níveis de Viana
- " N'Gela Zinga
- y Alda Lara
- " de Administração (Prática de Grafias)
- Instituto Karl Marx Makarenko
- DPE

As outras Escolas apesar de um trabalho de sensibilização quer verbal, por escrito, até ao momento, não conseguiram dar o cumprimento respectivo as orientações emanadas superiormente

SAUDAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS
1985-ANO DO II CONGRESSO DO PARTIDO
O DELEGADO PROVINCIAL

MILÓDOROS JOÃO GORGES SALVADOR

a) Ministério, Direcção, Repartição ou Serviço.

A4-50.000 Ex. - N. E. A. - 1984



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

DEP 16/86
a) FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE AGOSTINHO NETO

AO

DEP

REITORIA DA U.A.N.

1985
LUANDA

S/ referência:

S/ comunicação:

N/ referência:

Caixa Postal:

ASSUNTO:

rc014/2074

15 JUL 1985

Junto enviamos as folhas de efectividade dos cooperantes em serviço nesta Faculdade, relativas ao mês de Dezembro de 1985;

Maria Dolores Ortega Menes
Jorge António Rodriguez Alarcon
Mário Rolando Torres Rodriguez
Raul Castellanos Pana
Kieu Dinh
Hoang Xuan Lac
Eva Correia
Alberto Fiol Zulueta
Pedro Mário Suver Garcia
Manuel Betancourt Loyola
Godriline Anatoli
Lai Kim Tien
Carlos Guilherme Tesche
Henrique Rodrigues Megre Ferreira
Elefteri Kouzmov Savov
Du Tri Cong
Miguel Eduardo Mora Ramos
José Luis Lorente Salgado
Van Duc Cu

.../...



Modelo AT - 19

REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

SECRETARIA DE ESTADO DA COOPERAÇÃO

FOLHA DE EFECTIVIDADE DO COOPERANTE

A4 - 50.000 Ex. - Grafimex - 1961

Mês de: Dezembro

Nome do cooperante: Alberto Fiol Zuqueta
Empresa/Aparelho Estatal: Universidade "Agostinho Neto"
Ministério/Secretaria de Estado: Ministério de Educação
País: Cuba

Cartão de cooperante n.º:

Dias	PERÍODO DA MANHÃ		PERÍODO DA TARDE		Dias	PERÍODO DA MANHÃ		PERÍODO DA TARDE	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída		Entrada	Saída	Entrada	Saída
1					17				
2					18				
3					19				
4					20				
5					21				
6					22				
7					23				
8					24				
9					25				
10					26				
11					27				
12					28				
13					29				
14					30				
15					31				
16									

RESUMO DA EFECTIVIDADE

Faltas justificadas a descontar nos salários: _____ dias.

Faltas injustificadas: _____ dias.

Número total de dias de trabalho efectivo: 31 (trinta e um) dias.de 1 de Dezembro de 1961

O responsável directo pelo trabalho do cooperante:

Assinatura: _____

Categoria: _____

Observações: As entradas e saídas são rubricadas pelos cooperantes. As faltas de rubricas, são assinaladas a vermelho com a palavra «FALTA» pelo responsável.



Modelo AT - 10

REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

SECRETARIA DE ESTADO DA COOPERAÇÃO

FOLHA DE EFECTIVIDADE DO COOPERANTE

AA - 50.000 EX. - Grafimor - 1983

Mês de: NOVEMBRO 1984

Nome do cooperante: JOSE LUIS GOIACQUEA ALVAREZ
Empresa/Aparelho Estatal: UNIV. LUANDA / FAC. CIENCIAS / BIOLOGIA
Ministério/Secretaria de Estado: MIN. DE EDUCACIÓN
País: CUBA

Cartão de cooperante n.º:

Dias	PERIODO DA MANHA		PERIODO DA TARDE		Dias	PERIODO DA MANHA		PERIODO DA TARDE	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída		Entrada	Saída	Entrada	Saída
1	✓	✓	✓	✓	17	✓	✓		
2	✓	✓	✓	✓	18	DOMINGO			
3	✓	✓			19	✓	✓	✓	✓
4	DOMINGO				20	✓	✓	✓	✓
5	✓	✓	✓	✓	21	✓	✓	✓	✓
6	✓	✓	✓	✓	22	✓	✓	✓	✓
7	✓	✓	✓	✓	23	✓	✓	✓	✓
8	✓	✓	✓	✓	24	✓	✓	✓	✓
9	✓	✓	✓	✓	25	DOMINGO			
10	✓	✓			26	✓	✓	✓	✓
11	DOMINGO				27	✓	✓	✓	✓
12	✓	✓	✓	✓	28	✓	✓	✓	✓
13	✓	✓	✓	✓	29	✓	✓	✓	✓
14	✓	✓	✓	✓	30	✓	✓	✓	✓
15	✓	✓	✓	✓	31				
16	✓	✓	✓	✓					

RESUMO DA EFECTIVIDADE

Faltas justificadas a descontar nos salários: _____ dias.

Faltas injustificadas: _____ dias.

Número total de dias de trabalho efectivo: 30 (trinta) dias.

O responsável directo pelo trabalho do cooperante:

Assinatura: [assinatura]Categoria: Prof. de Faculdade de Ciências

Observações: As entradas e saídas são rubricadas pelos cooperantes. As faltas de rubricas, são assinaladas a vermelho com a palavra «FALTA» pelo responsável.

REPÚBLICA SOCIALISTA DE ANGOLA
REPÚBLICA SOCIALISTA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DE INTERMEDIÁRIO INTERNACIONAL

NACIONALIDADE CUBANA
ESCOLA BO ENSENHO DE DADA II NÍVEL SUPERIOR
GONCALVES-CARINHA
MUNICÍPIO CABINDA
PROVÍNCIA CABINDA

1- NOME JESUS APELIDO BUNHO ALBERNY
2- NASCIMENTO: LOCAL SANTIAGO DE CUBA DATA 15 / ABRIL / 1958
3- HABILITAÇÕES 12 ANO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA
LITERÁRIAS _____
4- PROFISSÃO PROFESSOR DE MATEMÁTICA
5- SALÁRIO: KWANZAS _____ GO KE.
6- DIVISAS: _____
6- CONTRATO: INÍCIO 15 / AGOSTO / 1987 / 7-TERMINO: 30 / JULHO / 1987
8- PASSAPORTE Nº _____ EMISSÃO EM _____ DATA _____ / _____ / _____

SE FOR CASADO
9- CASADO
ESTADO NOVO NIIVES GUTIERREZ HERNANDEZ
CIVIL NACIONALIDADE CUBANA
OBSERVAÇÕES A CÔNJUGE ENCONTRA-SE EM CUBA

PRORROGAÇÕES CATEGORIA

COOPERANTE -X

RESIDENTE QUALIFICADO

RESIDENTE N. QUALIF.

CLASSES
5a X
6a _____
7a _____
8a _____
INE _____
FUNIV _____
I. MÉDIO _____

REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL

NACIONALIDADE CUBANA
ESCOLA DO ENSINO DE BASE II NÍVEL TÉCNICO
GONÇALVES-CABINDA
MUNICÍPIO CABINDA
PROVÍNCIA CABINDA
1- NO. E SANTIAGO APELIDO SALAZAR CHARADÁN
2- NASCIMENTO: LOCAL SANTIAGO DE CUBA DATA 25 / JUNHO / 1955
3- HABILITAÇÕES 12 ANO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA
LITERÁRIAS _____
4- PROFISSÃO PROFESSOR DE MATEMÁTICA
5- SALÁRIO: KWANZAS _____ 00 KZ.
6- DIVISAS: _____
6- CONTRATO: INÍCIO 15 / AGOSTO / 1982 7- TERMO: 30 / JULHO / 1985
8- PASSAPORTE No. _____ EMITIDO EM _____ DATA _____ / _____ / _____
SE FOR CASADO
9- CASADO
ESTADO NO ME ANANDA PERELLÓN LUSTELIER
CIVIL NACIONALIDADE CUBANA
OBSERVAÇÕES A ESPÓSA ENCONTRA-SE NO PAÍS DE ORIGEM.

PRORROGAÇÕES

CATEGORIA

COOPERANTE ☒

RESIDENTE QUALIFICADO

RESIDENTE N. QUALIF.

CLASSES

5ª ☒
6ª _____
7ª _____
8ª _____
INE _____
FUMIV _____
I. MÉDIO _____

REPUBLICA SOCIALISTA DE ALGERIA
REPUBLICA SOCIALISTA DE ANGOLA
MINISTERIO DA EDUCACAO
GABINETE DE INTERCAMBIO INTERNACIONAL

NACIONALIDADE CUBANA
ESCOLA DO ENSINO DE BASE II NIVEL UNICO
GONCALVES-CABIDA
MUNICIPIO CABIDA
PROVINCIA CABIDA

1- NOME RODOLFO APELIDO FABRON RODRIGUEZ
2- NASCIMENTO: LOCAL VILLA CLARA DATA 29 / OUTUBRO / 1955
3- HABILITAÇÕES 19 ANO DE LICENCIATURA PRIMARIA
LITERARIAS _____
4- PROFISSÃO PROFESSOR DE MATEMATICA
5- SALARIO: KWANZAS _____ 00 KZ.
6- DIVISAS: _____
7- CONTRATO: INICIO 15 / AGOSTO / 1983 / 7-TERMO: 30 / JULHO / 1985
8- PASSAPORTE No _____ EMITIDO EM _____ DATA _____ / _____ / _____

SE FOR CASADO
9- SOLTEIRO
ESTADO NONE
CIVIL NACIONALIDADE _____
OBSERVAÇÕES _____

PRORROGAÇÕES

CATEGORIA

COOPERANTE

RESIDENTE QUALIFICADO

RESIDENTE N. QUALIF.

CLASSES

5a x
6a _____
7a _____
8a _____
INE _____
FUNIV _____
I. MEDIO _____

REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL

NACIONALIDADE CUBANA
ESCOLA DO ENSINO DE BASE II NÍVEL
GONÇALVES GASTÃO
MUNICÍPIO CABINDA
PROVINCIA CABINDA

1- NOME XYOMARA APELIDO HERNANDEZ GARCIA
2- NASCIMENTO: LOCAL VILLAS DATA 02 / JULHO / 1954
3- HABILITAÇÕES GRADUADA PRIMÁRIA
LITERÁRIAS _____
4- PROFISSÃO PROFESSORA DE MATEMÁTICA
5- SALÁRIO: KZANZAS _____ 00 KZ.
6- DIVISAS: _____
6- CONTRATO: INÍCIO 27 / JULHO / 1984 / 7-TERMO: 30 / JULHO / 1985
8- PASSAPORTE Nº _____ EMITIDO EM _____ DATA _____ / _____ / _____

SE FOR CASADO

9- SOUBREIRA
ESTADO NOME _____
CIVIL NACIONALIDADE _____
OBSERVAÇÕES _____

PRORROGAÇÕES

CATEGORIA

COOPERANTE -X

RESIDENTE QUALIFICADO

RESIDENTE N. QUALIF.

C L A S S E S

5ª X
6ª _____
7ª _____
8ª _____
INE _____
PUNIV _____
I. MÉDIO _____

REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL

NACIONALIDADE CUBANA
ESCOLA DO ENSINO DE BASE II NÍVEL 9º ANO
FEVEREIRO-DUCC-ZAU
MUNICÍPIO BUGO-ZAU
PROVÍNCIA CABINDA

1- NOME EVARISTO APELIDO OLIVA MARRERO
2- NASCIMENTO: LOCAL S. TIAGO DE CUBA DATA 29 / NOVEMBRO / 1955
3- HABILITAÇÕES 4º ANO DO INSTITUTO SUPERIOR PEDAGÓGICO

LITERARIAS _____

4- PROFISSÃO PROFESSOR DE MATEMÁTICA

5- SALÁRIO: KJANZAS _____ 00 KZ.

6- DIVISAS: _____

6- CONTRATO: INÍCIO 21/AGOSTO/1981 / 7-TERMO: 30/JULHO/1985

8- PASSAPORTE
Nº _____ EMITIDO EM _____ DATA _____ / _____ / _____

SE FOR CASADO

9- CASADO
ESTADO NOME MARIA DOLORES FALCON SUAREZ

CIVIL NACIONALIDADE CUBANA

OBSERVAÇÕES A CONJUGE ENCONTRA-SE NO PAÍS DE ORIGEM

PRORROGAÇÕES

CATEGORIA

COOPERANTE X

RESIDENTE QUALIFICADO

RESIDENTE N. QUALIF.

C L A S S E S

5ª X

6ª X

7ª _____

8ª _____

INE _____

PUNIV _____

I. MÉDIO _____

REPUBLICA POPULAR DE ANGOLA
SECRETARIA DE ESTADO DA COOPERAÇÃO

C.C.

-GAB. MINISTRO da Educação
-GAB. SECRETÁRIO DE ESTADO
-GAB. SECOOPERAÇÃO
-GAB. PLANO-SECOOPERAÇÃO
-DIR. NAC. ASSIST. TÉCNICA

AO

GABINETE DE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL

LUANDA

CIRCULAR Nº 27 103.0/02.03.01/DPS.SEC/85

ASSUNTO: PREPARAÇÃO DE COMISSÕES MISTAS COM AS REPÚBLICAS
SOCIALISTA DO VIETNAME; POPULAR DA HUNGRIA E PO-
PULAR DA BULGÁRIA.-

1/ Servimo-nos da presente para remeter a Lista das Acções de Cooperação com as Países acima mencionados, em virtude de se aproximarem as datas de realização da I, II e VI Sessões das Comissões Mistas Angolano/Vietnamita; Angolano/Húngara e Angolano/Búlgara, que terão lugar em Hanói, Budapeste e Luanda respectivamente, na 2ª, 3ª e 4ª semanas de Abril de 1985.

2/ As Sessões das Comissões em epígrafe reputam-se de bastante importância no domínio da Cooperação Bilateral e destinam-se fundamentalmente a balancear as Relações Económicas, Técnico-Científicas e Comerciais no período de 1982 à 1985.

3/ Dada a importância de que se revestem as Sessões das Comissões, solicitamos que seja remetida à Secretaria de Estado da Cooperação até ao dia 6 de Abril com o Vietname; até ao dia 10 de Abril com a Hungria e até ao dia 15 de Abril de 1985, com a Bulgária impreterivelmente, os Pontos de Situações dos compromissos assumidos pelo Sector, a fim de elaborarmos os Memorandos que serão submetidos à discussão no Conselho de Defesa e Segurança.

4/ Os Pontos de Situações a prestar deverão basear-se nas acções anexas. As informações deverão merecer a devida atenção dos órgãos responsáveis pela sua elaboração de modo a permitir um balanceamento das informações que permita apontar os estranhalimentos encontrados na mate

REPUBLICA POPULAR DE ANGOLA
SECRETARIA DE ESTADO DA COOPERAÇÃO
GAB. NAC. ASSIST. TÉCNICA
Entrada Nº 487
Em 4.4.1985
103.0/02.03.01

REPUBLICA POPULAR DE ANGOLA
SECRETARIA DE ESTADO DA COOPERAÇÃO
GAB. NAC. ASSIST. TÉCNICA
Entrada Nº 900
Em 16.4.85
103.0/02.03.01

realização da Cooperação, a fim de permitir a Presidência das Comissões, as soluções adequadas que permitam um desenvolvimento normal da Cooperação com esses Países.

5/ Agradecemos ainda que esse Organismo indique o nome do Responsável o/ou Funcionário que integrará cada uma das delegações, a sua função e que actividade concreta desempenhará durante a Sessão da Comissão, de modo a darmos cumprimento integral da Directiva do Secretariado do Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho para a Esfera Económica e Social, sobre as deslocações ao Exterior do País.

6/ Por se tratar de Comissões Mistas Multi-Sectoriais, informamos que todo o expediente relativo a cada uma das Missões, será accionado pelo Gabinete das Relações Públicas desta Secretaria de Estado e para o efeito, deverão remeter ao Gabinete em referência, os passaportes de serviço e/ou diplomático e quatro (4) fotografias tipo passe, com a maior brevidade possível.

Saudações Revolucionárias

DEPARTAMENTO DOS PAÍSES SOCIALISTAS DA SECRETARIA DE ESTADO DA COOPERAÇÃO, EM LUANDA, AOS 2-4-85. -ANO DO II CONGRESSO DO PARTIDO.-

O CHEFE DO DEPARTAMENTO,

JOÃO MATEUS BERNARDO ANTÓNIO "PREITAS"
Técnico Superior

LISTA DAS ACÇÕES ACTUAIS DE COOPERAÇÃO

República Socialista do Vietname

Agricultura, Pecuária e Silvicultura

Sector Agrícola

- × PRODUÇÃO DE ARROZ NO COMPLEXO KUANZA-BENGO

Comércio Externo

Trocas Comerciais

- × COMPRA DE ARROZ À REPÚBLICA SOCIALISTA DO VIETNAME

Educação

Ensino Superior

- × PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA ATRAVÉS DO ENVIO DE PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR PARA LECCIONAREM NAS FACULDADES DA UNIVERSIDADE DE ANGOLA

Saúde

- × PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA ATRAVÉS DO ENVIO DE MÉDICOS E PES-
SOAL PARA-MÉDICO

Cultura

- × TROCA DE DOCUMENTAÇÃO, PUBLICAÇÕES E INFORMAÇÕES SOBRE O DESENVOL-
VIMENTO SÓCIO-CULTURAL DE CADA PAÍS; DE EXPOSIÇÕES FOTOGRÁFICAS E
FILMES DE CARÁCTER CULTURAL E TÉCNICO-CIENTÍFICA
- × ORGANIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE ACTIVIDADES CULTURAIS E ARTÍSTICAS
- × TROCA DE DELEGAÇÕES CULTURAIS COM VISTA AO INTERCÂMBIO DE INFORMA-
ÇÕES E EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS E PARTICIPAÇÃO NAS CONFERÊNCIAS
NACIONAIS OU INTERNACIONAIS DA CULTURA



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

a) **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**
GABINETE DE INTÉRCEMBIO INTERNACIONAL

CONTINUAÇÃO DE INFORMAÇÃO Nº 23/GII/II/85

É tudo quanto nos cumpre informar e propôr.
O Camarada Vice-Ministro, no seu alte critério
melhor decidirá.

LUANDA, GABINETE DE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL DO MED AOS 06 DE
MARÇO DE 1985 *.- ANO DO II CONGRESSO DO PARTIDO *.-

O DIRECTOR DO GABINETE

JOAQUIM MANUEL SILVA

C.M/L.S



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

a) MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL

CONTINUAÇÃO DE INFORMAÇÃO Nº 23 /GII/XII/85

É tudo quanto nos cumpre informar e propor.
O Camarada Vice-Ministro, no seu alto critério
melhor decidirá.

LUANDA, E GABINETE DE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL DO MED AOS 06 DE
MARÇO DE 1985 *.- ANO DO II CONGRESSO DO PARTIDO *.-

O DIRECTOR DO GABINETE

Joaquim Manuel Silva

C.M/L.F

REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

ESCOLA DO MUSICO DE BAIXO DO ITY NIVEL W

SECRET

-DEPARTAMENTO PROVINCIAL DO ENSINO DE BAST.

-10 SECTOR DE AFETO ACS COOPERATIVE.

-A INSPECTOR REGULAR.

-A DIRECTO NACIONAL D ERSIN DE BASF.

-40 INTERCAMBIO DE WFO.

DELEGACÃO PROVINCIAL DE EDUCAÇÃO

(GARINTE DO DELEGADO PROVINCIAL)

feels wanted fig;

3. de ao / 1.1.1955 X cor.

4-11-1929 N. E. L. 10.

—

201

S/ referência :

S/ comunicação :

N/ referência :

30.1.
Calva Postal:

ASSUNTO:

0000016 /NF/MS-

25/1/85

ET. PRAECIO CONFIDENTIA

Fazer os devidos efeitos tidos convenientes e para o vago conhecimento,
junta se remete uma informação firmada pela Direção desta Escola.

30.1.84.

1985 AND DO IT CONGRESS TO PARTIAL

O DIRETOR DA ESTADIA

CARLOS DE ABREU LEITE FARIAS

REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
ESCOLA DO ENSINO DE 2º DO 1º NÍVEL ESCOLA UNITÁRIA

AO
COMANDO DA DELEGACÃO PROVINCIAL DE EDUCAÇÃO

INFORMAÇÃO

Esta Direcção sempre entendeu a Escola como uma instituição de aprendizagem dirigida, para um Objectivo, através duma forma organizada por isso e com base nesta ideia matriz, vimos tentando corporizar um projecto de remodelação das nossas estruturas escolares abordando, os componentes orgânico-administrativo e pedagógico.

Apesar das dificuldades e, sobretudo, da responsabilidade inante de uma nobre tarefa julgamos, humildemente, que a nossa comunidade escolar será uma potencial e legítima herdeira do esforço sério e abnegado, que através do nosso plano de trabalho pedagógico vem desenvolvendo ao longo do ano lectivo de 1964/1965.

No entanto se do ponto de vista da sistematização organizativa alguns passos decisivos se têm vindo a dar, ^overtente pedagógica encerra algumas dificuldades, quando não mesmo bloqueamento da vria ordem de aprendizagem escolar terá de ser organizada, isto é, implica a incidência como ajuda para essa aprendizagem. A intenção é ajustar e organizar didácticas e metodicamente os processos de aprendizagem de maneira a atingir o seu efeito otimizador. Por esse enquadramento passa obrigatoriamente, pela natureza da relação educativa em que o professor como sujeito dessa relação terá de posicionar-se como verdadeiro agente do ensino e das suas virtualidades. E aqui surge, apesar da sensibilização permanente, os casos de maior ^{pe}relinda desvirtuamento dos princípios que devem reger a reciprocidade do relacionamento educativo.

É assim que, sob esta óptica, nos vemos forçados a comunicar um caso que inicialmente reservado a análise pela estrutura competente da Escola terá de ser objecto de apreciação superior, pelos intrínsecos e até presenças de que foi alvo esta Direcção.

Fica o relato sucinto do caso em questão:

No dia 11 de Janeiro de 1965 o Sub-Director Pedagógico, CUSTÓDIO DIAS DE LIMA, recebeu uma participação contra o professor de (MATEMÁTICA) do turno 27 de 7ª classe turno da tarde, de nome JOÃO CARLOS RODRIGUES, pertencente ao destacamento CUP-CUEVIRA, elaborado pelos alunos LUCAS e ALVARO, ANADILU DOS SANTOS e MARILIA DA SILVA RODRIGUES, do 1º ano.

...//...

Dado o teor trágico da acusação, conforme cópia de participação que se anexa e depois de consultados os responsáveis Cubanos Alcides Aguero e Ferr e o responsável pelo destacamento Che-Guever, resolveu esta Direcção nomear uma comissão de inquérito para averiguação da verdade, ou não dos factos imputados e que seria constituída pelos professores Luis Filipe de Almeida Martins e Neves (Coordenador da Biologia), José Manuel Valdes (Coordenador de Física e pela Arte Cubana) e Alexandre Fernandez Lopez (Director da turma 7ª 27 e ainda como observadores os responsáveis Cubanos Alcides Aguero e Gema Garcia RENNAS.

A dita comissão para a averiguação a alocar na Escola além dos supracitados professores o responsável Cubano pelo destacamento Che Guevera e o responsável Provincial pela Cooperação Cubana, que desde logo se opuseram a elaboração de qualquer acto de investigação. Na ausência do Director, foi por diversas vezes ignorado o Sub-Director Pedagógico, apesar de se ter apresentado como tal. A responsável Provincial Cubana negou-se a falar do assunto com o Sub-Director Pedagógico argumentando apenas que o inquérito não poderia ser elaborado por não ter sido informado previamente.

Como corolário de toda esta situação, a responsável Provincial pela Cooperação Cubana deu instruções para que os professores Cubanos ²⁴ estivessem presentes ao chamado momento de reflexão, que desde o dia 14 de Janeiro e com carácter semanal, é efectuado nesta Escola com o objectivo de se proceder a análise da semana de trabalho, reflectindo-se os méritos alcançados e criticando-se as situações que, pela sua negatividade poderiam comprometer a natureza do acto educativo, nomeadamente as saídas extemporâneas da sala de aula (antes do toque) e entradas retardadas, a assinatura de punições sem efectivação da aula e os convites para a elaboração de exercícios em casa dos professores.

RECEBIMOS DA ESCOLA DO MUNICIPIO DE BASSO DO III MUNICIPIO VILHAR-
JI em 14 de JANEIRO DE 1965 - ANO DO II CONGRESSO DO PARTIDO

C/Conhecimento

- A Direcção Provincial de Ensino
de Base Regular.

O DIRECTOR

[Assinatura]

professor pelo Maria!

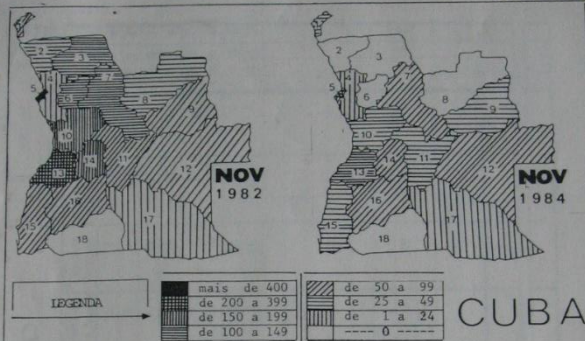
termos a participar o nosso
professor de biologia por nos
ter convidado para um lance
em casa dele; e como havíamos
tizado negativa na primeira
prova de biologia ele disse-nos
que se fôssemos a casa dele
fazíamos a prova, e disse as
matérias no 1º e 2º da 1ª e 2ª que
teria a nota combinando com
se comportarmos na casa
(desculpe-me não explicou).

Como não aceitamos ele disse
que se nos quisermos a nota
e ter isso por professor co-
m os professores e conversamos
com ele.

João de Fátima

Amor deu do amor

Três anos de amor
guerras de guerra



PROVINCIA	PERMENCE EM:	SAÍU DE:	EXISTÊNCIA		
			NOV82	NOV84	DIFER.
BENGO	CAXITO	- -	15	13	- 2
BENGUELA	BENGUELA E LOBITO	DONDE GRANDE, ALTO CATUMBELA, GANDA, CUBAL, BAIA FARTA	229	112	-117
BIE	KUTO	- -	62	45	- 17
CABINHA	CABINHA	- -	63	40	- 23
HUAMBO	HUAMBO	1978: NUNDA, BAILUNDO, LONGONJO, TCHIKALA, KATCHIUNGO, LONGUIM-BALI; 1982: KALIA	154	79	- 75
HUÍLA	LUBANGO	MATAIA E JAMBA (previstas, não se concretizaram)	73	80	+ 7
K. KUBANGO	PERQUINQUE	- -	19	16	- 3
KWANZA N.	- -	NDALATANDO, DONDO, LUCALA, SAMBA CAJU E GOLLUNGO ALTO	113	-	-113
KWANZA S.	SUFEE	WAKU KUNGO, CALULO, GABELA, QUI BALA E PORTO ANBOIM	159	37	-122
LUNDA	LUNDA (6)* E VIANA	CACUACO	422	360	- 62
LUNDA N.	- -	LUCAPA E CHITATO	47	-	- 47
LUNDA S.	SAURIMO	- -	86	32	- 54
MALANGE	MALANGE	KWABA NZOJI, KANGANDALA, KAKU LAMA, KALANDULA, QUESSUE E CACUSO	136	53	- 83
MOXICO	IMENA	- -	94	47	- 47
NAMIBE	NAMIBE	TOMELA	59	43	- 16
UIGE	- -	NEGAGE, CAMPEATELA, SANZA POMBO E UIGE	145	-	-145
ZAIRE	- -	NZETO, SOYO, MBANZA KONGO	47	-	- 47
KUNENE	- -	- -	-	-	-
(18)	(20)*	(2 que se não concretizaram, 1923 abandonados em 1978, 34 abandonados de 1982 a 84)	1923	957	-966

*"LUNDA" inclui os municípios de Ingombota, Maianga, Cazenga, Rangel, Prenda e Kilamba Kiaki.

COOPERAÇÃO CUBANA

GII/MED

EVOLUÇÃO DESDE 1979

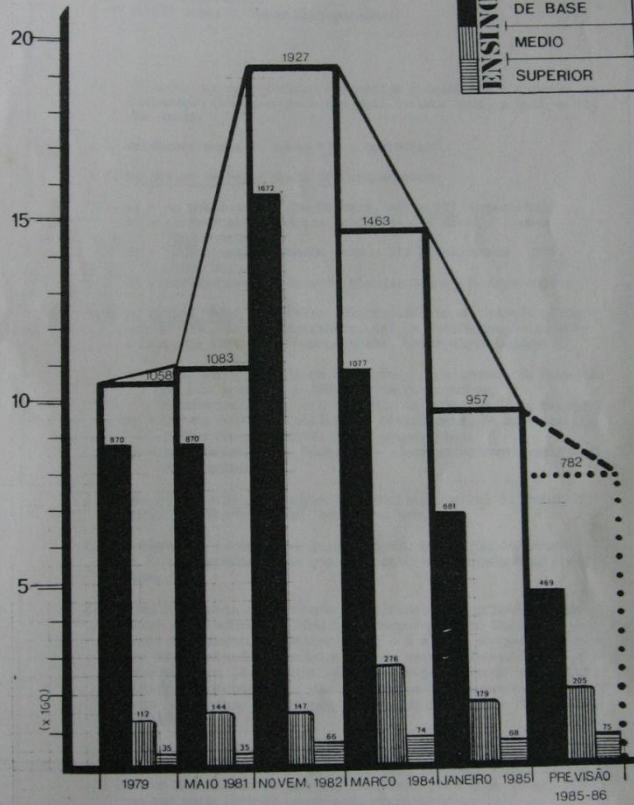
Anexo - JANEIRO 85

	Ensino de BASE					Ensino Médio e Pré-Universitário					Universidade de Angola	Estrutura Central	Professores GUIA	Metodólogo	TOTAL
	DIG	¹¹ Popul (21/84)	¹² P. G. 3/84	¹³ E. F.	¹⁴ sub-total	¹⁵ INE	¹⁶ PUNIV	¹⁷ Interna	¹⁸ Sub-total						
1979	484	378	8	-	8 7 0				1 1 2	35	13	28		1 0 5 8	
MAIO - 1980	449	334	8	-	7 9 1				6 8	36	8	21		9 2 3	
MAIO - 1981	384	478	8	-	8 7 0				1 4 4	35	13	21		1 0 8 3	
MARÇO- 1982	358	703	364	79	1 5 0 4	93	33	23	1 5 0	76	23	26		1 7 7 9	
NOV. - 1982	382	755	448	87	1 6 7 2	80	48	18	1 1 4 7	66	9	33	16	1 9 2 7	
MARÇO- 1984	321	444	241	71	1 0 7 7	174	90	12	2 7 6	74	8	28	16	1 4 6 3	
SET. - 1984	80	395	257	43	7 7 5	159	79	13	2 5 1	84	15	4	6	1 1 3 5	
JAN. - 1985	80	339	221	41	6 8 1	119	51	9	1 7 9	68	15	4+4*	6	9 5 7	

gii med EVOLUÇÃO COOPERAC. Cuba

Anexo 2a

* LEGENDA
DE BASE
MEDIO
SUPERIOR



MEMORANDUM

- * Situação da Cooperação Cubana;
- * Controlo Estatístico;
- * Relatório sobre os Mapas apresentados.

1. - Os mapas ora apresentados demonstram a evidência a redução da cooperação Cubana operada nos dois últimos anos, a qual se traduz assim:
 - 1.1. em termos gerais: menos 930 cooperantes;
 - 1.2. no Ensino de Base: menos 967 cooperantes:
 - a) - no Destacamento Che Guevara, menos 303 cooperantes;
 - b) - professores primários graduados (II Nível): menos 396 cooperantes;
 - c) - professores graduados para o III Nível: menos 224 cooperantes;
 - d) - professores de Educação Física: menos 44 cooperantes;
 - 1.3. no Ensino Médio regista-se um crescimento em relação a Novembro de 1982, de 41 cooperantes, mas um decréscimo em relação a Março de 1984, de 88 cooperantes, assim distribuídos:
 - a) - Institutos Normais de Educação - crescimento, de Novembro de 1982 a Março de 1984, de 94 cooperantes;
- decréscimo de Março a Novembro de 1984, de 51 cooperantes;
 - b) - Cursos Pré-Universitários - crescimento, de Novembro de 1982 a Março de 1984, de 35 cooperantes;
 - c) - Institutos Médicos Técnicos - decréscimo continuado de 8 cooperantes;
 - 1.4. não se registam alterações substanciais a nível do Ensino Superior, na Universidade "Agostinho Neto";
 - 1.5. o número de professores-guias reduziu em função da redução (para 4) das províncias em que se encontra o Destacamento Che Guevara;
2. - Como igualmente se constata no Gráfico, numa primeira etapa assiste-se à redução do número de cooperantes no Ensino de Base e seu crescimento no Ensino Médio e à altura em que a Cooperação Cubana abandona municípios onde este último não existe; na segunda etapa já o Ensino Médio é afectado porque se produz o abandono, nomeadamente, das províncias do Kwanza-Norte, Uíge e Zaire, afectando Institutos Normais de Educação e Cursos Pré-Universitários.
3. - A redução de professores de Educação Física corresponde efectivamente à capacidade de preenchimento de vagas no Ensino de Base com a formação de Quadros angolanos para esse nível; prevê-se que para 1986-87 cesse esta cooperação:

- 4.1. 75 para o Ensino de Base dos quais,
a) - 42 do II Nível, e
b) - 35 para o III Nível;
- 4.2. 63 no Ensino Médio;
- 4.3. 12 para a Universidade "Agostinho Neto".

LUANDA E GABINETE DE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL DO MED, EM LUANDA, AOS 28 DE FEVEREIRO DE 1985, - "Ano do II Congresso do Partido".

Cooperação Cubana Existente.-

COOPERAÇÃO CUBANA

GII/MED

JANEIRO

85

ESPECIALIDADE	Ensino de BASE					Ensino Medio e Pre-Universitário					Universidade de Angola	Estrutura Central	Professores GUIA	Chefia	TOTAL
	DIGO	PP-12ano	P.11-12ano	E.F.	SUB-TOTAL	INE	UNIV	INTech	OUT	SUB-TOTAL					
PROVINCIAIS															13
BENGO		6	7		13					21					112
BENGUELA	16	38	31	6	91					11					45
BIE		16	16	2	34					17					40
CABINDA		11	8	4	23					19	14				79
HUAMBO		24	20	2	46					18	19				80
HUILA	15	17	10	1	43										16
KVANDO KUBO		9	7		16										
KWANZA N										11					37
KWANZA SUL		16	8	2	26										
KUNENE										47	35	22		4	360
LUANDA	38	132	68	14	252										
LUNDA NORTE										8					32
LUNDA SUL		14	7	3	24					16					53
MALANGE		22	12	3	37					3					43
MOXICO	14	14	11	1	40					8					47
UIGE		20	16	3	39										
ZAIRE															
TOTAL	83*	339	221	41	684					179	68	22	*	4	957

* - inclui 4 Professores Guias

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EXISTENTES

CABINETE DE INVERSAÇÃO																																													
PAÍSES		POL+FR+GB				BULGARIA				CABO VERDE				CONGO				CUBA				PORTUGAL				RDA				URSS				VIETNAME				INDIVIDUAL				TOTAL			
Nível		1	2	3	ST	1	2	3	ST	1	2	3	ST	1	2	3	ST	1	2	3	ST	1	2	3	ST	1	2	3	ST	1	2	3	ST	1	2	3	ST	1	2	3	TOTAL				
PROVÍNCIAS																																													
BENGO																		12		12																		12			12				
BENGUELA		1	1			15	15							4		4	38	13	51	4	4														19	19	65	29			94				
BIÉ														2		2	13	14	27																3	3	18	14			32				
CABINDA														2		2	10	17	27																4	4	14	19			33				
HUAMBRO						12	12	1		1	1	2	3	10	10	16	34				1	1					28	28			13	13	5	3	4	12	12	55	32			104			
HUILA						4	4							1	1	20	13	19	52	1	2	3				3	3					34	34	3	3	4	10	24	21	62			107		
KUANGO KUBANGO																	18		18																					18			18		
KUNENE																																													
KWANZA NORTE						7	7	5		5	1	1								1	1														1		7	8			15				
KWANZA SUL										2		2						22	27	49															5	2	7	29	29			58			
LUANDA		3	1	4	1	37	3	41	2	2	7	10	17	109	42	41	191	11	16	1	28					9	3	12		1	1			24	24	93	26	24	123	203	144	97			444
LUANDA NORTE										2		2																								5		5	7			7			
LUANDA SUL																		22	13	35																			22	13			35		
MALANGE						2	2	6		6	1	1	24	27			51			1	1													8	1	9	38	32			70				
NAMIBE		1				1	5	7	12	5		5	3	3	26	6	32	1	1	2														1	2	3	42	16			58				
MOXICO										2		2					33	10	43																					33	12			45	
UÍGE						5	5														1	1																				7			
ZAIRE						4	4																																			4			
ESTRUTURA GENTR						5			1								29								13								1			25							74		

TOTAL 1 4 1 11 6 95 105 23 23 17 17 34 35 192 74 65 18 19 4 41 9 6 28 29 29 71 72 72 7 38 3 22 549 403 191 1217

LEGENDA
1 ENSINO DE BASE
2 NÍVEL MÉDIO
3 NÍVEL SUPERIOR
ST SUB TOTAL

24 SETEMBRO 85
DIA MES ANO

Per O DIRECTOR DO GINASED,
Ass. 7

REPUBLICA POPULAR DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
DELEGACÃO PROVINCIAL DE MOÇÂMEDES
N.º 28
28 maio 85
D.E. 243700

REPUBLICA POPULAR DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
DELEGACÃO PROVINCIAL DE MOÇÂMEDES

De...
1.2.2008
17
28.5.

AO
SECRETÁRIO DE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL
DO M-D

L U A H D A

Sua Referência: Sua Comunicação: Nota Referência: Caixa Postal n.º 186

ASSUNTO: INFORMAÇÃO 016/12/PI/3.5/ST-M/85

Cumpra-se informar que a cooperação Cubana, professores há, mas a qualidade do ensino, embora em sua maioria não cumpre.

Continuamos a verificar algumas classificações elevadas atribuídas aos alunos, bem como a dificuldade da língua principalmente no início dos conteúdos.

Durante este ano lectivo verifica-se muitas faltas, porque os professores não vão às aulas sem vistorias.

Contudo não deixamos de louvar o trabalho realizado pelos professores FIDEL LINARTS, CLARA D. BONACHEIRA, JORGES COELHO, ELIECER GONZALEZ, LUIS PÉREZ, CARIDAD MIJANS, ALBERTO ANAYA e CIRO REYES, que além de serem bons professores são cumpridores das tarefas do ano.

DELEGACÃO PROVINCIAL DA EDUCAÇÃO DO NAMIBE, 10 DE MAIO DE 1985
DO II CONGRESSO DO PARTIDO

DELEGACÃO PROVINCIAL DA EDUCAÇÃO DO NAMIBE
MÁRIO MOREIRA



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DE INTERCÉLIO INTERNACIONAL

ASSUNTO :

N.º 35 /GII/II

Proc. _____

Data 27 /08/85

PARTE

DESPACHO

Transm.:

"Tomei conhecimento"

Act
c. r. o. f. o. r.

AO CAMARADA
VICE-MINISTRO DA EDUCAÇÃO
P/O ENSINO DE BASE
L U A N D A

INFORMAÇÃO

Este ofício vem na sequência da entrega directa à Chefe do Contingente Educacional Cubano de um Leuvar e de uma Declaração sobre a necessidade de cooperação Cubana no próximo ano lectivo, o que contraria as orientações existentes, tanto mais que, de um e de outro foi dado conhecimento (apenas) posterior ao GII.

Chamada, na altura, a atenção da DNE/Cabinda, o Camarada Delegado reconheceu, como o fez agora, o seu erro pelo que se me não afigurou necessário levar o assunto a despacho Superior.

É o que me cumpre a informar.

Ministério, Direcção, Repartição ou Serviço.

*****/*****CONT/*****

D. I. - 5 - A4 - 28.000 - N.E.A. - 1981

(a) MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL

Pág. _____

Ref. _____

N.º _____

Data _____

CONT/.....

LUANDA, E GABINETE DE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL DO MES AOS _____/DE
_____/1985. - ANO DO II CONGRESSO DO PARTIDO. -

O DIRECTOR DO GABINETE

JOAQUIM MARCEL SILVA



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

GABINETE DO VICE-MINISTRO DA EDUCAÇÃO E ENSINO DE BASE

LEOP:

ad. VDS:

o ofício com o teor em anexo a esta - DIREÇÃO NACIONAL DO ENSINO DE
esta é devida a participação da - BASE REGULAR
na elaboração de um Conselho de - GII/MED
uma documentação sobre a mesma base

LUANDA

S/ referência:

S/comunicação:

N/ referência:

Caixa Postal:

Comp. instrução em métodos de ensino 374
ASSUNTO: Of. nº /GVMEB/85

Assunto, o que se refere ao material
e para, para o material de ensino
Para os devidos efeitos, cumpre-me transcrever o des-
de nº 12/8/85 do Camarada Vice-Ministro sobre o ofício
conhecimento 1658 proveniente do gabinete do Ministro da Educação, da-
tado de 26/7/85, cujo teor é o seguinte:

DESPACHO

mat., no ateneu, e a este do de
"Remeta-se fotocópias ao GII e à D.N.E.B.R.
e/ Col. de, o Cdr. para conhecimento e devidos efeitos".

legado Montenegro, que o ofício
ASS: MATIAS
o seu ass. feito DATA: 12.08.85

SAUDAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS

re me com o fim de esclarecimento
o assunto e de pareceres superiores.
GABINETE DO VICE-MINISTRO DA EDUCAÇÃO, em Luanda, aos 13 de
o mês de Agosto de 1985, -ANO DO II CONGRESSO DO PARTIDO.-

Assinatura.

13.8.

O CHEFE DE GABINETE,
MARIA FLÁVIA HENDRIK DA SILVA



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

Ministério da Educação

GABINETE DO DELEGADO PROVINCIAL DE CABINDA

(s)

C/C:GIL/MED

Handwritten notes:
Tomei
Dar
UH
CZ
Comh
em homenagem
15.8
15.8
15.8

GABINETE DO CDA.
MINISTRO DA EDUCAÇÃO

LUANDA

CONFIDENCIAL

S/ Referência:

S/ Comunicação:

N/ Referência:

C. P.

ASSUNTO:

000507/20/01/GAB.D/85

12.10.1985

A avaliação do trabalho docente, o engajamento e mesmo o sacrifício de Cooperantes serve para nós, e para eles, de princípio para actividades a realizar no futuro. Para a cooperação cubana, essa avaliação tem permitido qualificar os contingentes por grupos de emulação ao Nível Nacional e por indivíduo ao Nível Provincial.

Essa avaliação só é possível com a pronunciação da parte Angolana, que ao longo do ano acompanhou e observou a aplicação de cada um bem como os efeitos que se vão evidenciando no aproveitamento dos alunos.

Considerando, aquilo que efectivamente se nos deu a acompanhar ao longo deste ano lectivo que vai terminar, pois não obstante à paralização do único meio de transporte que dispúnhamos, foi possível os professores cubanos assegurarem a continuidade das aulas incluindo o programa suplementar, deslocando-se à pé e mesmo à noite, não exitamos em louvá-los provincialmente, o que se veio a confirmar com a atribuição da Bandeira do 2º lugar ao nível Nacional à esta Província.

Por outro lado, no trabalho conjunto e que resulta da aplicação das orientações superiores em relação à utilização dos alunos do INE a partir da 11ª classe e também em consideração do contingente de finalistas daquela instituição aqui em Cabinda, concluímos que será possível dispensarmos a cooperação no II nível excepto na disciplina de Educação Física.

//

(s) Ministério, Direcção, Repartição, ou serviço.



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

Ministério da Educação

GABINETE DO DELEGADO PROVINCIAL DE CABINDA

-2-

(a) Como esse dado também nos tivesse sido solicitado fornecemos-lo em declaração.

Reconhecemos que a forma não tivesse sido a que hierárquicamente deveríamos utilizar pois careceu de proposta da nossa parte e autorização e publicação por parte do Ministério.

Prometemos tal nunca mais se verificar em circunstâncias futuras deixando expressas as nossas desculpas pelo erro.

SAUDAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS

1985.-ANO DO II CONGRESSO DO PARTIDO.-

O DELEGADO PROVINCIAL
/GUILHERME TULUCA/

(a) Ministério, Direcção, Repartição, ou serviço.

ANÁLISE DO DOCUMENTO

= "Problemática dos Gabinetes de Intercâmbio Internacional"

2.1. P-

I. - INTRODUÇÃO

1. * Em nosso entender, a actividade de um Gabinete de Intercâmbio Internacional reparte-se pelas seguintes áreas:

- 1.1. preparação, acompanhamento, análise e controlo de execução de Acordos e Protocolos referentes ao Sector;
- 1.2. contratação, recepção, controlo de colocação, movimentação, assiduidade e qualidade de trabalho de técnicos estrangeiros, quer ao abrigo de acordo bilateral, quer em regime individual;
- 1.3. relações com organismos Internacionais, organizações nacionais estrangeiras e estrangeiras não-governamentais;
- 1.4. análise e acompanhamento de projectos de desenvolvimento da Educação, nos quais intervenham ou os organismos e organizações citadas no número anterior ou acções de cooperação;
- 1.5. preparação de Delegações em missão de serviço ao exterior e recepção de Delegações estrangeiras que venham em visita oficial à RPA;
- 1.6. centralização, ao nível do respectivo sector, de todos os contactos com o exterior, à excepção dos de carácter estritamente económico.

2. * Em função destas actividades pensamos que a actual estrutura do GII, com algumas alterações, lhes responderia de modo mais cabal que a estrutura proposta no documento da Secretaria de Estado da Cooperação. Assim, o GII deveria ser constituído por:

- 2.1. SECTOR DE COOPERAÇÃO - ao qual competiriam, de um modo geral, as acções contidas em 1.1. e parte das acções contidas em 1.5.;

2.2. SECTOR DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS - ao qual competiriam as acções contidas nos pontos 1.3., 1.4., e parte das contidas no ponto 1.5.;

2.3. SECTOR DE DOCUMENTAÇÃO E CONTROLO - ao qual competiriam as acções consignadas no ponto 1.2.;

2.4. SECÇÃO DE CONTRATAÇÃO INDIVIDUAL - (dependente do Sector de Documentação e Controlo): responderá especificamente pelo processo de contratação e acompanhamento de técnicos estrangeiros em regime individual.

2.5. SECTOR DE EXPEDIENTE, RELAÇÕES PÚBLICAS E PROTOCOLO - a quem seriam incumbidas, para além de parte das acções contidas no ponto 1.5.:

- A) = a recepção, encaminhamento e processamento do expediente geral do Gabinete;
- B) = o controlo e coordenação do património distribuído ao Gabinete, e
- C) = tarefas de carácter administrativo (efectividade e assiduidade dos trabalhadores, processamento de salários, etc).

NOTA: actualmente estas atribuições competem a duas secções distintas: Expediente e Relações Públicas e Protocolo.

3. = A estrutura referida no ponto anterior deverá estar, contudo, pendente de uma problemática que se arrasta há já alguns anos: qual deve ser a organização interna do Gabinete de Intercâmbio Internacional?

Em nosso entender, dado o volume de cooperação que o Ministério da Educação possui, e a sua diversidade; considerando a sensibilidade que envolve as actividades dos Gabinetes, sensibilidade essa que manifesta-se em aspectos de carácter económico, político, cultural e jurídico; considerando portanto o perfil do quadro que deveria exercer actividade nos GIT's, sobretudo a de chefia; considerando finalmente que a organização de uma estrutura deve ser obviamente ajustada às tarefas e incumbências que a ela são atribuídas, dando-lhe assim a respectiva capacidade, não exitamos em afirmar que, em nossa opinião, os Gabinetes de Intercâmbio deveriam ser organizados em Departamentos e estes em Sectores;

4. = Uma outra problemática já levantada, nomeadamente na Comissão de Relações Exteriores da Assembleia do Povo, a qual continua a não vir espelhada no projecto de regulamento, é o da articulação (e competências daí decorrentes) entre os GTI's e o Ministério das Relações Exteriores; no Ministério da Educação, o GTI tem também a obrigação de centralizar todos os contactos, que não estritamente económicos, com entidades estrangeiras, devendo inclusivamente preparar audiências que o Ministro ou Vice-Ministros da Educação concedam ao Corpo Diplomático e elaborar os documentos delas decorrentes (comunicados, informações, actas, etc);

5. = Últimamente, nova área de indefinição de atribuições tem surgido: quais as competências dos GTI's e dos Departamentos Nacionais dos Recursos Humanos. Ao nível do Ministério da Educação (aliás conforme com o projecto sobre que nos vimos referindo) o controlo e acompanhamento da Força de Trabalho Estrangeira continua a ser incumbência do GTI, fundamentalmente pela seguinte ordem de razões:

5.1. embora a Força de Trabalho Estrangeira seja "diminuta", em termos quantitativos, quando comparada com a Força de Trabalho Nacional (cerca de 1.400 Técnicos Estrangeiros para cerca de 50.000 Nacionais), é extraordinariamente elevado o seu custo em Divisas (cerca de 415.000.000.00 Yz/ano - exclusiva mente em salários), que urge rentabilizar; em que medida é que a necessidade dos Departamentos Nacionais de Recursos Humanos responderem às exigências da Força de Trabalho Nacional não viria a reduzir a sua capacidade de actuação em relação à Força de Trabalho Estrangeira?

5.2. A FTE é regida por regulamentação e legislação específica, diferente da da FPNacional e variando de nacionalidade para nacionalidade e de regime de contratação para regime de contratação; até que ponto é que os Departamentos Nacionais de Recursos Humanos, assoborçados com a FPNacional conseguiriam adquirir a mobilidade e flexibilidade necessárias para o tratamento de situações que surgem ao longo da permanência do técnico estrangeiro na RPA?

- 5.3. É já manifesta a falta de quadros ao nível dos GII's; das necessidades que surgirão com a atribuição desta competência aos DNKH não resultará um ainda maior enfraquecimento dos GII's, ou a não dotação dos DNKH dos técnicos que lhes seriam necessários e imprescindíveis ?
- 5.4. Sobretudo na cooperação ao abrigo de Acordo bilateral, e sobretudo com os Países Socialistas, estão intimamente ligadas as acções de contratação e acompanhamento de cooperantes; resultariam assim duas entidades, ao nível de cada Ministério ou Secretaria de Estado, dialogantes com as entidades estrangeiras fornecedoras de Força de Trabalho;
- 5.5. A problemática da cooperação Internacional ficaria extraordinariamente dispersa: Gabinetes do Plano, Gabinetes de Intercâmbio Internacional, Departamentos Nacionais de Recursos Humanos e estruturas utilizadoras (Direcções, Delegações, Institutos de Ensino ou Empresas); o próprio inter-relacionamento entre estas estruturas seria de definição extremamente difícil.
- 5.6. Em último lugar não nos parece haver qualquer dúvida sobre as atribuições dos GII's e dos Gabinetes do Plano: cada estrutura tem a sua esfera de actuação definida e não cremos que os Gabinetes do Plano pudessem absorver os GII's com as tarefas que se referem no número 1. Se tal acontecesse, necessariamente que os Gabinetes do Plano teriam que assumir funções de carácter executivo permanente que prejudicariam a sua actividade permanente fundamental; planificar, acompanhar e controlar a actividade do Sector (e não dos GII's); o problema que se levanta com a sobreposição de áreas de actuação levantar-se-ia então, de igual modo, em relação a qualquer outra estrutura de qualquer Ministério ou Secretaria de Estado. A existência de não de um GII como estrutura directamente dependente do Ministro ou Secretário de Estado só pode e deve ser definida em função da resposta a uma pergunta concreta: há ou não uma área concreta de actuação para os Gabinetes de Intercâmbio Internacional ?
- 5.7. Estamos absolutamente de acordo com a opinião formulada no 4º 5 da Pág.2. da Introdução do Relatório e pensamos que, a admitir-se o

que poderemos chamar de um "bi-cefalismo" (Director do Gabinete do Plano e talvez Chefe de Departamento de Intercâmbio e Cooperação Internacional) e dupla dependência (do Ministro ou Secretário de Estado e Director do Gabinete do Plano, sendo que o segundo é já dependente do primeiro) não se está senão a reconhecer que os GII'S têm uma área própria de actuação. A não ser assim, não seria lógica a situação de despacho com o Ministro ou Secretário de Estado, apesar da dependência em relação ao Director do Gabinete do Plano.

... / ... / ...

II. - Na base do que aduzimos na Introdução, permitimo-nos agora, na tentativa de melhor ilustrar o que afirmamos, apresentar uma outra viabilidade de Regulamento dos Gabinetes de Intercâmbio Internacional, conscientes contudo de que esta estrutura não desempenha, nos diferentes organismos do aparelho de Estado, o mesmo tipo de funções.

... / ... / ...

Fim do 1.º Parte
=====

1ª. versão

A PROBLEMÁTICA DO ENSINO TÉCNICO-PROFISSIONAL

1. é preciso ter um curso o(a)
de técnico(a).

2.

INTRODUÇÃO

O trabalho que ora se apresenta, não esgota todos os aspectos que a problemática do Ensino Técnico-Profissional encerra, já porque foi realizado num curto espaço de tempo, e também porque a sua temática necessitaria da inclusão, na recolha de dados, de novos indicadores a fim de possibilitar uma análise mais profunda da situação.

Porais?Indicando?

Então, tentamos caracterizar a situação actual, detectando os principais pontos de estrangulamento no desenvolvimento do Ensino Técnico-Profissional, e em função disso propor medidas imediatas que visem o aperfeiçoamento deste Sub-sistema de Ensino.

Tendo em conta o papel que a Formação Profissional e o Ensino Médio Técnico desempenha na vida económica do País, necessário se torna aprofundar o presente documento, pelo que por isso, passa a vir a ser rematado ao DIAGNÓSTICO, para o efeito.



APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

1. SITUAÇÃO ACTUAL DO ENSINO TÉCNICO-PROFISSIONAL

1.1. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1.1.1. CUMPRIMENTO DO DECRETO 110/83

1.1.2. CORPO DOCENTE

1.1.3. CORPO DISCENTE

1.1.4. BASE MATERIAL

1.1.5. ORGANIZAÇÃO

1.2. ENSINO MÉDIO TÉCNICO

1.2.1. CUMPRIMENTO DO DECRETO 107/83

1.2.2. CORPO DOCENTE

1.2.3. CORPO DISCENTE

1.2.4. BASE MATERIAL

1.2. 5. ORGANIZAÇÃO

2. CONCLUSÕES

3. PROPOSTAS DE MEDIDAS A TOMAR

1. SITUACÃO ACTUAL DO ENSINO TÉCNICO - PROFISSIONAL

Cabe aos Ensinos Técnico-Profissional e Superior, detar o País da Força de trabalho qualificada necessária ao seu desenvolvimento sócio - político - económico.

materialidade
Centudo, a não existência de planificação, a curta e média prazo da força de trabalho qualificada, não tem permitido programar a sua formação em quantidade e qualidade, com um mínimo de investimentos. Em consequência não tem sido possível planificar o desenvolvimento de Educação em geral, e de Ensino Técnico Profissional, em particular.

A particularidade de Ensino Técnico Profissional, que no nosso País é constituído pela Formação Profissional e o Ensino Médio Técnico, torna-se mais evidente pelo maior grau de participação directa que é exigida a todos os sectores da vida Nacional, participação essa regulamentada pelos Decretos 110/83 e 107/83.

Imparte, pois, fazer um balanço de grau de materialização da legislação de base do sub-sistema de Ensino Técnico Profissional, da sua situação funcional (corpo docente, corpo discente, instalações) e apresentar propostas que visem ultrapassar a situação actual.

1.1. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1.1.1. CUMPRIMENTO DO DECRETO 110/83

O Decreto 110/83, [?] foi publicado em Dezembro de 1983, e a sua materialização está dependente de funcionamento efectivo de alguns dos órgãos previstos no documento "Estratégia de implantação e desenvolvimento da Formação Profissional na R.P.A.", que acompanhou e fundamentou o Decreto supracitado. *Concedido?*

Assume, entre outros, pelas atribuições que lhe estão alocadas, quer pelo Dec. 110/83, quer pelo documento que atrás se refere, capital importância na materialização da Estratégia da Formação Profissional, O Conselho Nacional da Formação Profissional. *Quais?*

4

A serem puestas à consideração desse Órgão, que tem como missão fundamental aconselhar o Ministério da Educação nessa área, foram elaboradas pela Estrutura de MED encarregada de executar a política de formação profissional, os seguintes documentos:

- Proposta de Estatuto do Conselho Nacional de Formação Profissional
- Proposta de regimento das Comissões Técnicas
- Proposta da lista de Profissões
- Metodologia para a Formação Profissional

Esses documentos seriam o suporte do Conselho Nacional e a base para o início de um trabalho conjugado dos vários órgãos do aparelho de Estado.

Foi nesta perspectiva, que em Abril/84 se realizou um seminário com os Recursos Humanos dos vários Ministérios, onde se divulgou o espírito e conteúdo do Decreto 110/83, como forma de sensibilizar os vários sectores, para as tarefas de Formação Profissional, tendo como base a situação então existente e as perspectivas abertas por aquela legislação.

Esta situação era então caracterizada, e ainda o é, por los aspectos que a seguir se pontualizam.

1.1.2. CORPO DOCENTE

Não é possível apresentar por falta de informação estatística, dados precisos sobre o corpo docente. Contudo, pode-se afirmar que é maioritariamente constituído por esperanças, das mais diversas origens e qualificações técnico-profissionais.

A relação professor/aluno verificada num grande número de centros varia de 1/4 a 1/12, facto devido, como adiante veremos, ao sub-aproveitamento global das instituições de formação profissional.

O corpo docente angolano, ainda exíguo, tem sido formado a nível médio no Instituto Industrial Pedagógico de Luanda e no exterior em instituições afins. Várias acções de reciclagem técnico-profissional e também pedagógica incidindo sobre trabalhadores, técnicos, operários especializados com bastante experiência, têm sido realizadas no Centro de Formação Profissional de Luanda.

1.1.3. CORPO DISCENTE

O corpo discente dos Centros de Formação Profissional é recrutado dentre jovens estudantes através dos meios de difusão massiva, directamente das empresas do Ministério de tutela, e o menos utilizada, através dos Centros de emprego visando as candidatas a emprego.

Fruto da forma como este recrutamento é feito, a maioria dos alunos que frequenta os centros de formação profissional, são jovens ex-estudantes do Ensino de Base. Constituem exemplo desta situação os Centros dependentes do Ministério da Saúde, onde os alunos com essas características representam quase a totalidade. *Consequência ???*

No plano estatístico, pede-se afirmar que, desde a implantação do Sistema de Educação e Ensino, passaram pelos Centros existentes cerca de 20 000 alunos, distribuídos da forma como o anexo I demonstra.

1.1.4. BASE MATERIAL

Existem no País 75 Centros de Formação Profissional, espalhados pelas várias províncias e de âmbito Nacional, Regional, Provincial ou de Empresa, o que determina que as capacidades instaladas variem de 1 000 a 30 alunos.

A capacidade global instalada no País para a Formação Profissional é de cerca de 10 000 alunos, dos quais 2 600 podem usufruir de internato, e distribuídos pelos ramos de actividade como se verifica no anexo II. *26%*

As instalações são de qualidade muito variável, desde as que se podem considerar luxuosas às que dificilmente atingem o mínimo imprescindível para o seu funcionamento.

De igual modo, o equipamento varia desde o muito sofisticado ao mais simples e até deficiente, na maior parte das casas, inadequado ao nível das cursos aí ministrados, quer por excesso, quer por defeito.

Estas variações, em última análise, vão originar, que cada organismo de Estado ou Empresa estabeleça, consoante as suas possibilidades e meios ao alcance, formas próprias de aplicação, "quebrando" assim a uniformidade que deve presidir ao processo de formação.

A única característica comum reside na dificuldade em conseguir no mercado interno os meios materiais para as aulas práticas em geral e eficientes em particular.

O ingresso após o recrutamento e/ou teste de selecção, tem como exigência as habilitações académicas, que variam geralmente da 4ª à 8ª classe de Ensino de Base, consoante a complexidade das matérias a ministrar nas várias cursos, embora por vezes sejam exigidos níveis superiores ou mesmo inferiores aos necessários, não se verificando portanto, uma uniformização de critérios.

Deficiências de ordem organizativas tais como a forma de recrutamento de alunos, a falta de condições nos internatos etc., não permite que a média de aproveitamento atinja para além dos 50 a 60%, e que tende em conta os investimentos feitos, não é muito rentável. A essas deficiências deverá acrescentar-se a ausência de um trabalho prévio de orientação profissional.

Onde se manifesta, com maior prejuízo para o País, o aspecto organizativo, é na integração dos recém-fermados na produção. Os alunos-trabalhadores ao regressarem à empresa de origem, porque esta desconhece as capacidades adquiridas pelo trabalhador no processo de formação, pois não o acompanhou, faz com que problemas como o de enquadramento salarial, a inadequada colocação, os leve a abandonar a empresa e a procurar outra empresa ou até outra profissão. Em relação aos jovens que acabam a sua formação, para além dos factores negativos acima mencionados para os trabalhadores, são aqueles ainda agravados com o facto de esperarem meses e meses para conseguirem a colocação, e que os leva a procurar eles próprios essa colocação, a trabalhar por conta própria, se a especialidade o possibilita, por exemplo. (Radiotécnica, Mecânica de frio etc.), ou ainda a frequentar um outro curso de nível idêntico ou superior.

Em resumo, as questões organizativas levam a que:

- não seja utilizada a totalidade da capacidade instalada;
- o aproveitamento escolar dos alunos não é ainda o desejável;
- não exista uma colocação adequada dos alunos fermados, tornando o custo/aluno bastante dispendioso, face ao investimento inicial. *realizado*

claro

1.2. ENSINO MÉDIO TÉCNICO

1.2.1. CUMPRIMENTO DO DECRETO 107/83

A participação dos vários sectores da vida nacional no Ensino Médio Técnico, está regulamentada pelo Decreto 107/83 do Conselho de Ministros, publicado a 12 de Outubro. Contudo, salvo situações pontuais, e mesmo não foi

compreende e interiorizada pela maior parte das estruturas, que representando os sectores potencialmente utilizadores das técnicas formadas, dirigem mais a sua preocupação em abrir cursos e/ou Institutos, nem sempre devidamente justificadas pela necessidade qualitativa e quantitativa do sector, de que cumprir com as responsabilidades que lhes confere o referido Decreto.

Um dos factores que contribui em grande parte para esta situação é a visão estritamente sectorial com que é encarada a formação.

A solicitação de criação de cursos e/ou Institutos pelos vários sectores, ultimamente com bastante afluência, exigiria algumas vezes uma alta especialização dos perfis no Ensino Médio, e que não só é incompatível com os investimentos necessários, como também com o volume (número reduzido) de alunos que ascendem do Ensino de Base ao Médio. Isto não significa que não se possa ter em conta este ou aquele curso, em especial aqueles com exigências internacionais e respeitantes a profissões bem específicas e restritas a um determinado sector utilizador. Mas há que se definir concretamente parâmetros de análise para este tipo de acções.

Fernando da B. J.
OU AO ESTEVOU

1.2.2. CORPO DOCENTE

O corpo docente no Ensino Médio Técnico é também maioritariamente constituído por cooperação das mais variadas nacionalidades e muito embora o nível de qualificação técnico-profissional seja mais homogêneo que no caso da Formação Profissional existe sempre a questão derivada do tipo de contratos que não assegura a estabilidade do corpo docente, quer de ponto de vista da quantidade quer da qualidade.

Não existem no País instituições específicas para a formação de professores para o Ensino Médio Técnico, já que, se nas áreas de formação geral e básica, os professores poderão vir a ser garantidos pelo ISCED, que também garante os Ensinos de Base e Médio Normal, nas áreas de formação da especialidade estes terão de ser recrutados entre os graduados nas diferentes Faculdades da Universidade de Angola.

Muito embora, para esta área disciplinar, e de acordo com o Decreto 107/83, se atribui a responsabilidade da selecção destes docentes, aos organismos potencialmente utilizadores, o facto é que precisamente nesta área se faz sentir mais a falta de professores. Está neste momento a ser elaborada pelo MED, uma estratégia que permitirá criar a partir dos Técnicos Médios formados, o corpo docente angolano estável para esta área de formação.

- Paralelamente será realizado no presente ano, um estudo sobre a composição do actual corpo docente bem como o papel da colaboração docente nas disciplinas de especialidade, por forma a garantir uma maior ligação Estudo/Produção.

1.2.3. CORPO DISCENTE

O corpo discente do Ensino Médio é seleccionado pela Comissão Executiva Nacional de Encaminhamentos na base das orientações da Comissão - AD-HOC de Encaminhamentos criada pelo Conselho de Ministros, dentre os alunos que terminam a 8ª classe quer sejam regulares quer trabalhadores. No caso dos alunos trabalhadores está prevista uma pré-selecção pelo órgão de Recursos Humanos do Ministério de Tutela. Esta ou não é feita ou nem sempre é feita de forma planificada.

No momento actual o corpo discente do Ensino Médio, é maioritariamente constituído por trabalhadores estudantes; tal facto tem origem não apenas no processo de encaminhamento, mas também porque os alunos-regulares vão adquirindo o estatuto de trabalhador-estudante ao longo da sua formação. Esta situação tem até ao momento uma influência negativa do ponto de vista do aproveitamento, mas poderá permitir uma maior ligação do estudo à produção e a partir daqui inverter-se a situação do aproveitamento em geral no Ensino Médio.

→ CONCL. APÓS AVO

Pouco Profusão

1.2.4. BASE MATERIAL

Existem criados no país 14 Institutos Médios (2 dos quais se encontram paralisados - GEO-MINAS e AGRÁRIO/VIÇE) e alguns cursos que dada a sua especificidade e urgente necessidade foram criados como por exemplo: o Curso Médio de Jornalismo, o Curso Médio Político Militar.

A distribuição geográfica dos Institutos, e as respectivas capacidades obedecem, na altura da sua implantação ao critério da situação do desenvolvimento económico-social da Província no ramo correspondente ao perfil de formação da Instituição.

Neste momento dos 14 Institutos, 3 não possuem instalações próprias e/ou adequadas. Tratam-se dos Institutos Médios KARL MARX, GEO-MINAS, AGRÁRIO/HUAMBO.

As capacidades instaladas variam de 250 alunos a 1000 alunos, havendo neste momento uma capacidade global de cerca de 6.000 alunos distribuídos pelos diversos ramos da vida nacional, conforme o anexo III.

Petúleos?

As instalações e o apetrechamento das instituições são de uma forma geral razoáveis. No que respeita a equipamento, tal como na Formação Profissional ele varia desde o muito bom ao deficiente nas áreas de formação na especialidade. Esta deficiência vai desde a não utilização do material existente, a falta de manutenção e nalguns casos, inadequação.

A situação quanto aos meios materiais para as aulas práticas em geral, e oficiais em particular é semelhante à caracterizada para a Formação Profissional.

1.2.5. ORGANIZAÇÃO

A chegada tardia das listas de encaminhamento bem como a dos alunos que se apresentam, tem prejudicado não só a vida interna das instituições como também o aproveitamento dos alunos na 9ª classe.

Por outro lado a não apresentação de alunos encaminhados para as diversas instituições, cujo número nalguns casos é bastante significativo, destrói qualquer planificação mínima a que tenha obedecido o encaminhamento.

Poderão ser apontadas algumas causas para este absentismo, a situação político-militar da região em que está implantado o Instituto e/ou as condições de apoio social nos lares e internatos. Acresce-se a essa situação a ausência de uma política de orientação vocacional, fruto da não materialização total do plano de estudos do Ensino de Base nomeadamente a FORMAÇÃO MANUAL E POLITÉCNICA e EDUCAÇÃO VISUAL E PLÁSTICA, e também uma ainda incipiente actividade extra-escolar, o que constitui e constituirá, caso não se tomem medidas, uma das causas fundamentais do absentismo e fraco aproveitamento, nas duas primeiras classes (9ª e 10ª) do Ensino Médio.

Outro aspecto no plano organizativo, a ressaltar, é a integração do aluno na produção quer durante o período de formação, quer depois dela.

A situação durante a formação está a ser analisada tendo como base a existência de docentes ^{e docentes} trabalhadores do ramo de actividade afim aos cursos que ministram ou frequentam.

Os problemas da integração, pós-formação são idênticos aos da Formação Profissional já retratados no ponto 1.1.5 do presente documento.

2. CONCLUSÕES

Pelo que atrás ^{foi}exposto, podemos concluir que os principais pontos de estrangulamento para o desenvolvimento do Ensino Técnico Profissional se situam:

- a) na inexistência de um Órgão que, sob orientação do MED, centralize a coordenação das tarefas de formação ora dispersas por diversos organismos;
- b) na não implementação do Decreto 110/83 para a Formação Profissional e a não interiorização do Decreto 107/83 para o Ensino Médio;
- c) na inexistência de Estruturas a nível do Ministério da Educação, adequadas às exigências que o Ensino Técnico-Profissional pressupõe;
- d) falta de motivação, sensibilidade e perspectivas para as tarefas de Formação por parte dos órgãos dos Recursos Humanos dos vários Ministérios;

*nas conclusões
antepresente*

Só solucionadas as questões fundamentais levantadas nas alíneas anteriores, é possível resolver situações como: racionalização de Cursos e investimentos, rentabilização dos Cursos, adequações de base material enfim, garantir a uniformidade que deve existir no processo de formação.

3. PROPOSTAS DE MEDIDAS A TOMAR

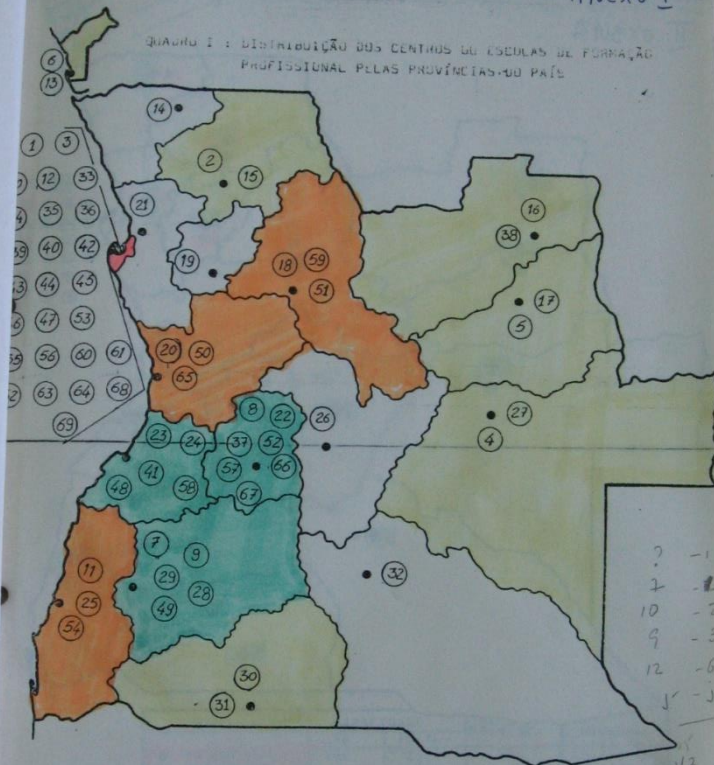
1. Reunião urgente do Conselho Nacional de Formação Profissional, para análise de toda a documentação existente sobre a Formação Profissional e também sobre o eventual alargamento da sua esfera de competência a todo o Ensino Técnico-Profissional.
2. Adequação urgente quer em meios humanos quer materiais, das Estruturas do MED, encarregados da execução da política do Ensino Técnico-Profissional.

*Pouco!
ATM/Cicaco
Instituto / Ind-
taria / Agricultura
Indústria*

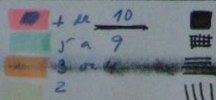
LJANDA, AOS 26 DE FEVEREIRO DE 1985.- "ANO DO II CONGRESSO DO PARTIDO"

ANEXO I

QUADRO I : DISTRIBUIÇÃO DOS CENTROS DE ESCOLAS DE FORMAÇÃO
PROFISSIONAL PELAS PROVÍNCIAS DO PAÍS

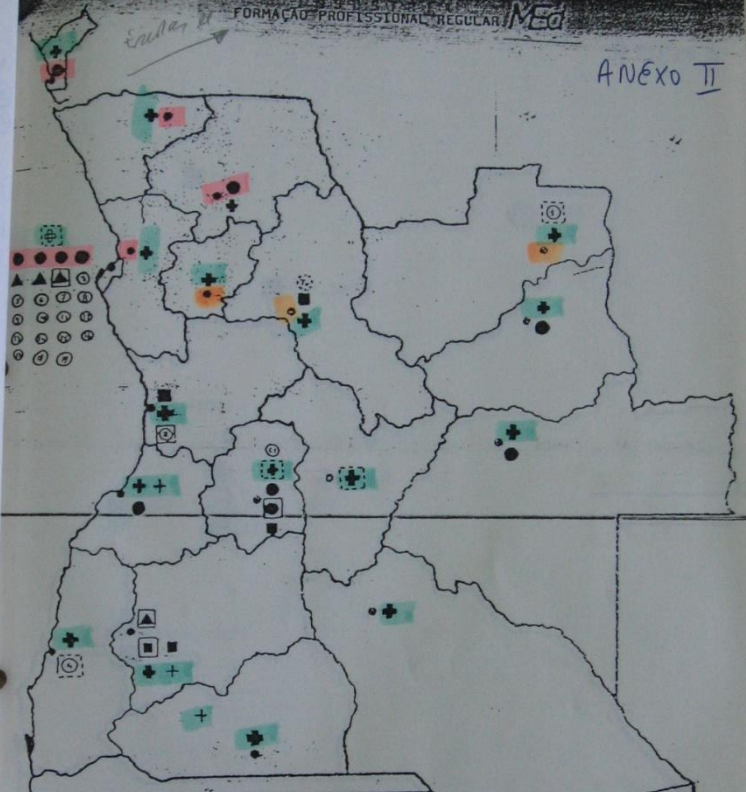


PROVÍNCIAS	CAPACIDADE	ESTUDANTES	ESPECIALI- DADES	Nº ALUNOS QUE FREQUENTAM
75	10.000	2.600	144	20.000

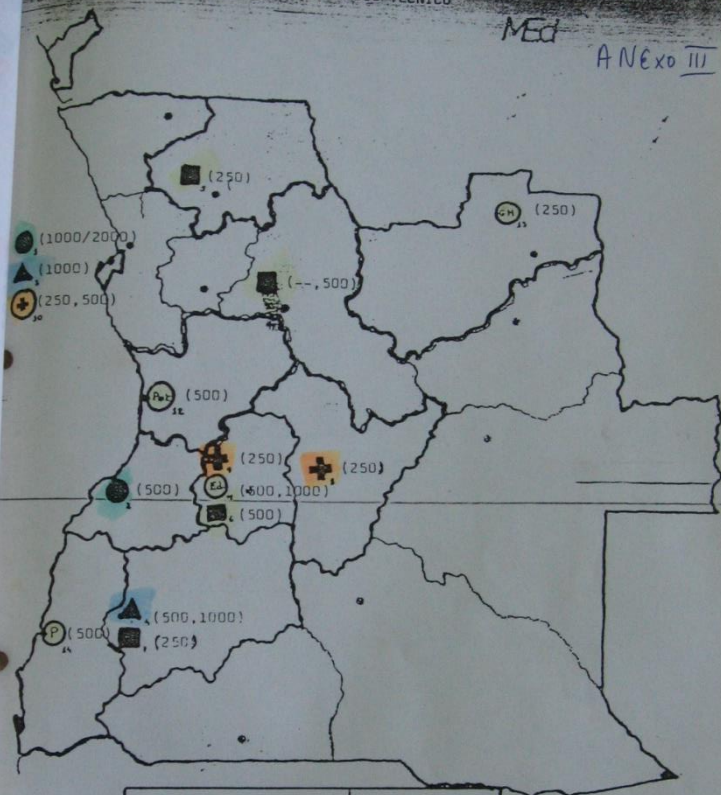


2 - 1
3 - 1
10 - 2
9 - 3
12 - 6
5 - 5
43

2 - 1
3 - 1
10 - 2
9 - 3
12 - 6
5 - 5
43



RAMO	CAPACIDADE		Nº de Esc.	Nº de Cur.
	LAH	TOTAL		
● INJUTIAL	680	1537	10	19,21) 40
▲ ECONÓMICO	-	735	4	4,4) 8
■ AGRÁRIO	875	875	5	6,15) 21
+ SAÚDE	-	2850	21	(-11) 11
○ ESPECIALIZADO	960	2734	19	(23,60) 83
	2515	8731	59	(52,11) 163



Ramos	Capacidade	
	Atual	Previs
● INDUSTRIAL	2000	3500
▲ ECONÔMICO	1500	2000
■ AGRÁRIO	1000	1500
◆ SAÚDE (POLICLINICO)	750	1000
○ ESPECIALIZADO	1250	1250
	6500	9250

1
4. PRIORIZAÇÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO E ENSINO

1ª VENDA

ESTRUTURA

1. - IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO E ENSINO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO DO PAÍS.

~~2. - ADAPTAÇÃO DA POPULAÇÃO E ENSINO DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA FORÇA DE TRABALHO QUALIFICADA.~~

2. - CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ACTUAL NO PAÍS.

~~2.1. - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NÍVEL AO SECTOR PRODUTIVO~~

~~2.2. - PRESTAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS AO NÍVEL~~

3. ~~PROPOSTAS DE SOLUÇÃO~~ (PROPOSTAS DE SOLUÇÃO).

IV. PRIORIZACÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO E ENSINO

IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO E ENSINO NO CONTEXTO DA VIDA NACIONAL

- A importância e priorização da Educação e Ensino, no nosso país tantas vezes reafirmada pelo Partido e Estado, não tem em contradição na prática a correspondência necessária.

Se é tarefa da educação e ensino criar o homem novo, apto para a construção do Socialismo o participante activo nas tarefas de Reconstrução Nacional, ele não pode ser levada a cabo única e exclusivamente pelo Ministério da Educação.

A tarefa da educação é uma tarefa eminentemente social, exigindo uma participação activa, conjugada e integrada dos diferentes Sectores da vida económico-social do país, sem o que a sua concretização ficará seriamente comprometida.

Esta participação tem diversos aspectos desde o mais elementar acompanhamento dos pais e encarregados de educação da vida escolar dos seus educandos, ao respeito pela escola e o seu património, a participação dos vários sectores na construção, reparação de infraestruturas físicas, participação na formação dos Técnicos a vários níveis, colaborar e participar na organização e realização prática do conceito de ligação da teoria a prática etc..

Nas condições da R.P.A., de país saído de um longo período colonial e, conseqüentemente subdesenvolvido, a educação e ensino assume um papel muito mais importante, pois ela tem efectivamente de ser a chave da luta pela consolidação da independência nacional e contra o subdesenvolvimento na medida em que:

~~Ser um dos instrumentos~~ ^{Educação} a criança e o jovem nos valores culturais da sociedade a que pertence.

- A aprendizagem da língua oficial do país, e da ciência moderna são factores de unidade nacional e mobilização para o progresso.

- Ajuda a compreender melhor os novos contextos sócio-económicos, interpretando-os do ponto de vista político-ideológico correcto.

- Prepara o cidadão para aquisição de uma formação profissional particular.

- Forma em quantidade e qualidade a força de trabalho qualificada exigida pelo desenvolvimento económico-social.

4.1.1. ~~Relação entre os meios financeiros e as necessidades~~
~~de formação de trabalho qualificado e a priorização da Educação e Ensino.~~

A educação e ensino têm duas funções fundamentais:

Uma função social, enquanto educação no sentido lato da palavra ou seja o sistema Responsável pela formação geral, cultural e político-ideológico da população. Esta função cumpre objectivos pré definidos e é escalonada por etapas ou fases no tempo, de acordo com as situações objectivas concretas.

Uma função económica enquanto sistema encarregado e responsável pela formação da força de trabalho qualificada, necessária ao desenvolvimento socio-económico do País.

Esta função também logicamente cumpre objectivos pré definidos, e é escalonada no tempo por etapas ou fases. Mas uma e outras têm que ser sempre avaliadas numa base económica, ou seja o sistema da educação e ensino tem, deve ser economicamente neutro. Quer dizer, que o investimento financeiro que se faz tem que ter as suas correspondências nos produtos do sistema ou seja, número de indivíduos escolarizados, e quadros formados.

Ora nas condições e situação actual, o nosso sistema de educação e ensino por uma série de condicionalismos ligadas ao corpo discente, docente, base material, ligação com outros sectores da vida nacional, interiorização pelos vários sectores da importância de educação e ensino, não é rentável, situação que se pode constatar pelos baixos índices de aproveitamento por um lado nos vários subsistemas de ensino, como pe los baixos índices de rentabilidade dos mesmos subsistemas.

Tendo em atenção as duas funções da educação atrás referenciadas o sistema de educação e ensino para materia lização das mesmas está estruturado em subsistemas com objectivos e funções próprios cada um. deles, afim de dar cumprimento àquelas funções. Mas, eles não são estáticos. Pelo contrário há uma ligação dinâmica entre eles pois complementam-se e no conjunto concorrem para um mesmo objectivo final.

Assim, fácil é concluir-se que a educação e ensino não forma por formar, logo ela está estreitamente ligada ao desenvolvimento sócio-económico do país, tem que estar, e como este, tem que ser planificado, logo a educação e ensino também.

Um factor importante não deve ser descurado nestes planos, tanto os de desenvolvimento económico-social do país como os de educação e ensino, é o tempo de duração de um

.../...

4
ciclo completo da educação, ou seja da iniciação ao final do ensino superior (que na RPA dura de 15 a 17 anos).

O Plano Nacional, enquanto forma de elaboração dos objectivos e dos meios para atingi-los, é um princípio do nosso Estado. É a luz desses programas que é possível estabelecer planos sectoriais para a educação e determinar os recursos a aplicar neles.

Se aquele é um ponto fundamental o segundo ponto será o conhecimento da força de trabalho qualificada necessária. A parcela do sector da educação em todo o plano, deve no seu volume, ser calculada, a partir daquelas necessidades.

Contudo, no nosso país não tem sido possível utilizar como base de programação do desenvolvimento da educação e ensino aquele dado, por dificuldades e carências que no país ainda se fazem sentir nessa matéria por um lado, e também porque a antecedência que exigiria uma programação correcta é a de um ciclo de formação (desde a 1ª classe do ensino de Base ao final do ensino superior), isto é, cerca de 15 a 17 anos. A carência de força de trabalho qualificada que o nosso país herdou exige uma programação a curto prazo, mesmo de imediato.

Nestas condições qualquer sistema de educação e ensino, ou não pode dar uma resposta efectiva, em termos de quantidade e qualidade, ou dá de um modo insuficiente.

Esta situação, faz com que o trabalho desenvolvido, pelo Med, não tenha até ao momento sido satisfatório para os diferentes sectores da vida nacional e é possível que aqui reside ~~uma~~ uma das causas fundamentais do seu não cumprimento em relação ao programado, quando se trata de tarefa para o Med.

4.3.-CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ACTUAL

A situação actual da educação e ensino dois anos após a elaboração do documento "SITUAÇÃO ACTUAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO E MEDIDAS DE EMERGÊNCIA" que determinou a tomada de algumas medidas, então de urgência, pelo Conselho de Ministros para fazer face aos problemas na altura identificados. ⁴² Sazonalmente não verificam-se melhorias, pelo que a situação se mantém, e, em alguns casos deteriorou-se ainda mais.

.../...

Os principais pontos de estrangulamento do sistema de educação e ensino consistem: Na inadaptação entre as estruturas físicas existentes e o número de alunos, consequência da explosão escolar determinada pela democratização do nosso sistema de educação e ensino; na carência de quadros docentes tanto em quantidade como em qualidade. Estes dois factores fundamentais do processo educativo encontraram-se e encontram-se condicionados por factores externos ao Med. Senão vejamos: -Para se ultrapassar a falta de estrutura físicas que se verifica é necessário construir-se novas escolas por um lado e por outro lado reparar-se e fazer manutenção das já existentes.

Para se minimizar a carência que se faz sentir em quadros docentes, há que formá-los, e isto, é tarefa do Med.

Contudo, antes de formar é necessário recrutar, e aqui, reside o principal obstáculo, pois a carreira de professor não é nada atractiva ^{nas condições actuais,} ~~se tivermos em conta a situação que o país atravessa,~~ e a juventude não se sente motivada a abraçar essa profissão. Já em 1983 foram definidas medidas para se ultrapassar essas situações, mas sem grandes resultados. Daqui se pode apreender que a situação não melhorou, pelo contrário deteriorou-se pois não se ultrapassaram esses dois pontos cruciais.

4.2.1 ^{Condições Actuais} Como é do conhecimento geral, o processo docente educativo desenvolve-se no nosso país em situações inadequadas ao mesmo sem o mínimo de condições pedagógicas que o mesmo exige, como por exemplo, ^{em L.L. Geshinas} continua a verificar-se uma carência enorme de carteiras principalmente no ensino de base regular. Daqui a título de exemplo podemos ^{em Luanda} só o caso da provincia de Luanda que tem uma necessidade de cerca de 80.000 carteiras para o E.B.R. A produção nacional único meio neste momento de fornecimento de carteiras produziu, ou pelo menos entregou ao Med 20.000. Quer dizer, a produção nacional só conseguiu suprir 25% das necessidades de Luanda, o que deixa depreender que não há capacidade de resposta à situação nacional.

e também indiferença por parte da Med, ~~embora o tipo e modelo mais~~
apropriado de entre as várias opções que a Indústria apresentou.

~~Como~~ — Como se pode verificar os elementos básicos e funda-
mentais ao desenvolvimento normal do processo docente educativo
continuam a não estar garantidos, dois anos após a apresentação e
tomada de algumas orientações tendentes a minimizar a situação, pois
Continuamos sem escolas, sem professores, sem carteiras ~~sem~~
~~quadros~~.

Rever redacção
No que respeita a outros meios de ensino dum modo ge-
ral podemos dizer que a situação é má pois no que respeita a meios
didácticos para apoio ao ensino, de mais diversa ordem, pouco se
investiu, ~~apesar de~~ ^{apesar de} ainda o nosso ensino mais ~~avanzado~~ ^{técnico}. Investiu
se em alguns meios principalmente para o ensino de base regular,
mas nem sempre racionalmente, o que resulta que muito equipamento
adquirido se encontra inoperante por falta de quadros docentes pa-
ra os utilizar e outros investimentos para outros tipos de meios ~~que~~
~~não se fizeram~~. Aqui urge uma redefinição e adopção de uma poli-
tica de investimentos mais coerente. Nos ensinos médios técnicos
e normal os únicos investimentos dignos de realce consistiram na
aquisição de laboratórios. Aqui, também o investimento não foi o
mais correcto, porque se os laboratórios adquiridos servem perfei-
tamente aos INE(s) o mesmo já não se passa com os Institutos Té-
cnicos pois estes necessitam de laboratórios especializados adapta-
dos aos cursos, e os adquiridos, são de formação geral adaptáveis
ao 3º nível do ensino de base, Pré-Universitário e INEs. Aqui há
que se realizar uma redistribuição.

O ensino técnico profissional não beneficiou de ou-
tras investimentos sérios, quer em obras como em equipamentos, por
limitações do próprio orçamento da Med, que não pode fazer face a
essas despesas na situação actual, com as despesas que suporta em
outras áreas. Assim este tipo de ensino é praticamente teórico, o
que não é nada recomendável para os objectivos ^{que} visam alcançar
com este ensino.

No ensino superior a situação é idêntica, ou pior
pois a Universidade bate-se com enormes dificuldades no que con-
cerne ao reequipamento das suas faculdades e o seu orçamento
cambial é de 100.000.00 de Kz, não pode fazer face a essas despe-
sas. *4.2.4.3. Transportes* Em relação aos transportes a situação actual é bas-
tante precária, pois mais de 70% do parque auto da Med encontra-se
inoperante, aliás como é situação geral por carências de peças de
reposição. Não obstante isto verifica-se também que geralmente
não são satisfeitos os planos apresentados pela Med nesta matéria,
quer

.../...

em quantidade, quer no que consiste a racionalização na dotação de viaturas ao Ministério.

O Ministério da Educação mercê das suas funções necessita: - de viaturas pesadas 10/12 toneladas ou de longo curso, de tonelagem maior, para transporte de material escolar das suas empresas sediadas em Luanda e Benguela, para a Zona Norte e Sul do país. O volume e tonelagem de materiais a transportar são de tal ordem que os tradicionais TPA não dão resposta as nossas necessidades. Assim, encontramos-nos dependentes da E.T.P. que surpreendentemente não prioriza ^{para} ~~sem~~ dos sectores prioritários, ou seja a Educação, nos seus planos de transportação. Ainda devido as suas actividades, o Med necessita de viaturas ligeiras de carga de 3.000 a 5.000 Kg para apoio a lares, internatos, escolas e institutos e viaturas to do o terreno para a Inspeção escolar.

A situação actual, demonstra lamentavelmente, que este aspecto não tem merecido a necessária compreensão dos sectores determinantes na distribuição de viaturas pois das necessidades apresentadas pelo Med para o biénio 1984/85, apenas foram contempladas pelo Ministério do Plano 2%; das suas necessidades para o mesmo período de tempo. Os factos levam-nos a concluir que não existe ainda, e não obstante os esforços empreendidos, ~~uma~~ uma sensibilização para os problemas do Med. E é assim, que nem acções previstas pelo Plano Nacional têm de facto sido implementadas, tendo em conta a priorização estabelecida para o Ministério da Educação, como por exemplo: - No domínio dos investimentos, no domínio dos transportes e das importações. No domínio dos investimentos e só reportando-nos a construções escolares que são as acções de maior vulto deste domínio, quer das obras constantes do programa de emergência que conta desde 1983, quer as constantes do Plano do Ministério de Construção o grau de cumprimento é de tal ordem insignificante que se pode considerar nulo pois nem expressão percentual tem. No domínio dos transportes já se caracterizou a situação.

^{4.2.4 - Importações}
No domínio das importações e aqui muito ligado aos investimentos importa referir: O Ministério da Educação também conta com um programa de emergência para importações. Deste deveriam constar equipamentos, ou meios didácticos imprescindíveis ao funcionamento do processo de ensino, e que determinassem situações de estrangulamento pontuais. Contudo, ~~por~~ uma análise do referido programa demonstra, que do mesmo, fazem parte todos os artigos que para o Med são ou constituem importações normais, pois constituem meios para o ensino, e porquê? - Porque com excepção dos cadernos e giz todos os outros meios de ensino,

por não se produzirem no país têm que ser importados e pela sua importância no processo de ensino assumem carácter emergente. Assim, difícil é ao Med diferenciar nestas condições, o que de facto é urgente. Por outro lado, o orçamento cambial do Med, considerando esta situação de dependência do exterior, é irrisório para fazer face a todas as necessidades em material escolar, equipamentos, e meios didácticos para todos os subsistemas de nosso sistema de educação e ensino, dois dos quais, pelo seu carácter bastante onerosos, que são o ensino técnico profissional e o ensino superior.

O orçamento cambial do Med de alguns anos a esta parte vem-se mantendo inalterável - 500.000,00 de Kz. ou seja mais ou menos 15 milhões, ~~de dólares~~ ^{de Kz.} ano. Como referimos este valor tem-se mantido há pelo menos 3 anos sem se ter conta a evolução de efectivos discentes que aumentam de ano para ano, e, como também já referimos todo o material escolar é importado, do simples lápis ao laboratório, passando pelos livros. Ora, só com a aquisição de livros para o ensino de base regular e o ensino de adultos, pois que para o ensino técnico profissional e o ensino superior os valores dispendidos com a aquisição de livros ^{são} insignificantes, ~~como~~ que se reflecte também nas condições em que estes níveis funcionam, ~~na aquisição de livros para o ensino de base regular e de adultos~~, como nos referíamos, na aquisição de livros para o ensino de base regular e de adultos o Med, e o país consequentemente, dispendem entre 8 a 10 milhões de dólares/ano ou sejam entre 240 a 300 milhões de Kwanzas/ano. Como se pode verificar, ~~nesta~~ para todo o resto de equipamento e materiais escolares anualmente 300 milhões de Kz., ou seja cerca de 10 milhões de dólares. Tendo em conta ~~que~~ ^{que} todo o material escolar desde o simples lápis e borracha aos equipamentos como laboratórios e outros são importados, e isto para todos os subsistemas, fácil é deduzir-se que o orçamento cambial do Med pouco mais dá para além da aquisição dos livros para o ensino de base regular. Mas como atrás referimos geralmente mesmos os planos nacionais e suas dotações orçamentais não são cumpridos. Isto reflecte-se nas condições e qualidade do ensino.

Para além disto, importa ressaltar que o processo de importações utilizado, bastante moroso, não merece por parte da entidade importadora do Comércio Externo a atenção que lhe é devida, pois verificam-se desacertos, atrasos na recepção de documentos que originam despesas suplementares ao Med, como pagamento de armazenagem nos portos, o que vai onerar o preço do material. Ainda importa ressaltar que por falta de sensibilização e conhecimento técnico-pedagógico, e muitas vezes é adquirido material didáctico de

****/****

baixa qualidade. Aqui permitam-nos sugerir que fosse o Med a ~~determinar~~ ^{definir} o tipo de material escolar a adquirir em termos de qualidade.

Nesta análise da situação actual, é pertinente dizer-se que ela continua nas mesmas condições de 1983, não se verificaram melhorias, pelo contrário, se a situação naquela época, já era má, com a não aplicação ^{quase} geral das medidas recomendadas e orientadas nas resoluções nº2/83, 8/83 e circular anexa nº34/83, a situação da educação e ensino piorou, pois ~~determina-se~~ ^{define-se} ainda mais as condições em que é ministrado o ensino.

Das orientações contidas naquelas resoluções do conselho de ministros, e outros documentos elaborados pelo Med aprovados e publicados por aquele órgão do Governo como sejam os decretos 107/83 e 110/83 para a formação profissional e ensino médio técnico, o seu cumprimento pelos outros sectores de vida nacional, lamentavelmente é nulo. ^{Quase} daquelas orientações, do plano efectuado pelo Med, com excepção das acções directamente dependentes ^{desta} nada foi realizando. Assim, e focando os aspectos ~~mais~~ ^{relevantes}: - Os órgãos locais de poder de Estado a quem foi alocada a responsabilidade de solucionar o problema de infraestruturas físicas para o 1º nível, não cumpriram, alegando que não lhes foi atribuída verba, ou por falta de materiais de construção. Daqui ressalta outro incumprimento do Ministério da Construção e das suas Delegações Provinciais que não forneceram esses materiais conforme orientações da resolução nº2/83. O facto de não lhes ter sido atribuída verba para fazer face essas obras, é também falta de cumprimento pelo Ministério das Finanças duma orientação que lhe foi consignada pela mesma resolução.

Dum modo geral a situação é a mesma em relação as orientações consignadas aos demais Organismos Centrais de Administração do Estado como sendo: - Secretaria de Estado da Cooperação, e da Habitação, Ministérios do Interior, do Comércio Interno e da Indústria pois as tarefas que lhe foram consignadas não foram realizadas.

As razões do não cumprimento, o Med compreende-as pois são consequências da situação em que se encontra o país, mas também, reflectem-se em alguns casos significativas, uma pouca interiorização e compreensão da importância vital da educação e ensino para o desenvolvimento económico-social do país, pois a priorização que é atribuída teoricamente ao Ministério da Educação na prática não se materializa sendo o organismo muitas vezes relegado para segundo ^{plano}, nos planos de distribuição. .../...

Quanto ao que concerne a flexibilidade e autonomia concedida ao Med na procura de soluções e na aquisição de meios no domínio do material escolar e das infraestruturas, carece no nosso entender de definição concreta, e de regulamentação, pois na prática, não foi possível concretizar-se já que os órgãos reitores dessas áreas, aqui em especial o comércio externo, através da sua empresa de importações de material ~~de ensino~~, não entendeu ainda muito bem este princípio e não abdica de certas posições, alegando deter o monopólio dessa área por definição estatutária, o que o Med compreende e não nega, mas que não tem respondido de facto, muitas vezes, as preocupações e necessidades do Med.

Aqui, urge definir-se mecanismos e áreas de responsabilidades concretas das empresas tanto do Med como do Comércio Externo.

Todos estes factos levam-nos a considerar que de facto não tem sido possível materializar-se as acções preconizadas para solução dos problemas que afectam a educação e que constam de programas de emergência, do plano nacional, das resoluções nº2/83 e 6/83, por diversas razões, que vão desde certa desorganização interna dos sectores ou mesmo intersectorial, ~~a~~ a situação actual do país, que faz com que os diversos órgãos indicados a participar no desenvolvimento da educação, não possam garantir o cumprimento das suas tarefas por dificuldades que lhes são inerentes.

4.3 - ~~Problemas de solução~~ Problemas de solução

A situação actual não se deverá continuar a manter sob o risco de degradação total da estrutura de educação e ensino com as consequências que daí advirão.

Assim é necessário identificar os pontos de estrangulamento mais cruciais.

Aqui não esquecer que as medidas a tomar deverão contribuir sempre para maior rentabilização do sistema. Esta, passa pela melhoria das condições em que se faz o ensino, melhoria do corpo docente, melhor apoio didáctico, e melhoria das condições de apoio social ao aluno.

Para concretização das mesmas é fundamental reiterar e materializar de facto a priorização atribuída teoricamente ao Med, quer na concretização dos planos nacionais no que se refere a investimentos, transportes, e importações, como deve ser revista a face das necessidades actuais o orçamento atribuído ao Med no que concerne principalmente em ~~cautela~~ ^{cautela} já que na situação actual todo o processo docente educativo no que concerne a meios do ensino depende do mesmo.

.../...

Os pontos cruciais de estrangulamento residem essencialmente: - carência de estruturas físicas; escolas, lares e internatos. Tendo-se verificado a inoperância e ineficácia das medidas até agora preconizadas, pensamos que a solução passa pela constituição de uma empresa de construção dependente do Med e do Ministério da Construção dirigido única e exclusivamente para construções escolares, que obedeça a planos e priorização determinados pelo Ministério da Educação e que terá a responsabilidade da construção de escolas, para todos os níveis do ensino de base regular, residências para professores, lares e internatos prioritariamente. A referida empresa deverá ser concedida de facto a autonomia e flexibilidade constantes da resolução nº 6/83 que lhe permite encontrar as formas mais viáveis e rápidas para a solução desta problema. *xx Ver Documento*

Dever-se-á com o Ministério da Indústria redimensionar a capacidade nacional de construção de mobiliário e equipamento escolar, criando empresas regionais dirigidas exclusivamente a construção: -carteiras, Secretárias, e de mais móveis escolares como armário etc. - É urgente a definição pelo Ministério da Educação do tipo de quadros a adoptar de entre as várias opções apresentadas para a indústria nacional para avaliação das necessidades actuais em quadros que se elevam a cerca de 20.000. *Declarar*

É necessário dotar a gráfica do Med da capacidade de elaboração dos livros escolares que o país necessita. Já foram aqui apresentados os gastos anuais com este material, entretanto o Med já fez um investimento com a NEA há alguns anos adquirindo material para fotocomposição que devido a uma pequena avaria na Máquina de fotocomposição, não tem sido possível realizar cá no país os fotolitos. Contudo, pensamos ultrapassar esta dificuldade ainda no 10 semestre do corrente ano. Então, restará investir na construção de estruturas físicas apropriadas, na aquisição de uma impressora rotativa a 4 cores, e no equipamento de encadernação. O investimento a realizar-se é economicamente rentável, pois será muito inferior aos valores gastos anualmente com a aquisição de livros, para além permitir reduzir consideravelmente as despesas do Med.

Esta medida permitirá em conjunto com a Makutang a solução da elaboração dos livros. É evidente que a Makutang por si só não tem capacidade de resposta pois a sua capacidade é de cerca de 3.000.000 livros/ano dos quais só cerca de 2.000.000/ano para o Med, e as nossas necessidades variam na ordem de 4 a 5 milhões de unidades/ano.

Estas são as medidas que consideramos de carácter urgente e que permitirão a minimização a médio prazo dos principais problemas que afectam a educação.

A par destas medidas, resta elaborar-se um estudo com o Ministério da Indústria ~~de que se trata~~ ^{que concerne a implantação de indústrias} ~~de que se trata~~ ^{de carácter} essencialmente.

Quanto ao ensino técnico profissional, concretamente a formação profissional e o ensino médio técnico, o investimento a fazer nesses níveis é muito grande, pois que praticamente pouco foi feito, é necessário pôr-se em prática os decretos 107/0 e 110/83 criando mecanismos mais eficazes de ligação com os outros sectores. Pensamos que se deverá ir mais ao concreto tanto num caso como noutro e estabelecer a ligação instituição-empresas do que a preconizada até agora entre organismos centrais.

Outra ponto de estrangulamento consiste no corpo docente tanto em quantidade como em qualidade.

Sobre este capítulo o Med já definiu uma estratégia que consta como acção fundamental para o próximo quinquénio nas suas perspectivas, devendo envidar-se todos os esforços para a sua materialização. Contudo é urgente definirem-se critérios de encaminhamento mais racionais ou controlar melhor os já existentes para um real aumento do corpo docente. O que agora se verifica é que o Med na realidade não está a formar corpo docente novo. Está a superar pois 70% dos efectivos formados nos INEs já eram professores. Se atendermos ao nº de efectivos formados verifica-se que 30% desses efectivos é uma quantidade irrisória sem significado, atendendo as necessidades neste campo.

Estes são as medidas de carácter prática e urgente que possibilitarão a saída a médio prazo da precária situação em que nos encontramos.

Contudo outras medidas de fundo deverão ser implementadas, para além de continuarem válidas e actuais as preconizadas em 1983, como:

-A necessidade da planificação de força de trabalho qualificada como base mínima da programação do desenvolvimento da educação e ensino, nos seus múltiplos aspectos e implicações com todos os sectores da vida nacional.

-A dotação real a todos os sectores implicados dos meios humanos, materiais e financeiros que permitam implementar as acções decorrentes do plano.

-A necessidade de desde já se começar a trabalhar em planos de longo prazo, tendo em conta que o ciclo de formação na RPA dura de 15 a 17 anos.

LUANDA, O AOS 21 de MARÇO de 1985.-

REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SISTEMA DE REGISTO DE DOCUMENTOS
Entrada Nº 2396
A m 3 Junho 85
P. R. no registo.

Arquivar-se
Jili
22.07.

CENTRO DOS CURSOS PRE-UNIVERSITÁRIOS DE LUANDA

1985 - ANO DO II CONGRESSO DO PARTIDO, -

C/C: D.N.M.P.P.V.

CABINETE INTERIO INTERIO, MFD

MAPAC - DPE

Aº

CABINETE DO DELEGADO PROVINCIAL DE BOCA
CAO DE LUANDA

LUANDA

10/JUNIV/85

Apresentando-se o término do ano lectivo em curso e tomando como base a experiência dos anos precedentes, a Direcção do Funiv de Luanda tem-se preocupado em obter informações concretas sobre o processo de saída p/ férias ou definitivamente de professores cooperantes, sobretudo os de Nacionalidade Cubana. Foi esta Direcção verbalmente informada por um dos responsáveis pedagógicos Cubanos que os professores deviam partir até ao dia 15 de Julho, próximo. No entanto, nada foi adiantado sobre a data de início de partida.

Nos anos anteriores, não obstante as orientações que se deram p/ o calendário de saída dos cooperantes, nunca se respeitaram as datas que se determinaram. Em muitos casos não deram satisfação a ninguém nem sequer se despediram do Director da Escola. Assim, muitos, antes do previsto, partiram deixando as notas e os outros provas por corrigir pontas por se elaborar; tomou-se a liberdade por se preencham enfim todo o trabalho de fim de ano por se concluir.

O calendário oficial aponta para o dia 30 de Junho, o término de aulas. O exame final teria assim início no dia 2 de Junho p/ terminar dia 15 do mesmo mês. Estaria depois para os 15 dias subsequentes do mês de Junho reservado para correcção de provas etc. Ora se os professores Cubanos que não a maioria do Centro partem antes do dia 15 de Junho como poderá se cumprir com as tarefas?...

Se, p/ se prevenir situações análogas que têm sido apontado exp. pre que se e tem que terminar o ano lectivo, a Direcção solicita o fornecimento urgente de informações concretas sobre o assunto. E para se evitar as mesmas surpresas de sempre a Direcção do Funiv após análise minuciosa com o seu conselho técnico propõe o seguinte:

1º Anteceder o fim de aulas para o dia 15 de Junho.

2º Iniciar o processo de exame no dia 17 de Junho com duração até 20 de Junho, 1ª Chamada. A 2ª Chamada seria de 24 à 29 de Jun.

...//...

...///...

O s primeiros 15 dias de Julho estariam reservados para correccão de provas e elaboração de pautas. Os outros 15 dias de mesmo mês seriam, para os docentes que cá continuassem, cõnfiguados a realização de outras tarefas afins: como preenchimento de termos de frequência; levantamento de dados estatísticos etc.

32-O Cumprimento desta planificação só será factível se os professores Cubanos não partirem pelo menos antes do dia 15 de Julho. Por conseguinte, deve-se propor a Direcção Pedagógica Cubana no sentido de não autorizarem a saída dos professores antes do dia supracitado.

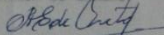
33-Quanto aos outros cooperantes devem-se-lhe manter o Calendário de férias estipulado para professores.

34-Solicitamos ao Gabinete de Intercâmbio Internacional no sentido de não permitir o levantamento de bilhete de passagem ou Guia de marcha ao professor cooperantes que não apresente uma Guia de Marcha da Escola onde conste que terminou todo o seu trabalho e que cumpriu cabalmente as tarefas.

A aprovação destas propostas, pensamos ser a melhor solução para se colmatar anomalias no fim do ano lectivo. É a proposta de alteração do Calendário e, se nosso ver, uma das vias possíveis de se conseguir evitar a acumulação de tantas tarefas para o fim do ano.

CENTRO DOS CARGOS PIZ-UNIVERSITÁRIOS, em Luanda, aos 16 de Maio de 1965. - ANO DO II CONGRESSO DO PARTIDO". -

O DIRECTOR DO CENTRO,



PAULO AMÉRICO RIBEIRO DE BRITO JÚNIOR

.../Eli.-

REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA
SECRETARIA DE ESTADO DA COOPERAÇÃO

MEMORANDUM

das conversações entre as delegações do Ministério do Ensino Superior da República de Cuba e do Ministério da Educação da República Popular de Angola.

Em cumprimento do Ponto 2.6 do Plano de Missões de Cuba à Angola para 1985 e respondendo o convite do Dr. JOÃO FILIPE MARTINS, Vice-Ministro da Educação para o Ensino Médio e Superior e Reitor da Universidade "Agostinho Neto", visitou a República Popular de Angola, de 8 a 13 de Março de 1985, uma delegação do Ministério do Ensino Superior da República de Cuba, presidida pelo candidato à Doutor BENITO PEREZ MAZA, Primeiro Vice-Ministro do Ensino Superior.

A composição de ambas as delegações consta do anexo 1 ao presente Memorandum.

Integrou ainda a delegação que visitou a República Popular de Angola, o Primeiro Vice-Reitor do Instituto Superior de Ciências Médicas de Havana, com a finalidade de analisar os pedidos da Faculdade de Medicina da Universidade "Agostinho Neto" ou professores, os quais se encontram já prestando serviço no Ministério da Saúde Angolano, em cumprimento das conclusões da 7ª Reunião da Comissão de Controlo, realizada entre o Comité Central do MPLA/PARTIDO DO TRABALHO e o Partido Comunista de Cuba.

Durante a sua permanência na República Popular de Angola a delegação cubana visitou as Faculdades de Engenharia, de Ciências, em Luanda e Ciências Agrárias, no Huambo.

Durante as conversações, foram acordados os seguintes aspectos:

.../...

Ambas as Partes reafirmam o seu acordo em aprofundar as relações directas de Cooperação entre Centros de Ensino Superior de Cuba e as Faculdades da Universidade "Agostinho Neto", incluindo a Faculdade de Medicina da Universidade "Agostinho Neto" e os Institutos Superior de Ciências Médicas de Havana e Santiago de Cuba.

No mês de Maio de 1985, a Parte cubana responderá ao Projecto de Convénio apresentado pela Faculdade de Medicina da Universidade "Agostinho Neto".

A Parte angolana reiterou igualmente a sua solicitação da criação de uma Sub-Comissão Mista da Educação, junto da Comissão Mista Intergovernamental entre os dois Países, a qual está a ser analisada pela Parte cubana.

II - ASSISTÊNCIA TÉCNICA

1. Curso de 1985-1986

Sobre os 114 pedidos de assistência técnica formulados pela Universidade "Agostinho Neto" para o ano de 1985-1986, a Parte cubana dará uma resposta concreta no princípio do próximo mês de Maio, sobre as suas possibilidades no concernente as posições que se mencionam no Anexo II, ao presente Memorandum.

Igualmente em Maio de 1985 a Parte cubana responderá aos pedidos de assistência técnica formulados pela Faculdade de Medicina no decurso das conversações, e que se encontram relacionados no Anexo III ao presente Memorandum.

2. Curso de 1986-1987

Ambas as Partes acordam em que a Parte angolana apresente as suas necessidades com a antecedência de pelo menos um ano, ou seja, até Setembro de 1985; a Parte cubana dará a sua resposta a estes pedidos no prazo de 4 meses a partir da data em que os mesmos sejam recebidos.

.../...

A Universidade "Agostinho Neto" indicará os professores que, para além das tarefas de docência, se deverão ocupar da post-graduação de docentes angolanos.

III . A Parte angolana solicitou o envio a Cuba, durante o ano de 1985, das seguintes delegações:

Faculdade de Ciências Agrárias

1. Objectivo: análise da viabilidade de realização de cursos de aperfeiçoamento e post-graduação, de investigações conjuntas e intercâmbio de informações científico-técnicas e análise das perspectivas futuras de assistência técnica.

Composição: 3 a 5 elementos
 Data: Setembro de 1985
 Duração: 15 dias

Faculdade de Engenharia

2. Mesmo objectivo

Composição: 4 a 5 elementos
 Data: Junho de 1985
 Duração: 15 dias

3. Mesmo objectivo

Composição: 2 a 3 elementos
 Data: Janeiro de 1986
 Duração: 15 dias

Faculdade de Medicina

4. Mesmo objectivo

Composição: 5 elementos
 Data: Janeiro de 1986
 Duração: 15 dias

.../...

5. Mesmo objectivo:

Composição: 6 elementos

Data: Fevereiro de 1936

Duração: 15 dias

4

Faculdade de Economia e Direito

6. Objectivo: Intercâmbio de experiências

Composição: 3 a 5 elementos

Data: Junho de 1935

Duração: 15 dias

A Parte angolana formulou o convite para que delegações análogas da Parte cubana visitem a Universidade "Agostinho Neto".

A Parte cubana responderá a estas solicitações e convite em Maio de 1935.

IV. CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E POST-GRADUAÇÃO NA REPÚBLICA DE CUBA

A Parte angolana formulou os seguintes pedidos, aos quais a Parte cubana responderá em Maio de 1935:

Faculdade de Engenharia

1. Objectivo: especialidades a definir

Quantidade: 10 elementos

Data: a partir de Outubro de 1935.

Duração: 3 a 6 meses

Faculdade de Economia

2. Objectivo: Aperfeiçoamento e superação pedagógica

Quantidade: 3 elementos

Data: Setembro de 1935

Duração: 3 a 6 meses

3. Objectivo: aspirantura

Quantidade: 3 elementos

.../...

Data: a partir de Setembro de 1985.
Duração: a definir

F Faculdade de Ciências Agrárias

4. Objectivo: especialidades a definir
Quantidade: 3 elementos
Data: a determinar
Duração 3 a 6 meses

Faculdade de Direito

5. Objectivo: especialidades a definir
Quantidade: 3 a 5 elementos
Data: Setembro-Outubro de 1985
Duração 3 a 6 meses
6. Objectivo: aspirantura
Quantidade: 3 a 6 elementos
Data: a determinar
Duração: a determinar

Em Julho de 1985, a Parte angolana apresentará as especialidades e demais detalhes sobre a solicitação de cursos para as Faculdades de Ciências Agrárias, Engenharia e Direito, sobre o que, em Setembro de 1985, a Parte cubana se pronunciará.

O Ministério do Ensino Superior da República de Cuba fixará para o Curso de 1986-1987, uma cota de Cursos de Aperfeiçoamento e Post-graduação a serem utilizados em Centros de Ensino Superior Cubanos; as solicitações específicas serão apresentadas pela Parte angolana com pelo menos, um ano de antecedência em relação a data de execução; a Parte cubana dará a sua resposta no prazo de 4 meses após a recepção das solicitações.

V. INTERCÁMBIO DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICO-TÉCNICA

Ambas as Partes se comprometem em intercambiar informação científico-técnica nas áreas de interesse comum.

.../...

As Partes acordaram em levar o presente Memorandum
consideração da Comissão Mista Intergovernamental Angolano-Cubana
de Cooperação Económica e Científico-Técnica, para os devidos efeitos.

A Parte cubana manifestou uma vez mais o interesse do Par-
tido e do Estado Cubano em ajudar e apoiar o desenvolvimento do Povo
angolano.

Feito em Luanda, aos 13 dias do mês de Março de 1965, em dois origi-
nais, um em português e outro em espanhol, fazendo ambos igualmente
fé,

PELA PARTE ANGOLANA

ASS: Dr. JOÃO FILIPE MARTINS
Vice-Ministro da Educação para o
Ensino Médio e Superior e Reitor
da Universidade "Agostinho Neto"

PELA PARTE CUBANA

ASS: C. Dr. DENITO PEREZ MAZA
Princip. Vice-Ministro do En-
sino Superior

COMPOSIÇÃO DA DELEGAÇÃO ANGOLANA

ANEXO 1

1. Dr. JOÃO FILIPE MARTINS - Vice-Ministro da Educação para o Ensino Médio e Superior e Reitor da Universidade "Agostinho Neto"
2. Doutor RAÚL NETO FERNANDES - Vice-Reitor da Universidade "Agostinho Neto"
3. Eng. ABÍLIO FERNANDES - Director da Faculdade de Ciências
4. Dr. EDUARDO MAGÊDO DOS SANTOS - Director da Faculdade de Medicina
5. Eng. FERNANDO CIRÃO MONTEIRO - Director da Faculdade de Ciências Agrárias
6. Eng. HOMERO JOSÉ LEITÃO - Director da Faculdade de Engenharia
7. Dr. W. KUZANDA - Director do Instituto Superior de Ciências de Educação
8. Dra. LAURINDA FERNANDES - Coordenadora Científica da Faculdade de Economia
9. JOAQUIM MANUEL SILVA - Director do Gabinete de I. Internacional do Ministério da Educação
10. ALBANO SILVEIRA DA COSTA - Chefe do Departamento de Administração, Património e Pessoal
11. Dra. BEATRIZ MORAIS - Chefe do Gabinete de Relações Internacionais da Universidade "Agostinho Neto"
12. JAIME MAGALHÃES - Chefe do Departamento de Recursos Humanos
13. JERÓNIMO BELO - Chefe do Departamento de Documentação e Informação
14. JOAQUIM FERREIRA DOS SANTOS - Chefe do Departamento de Assuntos Académicos

COMPOSIÇÃO DA DELEGAÇÃO CUBANA

1. C. Dr. BENITO PEREZ MAZA - Primeiro Vice-Ministro do Ensino Superior
2. Lic. RAMÓN SOTO REGIO - Conselheiro Económico da Embaixada de Cuba na República Popular de Angola
3. C. Dr. EFRAIN ADEGU - Reitor do Instituto Superior de Ciências Agro-Pecuárias da Universidade de Havana
4. Dr. RENÉ OCHOA - Vice-Reitor da Universidade de Havana
5. Lic. DIONISIO ZALDÍVAR - Director de Quadros do Ministério do Ensino Superior
6. Eng. MARIO OCHOA - Vice-Reitor do Centro Nacional de Investigaciones Científicas (CENIC)
7. Dr. FERNANDO VERDECLA - Primeiro Vice-Reitor do Instituto Superior de Ciências Médicas de Havana
8. Eng. ABGEL HERNANDEZ - Chefe de Grupo do Ensino Superior
9. Dra. NANCY LOYOLA, - Especialista Principal da Oficina Económica da Embaixada de Cuba na República Popular de Angola

ANEXO 3

PEDIDOS DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE "AGOSTINHO NETO"

Professor de	Anatomia Patológica (2)
	Obstetrícia e Ginecologia (1)
	Medicina Interna (6)
	Radiologia (2)
	Fisiologia (2)
	Histologia e Embriologia (2)
	Laboratório Clínico (2)
	Anatomia (2)
	Medicina Legal (1)
	Biologia (2)
	Bioquímica (2)
	Higiene do Meio Ambiente (1)
	Epidemiologia (1)
	Estatística Sanitária (2)
	Microbiologia (1)
	Cirurgia Geral (2)

TOTAL: 31

Os pedidos dos professores de Biologia serão comunicados à Faculdade de Biologia da Universidade de Havana.